



SENADO FEDERAL

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL

PAUTA DA 5ª REUNIÃO

(2ª Sessão Legislativa Ordinária da 57ª Legislatura)

**25/04/2024
QUINTA-FEIRA
às 10 horas**

**Presidente: Senador Renan Calheiros
Vice-Presidente: Senador Cid Gomes**



Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional

**5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA, DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA 57ª
LEGISLATURA, A REALIZAR-SE EM 25/04/2024.**

5ª REUNIÃO, ORDINÁRIA

quinta-feira, às 10 horas

SUMÁRIO

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	MSF 92/2023 - Não Terminativo -	SENADORA MARA GABRILLI	9
2	MSF 1/2024 - Não Terminativo -	SENADOR CID GOMES	82
3	MSF 2/2024 - Não Terminativo -	SENADOR ALESSANDRO VIEIRA	135

2ª PARTE - DELIBERATIVA

ITEM	PROPOSIÇÃO	RELATOR (A)	PÁGINA
1	PDL 927/2021 - Não Terminativo -	SENADOR NELSON TRAD	212

3ª PARTE - POLITICA PÚBLICA

FINALIDADE	PÁGINA
Avaliação da Política Nacional de Cibersegurança, no exercício de 2024, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 6/2024-CRE.	232

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

PRESIDENTE: Senador Renan Calheiros

VICE-PRESIDENTE: Senador Cid Gomes

(19 titulares e 19 suplentes)

TITULARES			SUPLENTES
Bloco Parlamentar Democracia(MDB, UNIÃO)			
Professora Dorinha Seabra(UNIÃO)(3)	TO 3303-5990 / 5995 / 5900	1 Veneziano Vital do Rêgo(MDB)(3)(6)	PB 3303-2252 / 2481
Randolfe Rodrigues(S/Partido)(3)(6)	AP 3303-6777 / 6568	2 Sergio Moro(UNIÃO)(3)(6)	PR 3303-6202
Renan Calheiros(MDB)(3)	AL 3303-2261 / 2262 / 2268	3 Ivete da Silveira(MDB)(3)(6)	SC 3303-2200
Fernando Dueire(MDB)(3)	PE 3303-3522	4 Efraim Filho(UNIÃO)(3)(6)	PB 3303-5934 / 5931
Marcos do Val(PODEMOS)(3)(14)(16)	ES 3303-6747 / 6753	5 Carlos Viana(PODEMOS)(3)(14)(16)	MG 3303-3100 / 3116
Cid Gomes(PSB)(3)(8)	CE 3303-6460 / 6399	6 Leila Barros(PDT)(3)(8)	DF 3303-6427
Alessandro Vieira(MDB)(3)	SE 3303-9011 / 9014 / 9019	7 Izalci Lucas(PL)(3)	DF 3303-6049 / 6050
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática(PSB, PT, PSD)			
Daniella Ribeiro(PSD)(2)	PB 3303-6788 / 6790	1 Otto Alencar(PSD)(2)	BA 3303-3172 / 1464 / 1467
Nelsinho Trad(PSD)(2)	MS 3303-6767 / 6768	2 Omar Aziz(PSD)(2)	AM 3303-6579 / 6581
Mara Gabrilli(PSD)(2)	SP 3303-2191	3 Margareth Buzetti(PSD)(2)(20)(19)	MT 3303-6408
Vanderlan Cardoso(PSD)(2)	GO 3303-2092 / 2099	4 Sérgio Petecão(PSD)(2)	AC 3303-4086 / 6708 / 6709
Jaques Wagner(PT)(2)	BA 3303-6390 / 6391	5 Beto Faro(PT)(2)	PA 3303-5220
Humberto Costa(PT)(2)	PE 3303-6285 / 6286	6 Fabiano Contarato(PT)(2)	ES 3303-9054 / 6743
Chico Rodrigues(PSB)(2)	RR 3303-2281	7 Flávio Arns(PSB)(2)	PR 3303-6301
Bloco Parlamentar Vanguarda(PL, NOVO)			
Astronauta Marcos Pontes(PL)(1)(11)	SP 3303-1177 / 1797	1 Carlos Portinho(PL)(1)(11)	RJ 3303-6640 / 6613
Wellington Fagundes(PL)(22)(21)(1)(15)(11)(17)(18)	MT 3303-6219 / 3778 / 3772 / 6209 / 6213 / 3775	2 Wilder Morais(PL)(1)(11)	GO 3303-6440
Tereza Cristina(PP)(5)(1)(11)	MS 3303-2431	3 Magno Malta(PL)(10)(5)(13)(11)	ES 3303-6370
Bloco Parlamentar Aliança(PP, REPUBLICANOS)			
Esperidião Amin(PP)(1)(12)	SC 3303-6446 / 6447 / 6454	1 Ciro Nogueira(PP)(1)(12)	PI 3303-6187 / 6188 / 6183
Hamilton Mourão(REPUBLICANOS)(1)(12)	RS 3303-1837	2 Mecias de Jesus(REPUBLICANOS)(1)(12)	RR 3303-5291 / 5292

- (1) Em 07.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes, Romário, Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares, e os Senadores Carlos Portinho, Wilder Morais, Ciro Nogueira e Mecias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 53/2023-BLVANG).
- (2) Em 07.03.2023, os Senadores Daniella Ribeiro, Nelsinho Trad, Mara Gabrilli, Vanderlan Cardoso, Jaques Wagner, Humberto Costa e Chico Rodrigues foram designados membros titulares, e os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz, Margareth Buzetti, Sérgio Petecão, Beto Faro, Fabiano Contarato e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a Comissão (Of. 03/2023-BLRESDEM).
- (3) Em 07.03.2023, os Senadores Professora Dorinha Seabra, Efraim Filho, Renan Calheiros, Fernando Dueire, Marcos do Val, Leila Barros e Alessandro Vieira foram designados membros titulares; e os Senadores Sergio Moro, Soraya Thronicke, Veneziano Vital do Rêgo, Ivete Silveira, Carlos Viana, Cid Gomes e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 07/2023-BLDEM).
- (4) Em 08.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Renan Calheiros Presidente deste colegiado (Of. 1/2023-CRE).
- (5) Em 08.03.2023, a Senadora Tereza Cristina foi designada membro titular e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 54/2023-BLVANG).
- (6) Em 10.03.2023, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Sergio Moro, Ivete da Silveira e Efraim Filho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 08/2023-BLDEM).
- (7) Em 16.03.2023, a Comissão reunida elegeu o Senador Cid Gomes Vice-Presidente deste colegiado (Of. 2/2023-CRE).
- (8) Em 16.03.2023, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passou a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia, para compor a Comissão (Of. 12/2023-BLDEM).
- (9) Em 20.03.2023, os Partidos PROGRESSISTAS e REPUBLICANOS passam a formar o Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 05/2023-BLDPP).
- (10) Em 31.03.2023, o Senador Romário deixou de compor a Comissão pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 69/2023-BLVANG).
- (11) Em 31.03.2023, os Senadores Astronauta Marcos Pontes, Wellington Fagundes e Tereza Cristina (vaga cedida ao PP) foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Portinho e Wilder Morais, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 69/2023-BLVANG).
- (12) Em 31.03.2023, os Senadores Esperidião Amin e Hamilton Mourão foram designados membros titulares; e os Senadores Ciro Nogueira e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PP/REPUBLICANOS (Of. 4/2023-GABLI/BLPPREP).
- (13) Em 19.05.2023, o Senador Magno Malta foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 104/2023-BLVANG).
- (14) Em 06.07.2023, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Democracia, deixando de ocupar vaga de membro suplente na Comissão (Of. nº 110/2023-BLDEM).
- (15) Em 07.07.2023, o Senador Mauro Carvalho Junior foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 128/2023-BLVANG).
- (16) Em 08.08.2023, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a integrar a comissão como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Democracia (Of. nº 125/2023-BLDEM).
- (17) Vago em 02.11.2023, em razão do retorno do titular (Of. nº 11/2023-GSWFAGUN).
- (18) Em 07.11.2023, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 174/2023-BLVANG).
- (19) Em 22.11.2023, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Margareth Buzetti, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 121/2023-BLRESDEM).
- (20) Em 28.11.2023, a Senadora Margareth Buzetti foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, que deixa de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 123/2023-BLRESDEM).
- (21) Em 28.02.2024, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 008/2024-BLVANG).
- (22) Em 29.02.2024, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. nº 09/2024-BLVANG).

REUNIÕES ORDINÁRIAS: QUINTAS-FEIRAS 10:00
SECRETÁRIO(A): MARCOS AURÉLIO PEREIRA
TELEFONE-SECRETARIA: 3303-5919
FAX:

ALA ALEXANDRE COSTA, SALA 7
TELEFONE - SALA DE REUNIÕES: 3303-3496
E-MAIL: cre@senado.leg.br
[HTTPS://LEGIS.SENADO.LEG.BR/COMISSOES/COMISSAO?CODC
OL=54](https://legis.senado.leg.br/comissoes/comissao?CODC=OL=54)



SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

2ª SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA
57ª LEGISLATURA

Em 25 de abril de 2024
(quinta-feira)
às 10h

PAUTA

5ª Reunião, Ordinária

COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA
NACIONAL - CRE

1ª PARTE	Indicação de Autoridades
2ª PARTE	Deliberativa
3ª PARTE	Política Pública
Local	Anexo II, Ala Senador Alexandre Costa, Plenário nº 7

Retificações:

1. Erro material (22/04/2024 13:29)
2. Atualização do relatório do Item 1 (24/04/2024 10:10)
3. Inclusão de partes (24/04/2024 18:14)

1ª PARTE**PAUTA****ITEM 1****MENSAGEM (SF) Nº 92, DE 2023****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senadora Mara Gabrilli

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta Reunião, haverá a arguição pública do indicado, a leitura e a votação do Relatório.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 2**MENSAGEM (SF) Nº 1, DE 2024****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Cid Gomes

Relatório: Pronto para deliberação

Observações:

1. Nesta Reunião, haverá a arguição pública do indicado, a leitura e a votação do Relatório.

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)

[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)

[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

ITEM 3**MENSAGEM (SF) Nº 2, DE 2024****- Não Terminativo -**

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de

dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Autoria: Presidência da República

Relatoria: Senador Alessandro Vieira

Relatório: Pronto para deliberação.

Observações:

1. *Nesta Reunião, haverá a arguição pública do indicado, a leitura e a votação do Relatório.*

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria \(PLEN\)](#)
[Listagem ou relatório descritivo \(CRE\)](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

2ª PARTE

PAUTA

ITEM 1

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 927, DE 2021

- Não Terminativo -

Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.

Autoria: Câmara dos Deputados

Relatoria: Senador Nelsinho Trad

Relatório: Pela aprovação

Textos da pauta:

[Avulso inicial da matéria](#)
[Relatório Legislativo \(CRE\)](#)

3ª PARTE

Política Pública

Finalidade:

Avaliação da Política Nacional de Cibersegurança, no exercício de 2024, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, em atendimento ao Requerimento nº 6/2024-CRE.

Anexos da Pauta

[REQ 6/2024-CRE](#)

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

1

29/11/2023, 11:04

SUPER/PR - 4781548 - OFÍCIO

00001.010399/2023-21



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 888/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

Atenciosamente,

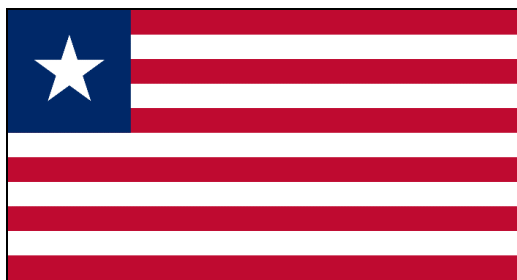
MIRIAM BELCHIOR
Ministra de Estado substituta

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.010399/2023-21

SUPER nº 4781548

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**LIBÉRIA**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
NOVEMBRO DE 2023**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Libéria
GENTÍLICO	Liberiano
CAPITAL	Monróvia
ÁREA	111.370 km ²
POPULAÇÃO (2022)¹	5,4 milhões de habitantes
IDIOMAS	Inglês (oficial) e 16 outros idiomas, incluindo o chamado inglês liberiano
PRINCIPAIS RELIGIÕES (2008)³	Cristianismo: 85,6%; islamismo: 12,2%; crenças locais: 0,6%
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Bicameral, com Senado e Câmara dos Deputados
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente George Manneh Weah (desde 2018)
CHANCELER	Dee-Maxwell Saah Kemayah, Sr. (desde 2020)
PIB (2022)¹	USD 3,97 bilhões
PIB PPC (2022)¹	USD 8,97 bilhões
PIB PER CAPITA (2022)¹	USD 749
PIB PPC PER CAPITA (2022)¹	USD 1,69 mil
VARIAÇÃO DO PIB¹	4,6 (2023E); 4,8% (2022); 5% (2021)
IDH (2020)²	0,480 (175º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2020)¹	64,1 anos
ÍNDICE DE DESEMPREGO (2020)¹	2,8%
UNIDADE MONETÁRIA	Dólar liberiano
COMUNIDADE BRASILEIRA⁴	150 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) PNUD; (3) Governo da Libéria; (4) Estimativa do Itamaraty

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Libéria	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	28,3	139,6	259,7	223,7	356,5	501,4
Exportações	25,9	138,5	257,3	223,3	356,5	500,9
Importações	2,4	1,2	2,4	0,4	-	0,5
Saldo	23,4	137,2	254,9	223	356,5	500,4

Fonte: Ministério da Fazenda

PERFIS BIOGRÁFICOS

George Weah

Presidente da Libéria



George Weah, 57 anos, foi destacado jogador de futebol profissional em times africanos e europeus (na França e na Itália) antes de ingressar na política. Ganhou o prêmio de Melhor Jogador do Mundo pela FIFA, o prêmio Bola de Ouro (melhor jogador na Europa) e o prêmio de Melhor Jogador Africano, todos em 1995. Em 2003, com o fim da guerra civil na Libéria, retornou a seu país e foi nomeado Embaixador da Paz pela ONU. Disputou as eleições presidenciais de 2005, tendo sido derrotado no segundo turno por Ellen Johnson Sirleaf. Em 2011, graduou-se em Administração pela Universidade DeVry, nos EUA, instituição em que obteve o mestrado, também em Administração, em 2013. Em 2014, elegeu-se senador pelo *Congress for Democratic Change* (CDC), partido pelo qual já havia disputado as eleições presidenciais. Em 2017, deixou o cargo para concorrer novamente à Presidência. Foi eleito em segundo turno, com mais de 60% dos votos. Em janeiro de 2018, assumiu a Presidência da República da Libéria, na primeira transferência de poder entre dois presidentes democraticamente eleitos. É candidato à reeleição em 2023.

Dee-Maxwell Saah Kemayah Sr.
Ministro dos Negócios Estrangeiros



Dee-Maxwell Saah Kemayah Sr., 58 anos, concluiu bacharelado em Microfinanças e Desenvolvimento Econômico Comunitário e mestrado em Estudos do Desenvolvimento pela Universidade dos Mártires de Uganda. Antes do ingresso no serviço público, foi dirigente de duas igrejas batistas (2008-2010, 2013-2017), presidente do clube de futebol "Ma-Watta-Watanga" (primeira divisão da Libéria) e presidente do partido "Movimento pelo Empoderamento Econômico" (MOVEE). Na chancelaria liberiana, ocupou os cargos de vice-ministro de Relações Exteriores (2017-2018) e Representante Permanente da Libéria junto à ONU (2018-2020) – quando acumulou as funções de embaixador não residente junto ao Brasil (2020) –, antes de sua nomeação como chanceler (2020).

APRESENTAÇÃO

A Libéria é um país da costa ocidental africana, com 111.369 quilômetros quadrados e 4,5 milhões de habitantes, marcado pelo clima tropical úmido. Cerca de 40% do país são ocupados por florestas densas, enquanto outros 35% são áreas de transição, com presença de pelo menos 30% de cobertura florestal. As fronteiras com Serra Leoa, a oeste, Guiné, ao norte, e Côte d'Ivoire, a leste, são de fácil transposição (os quatro países estão conectados pela bacia do Rio Mano) e são habitadas por grupos étnicos que mantêm relações transfronteiriças.

O país ocupa a 175ª posição no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da ONU (2020/2019). Cerca de 40% da população vivem abaixo da linha da pobreza (com menos de USD 1,9 por dia). A expectativa de vida é de 64,1 anos. Mais da metade dos liberianos (51,7%) é analfabeta. A população de 4,7 milhões de habitantes é predominantemente jovem (59% tem entre 15 e 64 anos) e mais da metade (51,6%) vive em centros urbanos, especialmente na capital. Em 2019, apenas 8% tinham acesso à internet.

Oficialmente, há 17 etnias autóctones do país, que correspondem a 95% da população. Os américo-liberianos, descendentes de ex-escravos americanos, e os congo-liberianos, descendentes de imigrantes do Caribe, correspondem a apenas 5% do total de habitantes. Do ponto de vista religioso, a maioria da população é cristã (85,9%), e a segunda maior religião é o Islã (12,2%), praticado sobretudo pelas etnias mandiga e vai. O animismo é praticado por muitos, geralmente de forma sincrética às duas religiões majoritárias. Além do inglês, língua oficial, são faladas no país outras vinte línguas locais.

A trajetória da Libéria é distinta daquela da maioria dos países da África. Estabelecida em 1822 como colônia para onde seriam levados escravos libertos nos Estados Unidos, a Libéria declarou sua independência em 1847. Nas décadas seguintes, logrou manter-se como única região do continente imune ao colonialismo europeu, embora sua economia, ao longo de parte do século XX, fosse dependente da empresa Firestone, proprietária dos seringais do país. A elite política liberiana compunha-se, majoritariamente, de descendentes de trezentas famílias de ex-escravos, que formaram a oligarquia local. Entre 1877 e 1980, o país foi governado, *de facto*, por um regime de partido único e, de 1944 a 1980, por apenas dois chefes de estado.

Após duas guerras civis (1989-1997 e 1999-2003) e a presença no país de uma missão de paz da ONU (UNMIL, de outubro de 2003 a março de 2018), a Libéria tem envidado esforços para consolidar a paz e fortalecer as instituições nacionais. Em 2005, Ellen Johson-Sirleaf tornou-se a primeira mulher eleita chefe de estado de um país africano. Reelegeu-se em 2011 e foi sucedida, em 2018, pelo ex-jogador de futebol George Weah, na primeira transição pacífica no país desde 1944. Em 2023, o presidente George Weah concorre à reeleição. No primeiro turno do pleito, realizado em 10 de outubro, Weah obteve 43,83% dos votos, pouco mais que seu rival, Joseph Boakai, que recebeu 43,44%. O segundo turno ocorre em 14 de novembro.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Encarregado de Negócios do Brasil, a.i., em Acra	João André Silva de Oliveira
Embaixador(a) da Libéria no Brasil	Não há embaixador(a) designado

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Comissão mista	0	Pendente de inauguração
Mecanismo de consultas políticas	0	Pendente de inauguração

Independente desde 1847, a Libéria foi um dos primeiros países africanos a estabelecer relações diplomáticas com o Brasil, ainda no século XIX. O primeiro acordo bilateral foi assinado em 1925 e, no período subsequente, os contatos comerciais foram preponderantes no relacionamento bilateral. Houve missões comerciais brasileiras em 1965, 1973 e 1977. A partir de 2009, intensificou-se o processo de aproximação política: em maio daquele ano, foi assinado o Acordo Básico de Cooperação Técnica bilateral. Diversos outros acordos e memorandos de entendimento foram firmados posteriormente, em especial por ocasião da visita da Presidente Ellen Sirleaf ao Brasil, em abril de 2010. A Embaixada do Brasil em Monróvia foi inaugurada em 2011 e fechada em 2019.

Encontram-se em vigor Memorandos de Entendimento sobre Cooperação em Minas e Energia e sobre Cooperação Esportiva, assinados em abril de 2010, e sobre Cooperação Mútua entre as Academias Diplomáticas, assinado em abril de 2013 entre o Instituto Rio Branco e o Instituto do Serviço Exterior do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Libéria. No contexto da crise do vírus ebola, o governo brasileiro contribuiu com agências da ONU, em 2014, envolvidas no combate ao vírus e no apoio às populações de Guiné-Conacri, Libéria e Serra Leoa, além de doar kits com medicamentos e insumos médicos.

Há oportunidades de estreitamento das relações no campo da defesa, tendo em conta o processo de reorganização das Forças Armadas liberianas e a necessidade de responder aos desafios na área de segurança no Golfo da Guiné.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

Desde 2010, visitaram o Brasil a então Ministra de Negócios Estrangeiros liberiana, Olubanke Akerele (fevereiro de 2010), a Presidente Ellen Johnson Sirleaf (abril de 2010), o Ministro dos Negócios Estrangeiros Augustine Ngafuan, para participar da “Conferência Anual

de Alto Nível da Parceria para um Governo Aberto” (abril de 2012), e o Ministro das Finanças, Planejamento e Assuntos Econômicos Amara Konneh, para participar da Conferência Rio+20 (junho de 2012).

Não há registro de visita de alto nível brasileira à Libéria.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O comércio bilateral experimentou forte crescimento (1.672%, aumento de quase 17 vezes) no quinquênio de 2018 a 2022 (exceto em 2020), impulsionado pelas exportações brasileiras, especialmente de derivados do petróleo. Em 2022, o fluxo comercial alcançou USD 501,4 milhões (dos quais 99,9% de exportações brasileiras). Nesse ano, a Libéria foi o terceiro principal parceiro comercial do Brasil na África Central e Ocidental (depois de Nigéria e Congo-Brazzaville) e o oitavo principal parceiro no continente; respondeu, ainda, pelo quarto maior saldo comercial do Brasil com os países africanos (USD 500,5 milhões).

As exportações nacionais concentram-se em derivados de petróleo (89%), carnes de aves (2,1%) e açúcar (1,6%). As importações de produtos liberianos pelo Brasil, que experimentaram redução significativa desde 2020, somaram USD 486 mil em 2022 (ante USD 2,4 milhões em 2019). Em 2022, 84% das importações provenientes da Libéria foram compostas por óleo bruto de palmiste ou babaçu, seguido por borracha natural (15%).

Tradicionalmente, ocupa a posição de maior parceiro comercial da Libéria na América Latina, mas, em 2019, foi o segundo parceiro latino-americano – uma vez que se registraram exportações significativas de embarcações da Libéria para a Guiana – e a quinta origem das importações liberianas no mundo.

AJUDA HUMANITÁRIA

Em junho de 2014, o governo brasileiro enviou 24 kits, num total de seis toneladas, com medicamentos e insumos para combate ao vírus ebola e apoio às populações na Guiné-Conacri, na Libéria e em Serra Leoa, países mais afetados pela doença. Cada um dos kits era suficiente para atender cerca de 500 pessoas durante três meses. Quatro kits foram destinados para a Guiné, cinco para Serra Leoa e cinco para a Libéria, além de outros 10 enviados à OMS para distribuição.

Em novembro, o Brasil doou R\$ 2 milhões à Organização Pan-americana da Saúde (OPAS) e R\$ 1 milhão à OMS visando ao combate ao ebola. Em dezembro, realizou doação adicional de R\$ 25 milhões a agências da ONU; desse montante, cerca de 50% foi doado à Organização Mundial da Saúde (OMS), para atenção às populações infectadas e medidas de controles da infecção; aproximadamente 26%, ao Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), para a prestação de serviços básicos, inclusive de saúde, às populações; cerca de 18%, ao Programa Mundial de Alimentos (PMA), com vistas a contribuir para o financiamento do transporte e da distribuição de 6.300 toneladas de arroz e 4.500 toneladas de feijão já oferecidas pelo Brasil; e aproximadamente 6%, para Fundo Fiduciário que ajuda a financiar a Missão das Nações Unidas de Resposta Emergencial ao Ebola (UNMEER),

mecanismo coordenador das esforços das diversas agências da ONU envolvidas no combate àquela enfermidade.

Em 2020, o Brasil realizou aporte financeiro de USD 50 mil para o combate à epidemia de Covid-19 na Libéria.

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

Um acordo sobre Cooperação Educacional foi assinado em abril de 2010, mas aguarda a notificação de cumprimento de requisitos internos da parte liberiana para entrar em vigor. A ratificação da Libéria permitirá que o país participe dos programas de estudante convênio de graduação (PEC-G) e pós-graduação (PEC-PG) brasileiros.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O presidente da República é chefe de estado e de governo, sendo eleito por maioria absoluta de votos (em dois turnos, se necessário), para um mandato de seis anos (sendo possível uma reeleição). O gabinete de ministros é indicado pelo presidente e confirmado pelo Senado.

A Assembleia Nacional compreende o Senado (30 assentos) e a Câmara dos Deputados (73 assentos). Os senadores são eleitos por maioria simples para mandatos escalonados de nove anos: cada um dos 15 condados elege um primeiro senador e, três anos depois, elege o segundo senador, seguindo-se um hiato de seis anos. Os deputados são eleitos diretamente, por maioria simples, para mandatos de seis anos, sendo possível uma reeleição.

Propostas de emenda constitucional exigem apoio de pelo menos dois terços de ambas as casas da Assembleia Nacional ou petição de pelo menos 10 mil cidadãos; para serem aprovadas, exigem referendo de pelo menos dois terços de ambas as casas e aprovação em referendo por pelo menos dois terços da maioria dos eleitores registrados.

CONTEXTO RECENTE

Após décadas de forte instabilidade política, marcadas por duas guerras civis (1989-1997, 1999-2003) e o estabelecimento de uma missão de paz da ONU (UNMIL, 2003-2018), a Libéria inaugurou capítulo de maior estabilidade política, após a eleição de Ellen Johnson-Sirleaf em 2005. Primeira mulher escolhida democraticamente para chefiar um estado africano, Johnson-Sirleaf promoveu avanços na reconstrução das instituições e expressivos ganhos socioeconômicos. Em seus dois mandatos (2005-2017), a economia liberiana cresceu, em média, 7% ao ano; a renda per capita subiu de USD 80 para USD 700, apesar do aumento da população de cerca de 50% no mesmo período; a expectativa de vida aumentou de 53 para 61 anos. Contudo, esses avanços traduziram-se de maneira muito desigual para a população. Ademais, a epidemia de ebola que assolou o país em 2014 e 2015, causou aproximadamente 4.800 mortes, impactou duramente a economia e a infraestrutura de saúde e trouxe tensões sociais.

A transição de poder após a eleição do ex-jogador de futebol George Weah, em 2017, ocorreu de forma pacífica, pela primeira vez no país desde 1944. Weah assumiu a presidência em 2018, com discurso de aumentar a renda média do país e de diminuir a corrupção. Em 2023, no contexto de campanha para a eleição presidencial de outubro, em que Weah busca a reeleição, o clima político deteriorou-se com a acusação de fraude e conspiração criminosa apresentada contra o opositor Alexander Cummings, ex-executivo da Coca-Cola. Episódios de violência culminaram na morte de três pessoas e chegaram a provocar receio sobre a segurança. No primeiro turno, em 10 de outubro, Weah obteve 43,83% dos votos, e seu principal rival, Joseph Boakai (vice-presidente de 2006 a 2018, derrotado por Weah nas eleições de 2017), recebeu

43,44%. Trata-se da eleição presidencial mais disputada das últimas duas décadas. O segundo turno ocorre em 14 de novembro.

POLÍTICA EXTERNA

Os princípios norteadores da política externa liberiana têm sido a manutenção da segurança nacional, a preservação da integridade territorial e a promoção do desenvolvimento socioeconômico. Em seus pronunciamentos, o presidente George Weah reconheceu a “dívida” da Libéria com seus vizinhos, que acolheram centenas de milhares de liberianos no período da guerra civil, e agradeceu o papel da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da ONU na consolidação da paz e da segurança no país e na cooperação com vistas ao desenvolvimento. Entre os principais parceiros econômicos e políticos, destacam-se os Estados Unidos, a China e a União Europeia. As principais comunidades estrangeiras no país são as de norte-americanos, libaneses e indianos.

A Libéria faz parte da União Africana (UA), da CEDEAO, do Banco Africano de Desenvolvimento (BAD) e do Movimento dos Não-Alinhados. Integra também a União do Rio Mano, juntamente com Costa do Marfim, Guiné e Serra Leoa. Formada em 1961, a organização visa a promover a cooperação econômica entre seus membros.

As relações com os Estados Unidos são intensas, devido ao papel desempenhado pelo país no surgimento da Libéria como nação independente e ao apoio para a sua reconstrução nos anos recentes. Desde o fim da guerra civil liberiana, em 2003, os EUA contribuíram com mais de USD 1 bilhão em assistência bilateral, além de terem efetuado contribuição semelhante para as atividades da missão das Nações Unidas no país (UNMIL). Os EUA também são presença importante no setor privado liberiano. Os setores exportadores dinâmicos, como a mineração de ferro e ouro, além da produção de borracha, contam com empresas privadas norte-americanas atuando no país.

Nos últimos anos, a Casa Branca tem decidido prorrogar o “*waiver*” migratório especial dedicado a liberianos residentes nos EUA. A medida teve início no período das guerras civis, mas vem sendo mantida de forma a não causar retorno desordenado da diáspora liberiana, que, além de numerosa, é importante fonte de remessas para a Libéria. Estima-se que 100 mil liberianos residam nos Estados Unidos.

A China reabriu sua embaixada em Monróvia em janeiro de 2004, após a Libéria ter anulado seu reconhecimento de Taiwan. Há participação de empresas chinesas em obras públicas e nos setores de geração de energia e telecomunicações liberianos. Calcula-se que os investimentos chineses na Libéria somem aproximadamente USD 9,9 bilhões. A China é também a principal origem das importações liberianas.

ECONOMIA

Durante grande parte do século XX, o principal produto de exportação da Libéria era a borracha. Em 1926, a empresa Firestone arrendou terrenos que somam um milhão de acres, por 99 anos, e passou a exercer controle sobre a economia nacional. Contudo, com o início da exploração de minério de ferro no condado de Bomi, o produto rapidamente tomou a dianteira como principal bem exportado pelo país.

Na década de 1970, a exportação de borracha e minério de ferro correspondiam a 50% da receita da Libéria. Logo somou-se outra fonte de recursos: taxas de registro da maior frota de navios do mundo. No ápice dessa política, a Libéria chegou a ter 2.500 embarcações registradas sob sua bandeira, embora possuísse, de fato, apenas dois navios.

A economia liberiana permanece muito pouco diversificada, com grande ênfase no setor extrativista (borracha, ferro, ouro, madeira) e menor participação da agroindústria (azeite de dendê e, em menor escala, cacau e café). O setor primário corresponde a cerca de um terço da produção econômica; 60% das exportações correspondem ao setor naval. A balança de comércio é tradicionalmente negativa, embora o déficit comercial se tenha reduzido, em razão da desvalorização do dólar liberiano, que se depreciou em 19%, em 2019.

De acordo com o FMI, a economia liberiana apresentou forte recuperação econômica em 2021, com um crescimento de 5% do PIB, e 2022 (+4,8%). No ano de 2022, a taxa de inflação terminou estimada em 6,9%. Uma das medidas adotadas para o combate à inflação consistiu no drástico corte de tarifas sobre produtos básicos importados. Além disso, o país tem implementado a introdução de novos valores e modelos de papel-moeda, com o fim de modernizar sua política monetária.

A Libéria registra déficits estruturais na área fiscal, na balança comercial e em conta corrente. O governo Weah introduziu reformas que buscam melhorar a arrecadação, mas tem enfrentado dificuldades para reduzir o déficit fiscal. Segundo o Banco Mundial, o déficit fiscal levou ao aumento da dívida pública, de 40,2% do PIB em 2018 para 54,5% em 2019. A razão dívida-PIB permanece relativamente estável, tendo alcançado 55,1% ao final de 2022. A balança comercial é deficitária sobretudo em razão das importações de derivados de petróleo. Variações no preço do petróleo tendem a desorganizar a balança comercial liberiana, podendo resultar em pressão inflacionária. Na conta corrente, além do impacto do déficit comercial, tem-se registrado declínio do investimento estrangeiro direto e das doações externas.

O déficit de infraestruturas, em particular de estradas, energia, água e saneamento, constrange o desenvolvimento. Estima-se que o país tenha 12 mil km de estradas, das quais apenas 7% são pavimentadas. Por outro lado, essa situação pode criar oportunidades de investimentos. Estima-se que a implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) possa aumentar a corrente de comércio do país e reduzir assimetrias externas. Na

condição de segundo maior exportador de borracha e minério de ferro do continente, a Libéria poderia beneficiar-se do acesso ao mercado africano.

Quanto aos anos de 2022 e 2023, apesar de expectativas de redução no ritmo da recuperação posterior à pandemia, o FMI previa que o país mantivesse um ritmo firme de crescimento, sobretudo calcado na exploração de borracha e de ouro e na produção de cimento, setores que apresentaram crescimento de 40%, 80% e 30%, respectivamente. Por outro lado, enquanto os déficits nas transações correntes segurem financiados pelo Fundo, espera-se que o país logre manter suas reservas em níveis seguros.

EMPRÉSTIMO DO FMI

As reservas liberianas encontravam-se em situação preocupante antes da crise da COVID-19, o que levou o país a requisitar e conseguir, em dezembro de 2019, empréstimo do FMI no valor de USD 213 milhões.

Com a emergência sanitária internacional, estima-se que o déficit na balança comercial se tenha reduzido, tendo em conta a queda abrupta do preço do petróleo. Por outro lado, houve queda na atividade econômica em geral e redução no valor das remessas de liberianos no exterior, especialmente dos residentes nos EUA. Diante da perspectiva de queda do PIB, o governo liberiano entrou no mecanismo de resposta a desastres estabelecido pelo FMI, tendo tido o pagamento de parcelas de sua dívida com o fundo prorrogadas desde abril de 2020.

Desde 2021, a Libéria tem logrado manter uma posição relativamente confortável de suas reservas, bem como obteve estabilidade macroeconômica, o que se dá, grande parte, em função do alívio fornecido pelo FMI.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1822	Fundação de colônia dos EUA na Libéria, que serviu como refúgio para escravos libertos
1847	Independência
1989-1997	Primeira Guerra Civil
1997	Charles Taylor eleito presidente da República
1999-2003	Segunda Guerra Civil
2005	Ellen Johnson-Sirleaf é a primeira mulher eleita presidente da República no continente africano
2014-2015	Epidemia de ebola
2017	George Weah eleito presidente da República
2023	Eleição presidencial

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1925	Assinatura do Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias, primeiro acordo entre os dois países
1977	Visita ao Brasil do Ministro da Indústria e Comércio William Dennis, à frente de missão econômica. Na ocasião, é assinado acordo comercial
1978	Criação da Embaixada do Brasil junto ao governo liberiano, com sede em Abidjã
2009	Assinatura do Acordo-Quadro de Cooperação Técnica
2010	Visita ao Brasil da Presidente Ellen Johnson-Sirleaf, ocasião em que foram assinados seis acordos bilaterais. Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Olubanke Akerele
2011	Abertura da Embaixada do Brasil em Monróvia (manteve-se em operação até 2019)
2012	Visita ao Brasil dos Ministros dos Negócios Estrangeiros Augustine Ngafuan, por ocasião da Conferência Anual de Alto Nível da <i>Open Government Partnership</i> , e das Finanças, Planejamento e Assuntos Econômicos Amara Konneh, por ocasião da Conferência Rio+20
2014	O Governo brasileiro realiza doação financeira a diferentes agências das Nações Unidas para o combate ao vírus do ebola e apoio à população na Guiné-Conacri, na Libéria e em Serra Leoa
2019	A Embaixada do Brasil em Acra (Gana) assume, cumulativamente, a representação dos interesses brasileiros junto à Libéria

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Tratado para a Solução Pacífica de Controvérsias	15/07/1925	Em Vigor
Acordo Comercial	21/11/1977	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	29/05/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Minas e Energia	07/04/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Esportiva	07/04/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas	07/04/2010	Em Vigor
Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista	07/04/2010	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Educacional	07/04/2010	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo sobre o Exercício de Atividades Remuneradas por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico	07/04/2010	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Memorando de Entendimento sobre Cooperação Mútua entre as Academias Diplomáticas	26/04/2013	Em Vigor



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 92, DE 2023

(n° 630/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 630

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação da Senhora **MARIANA GONÇALVES MADEIRA**, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.

As informações relativas à qualificação profissional da Senhora **MARIANA GONÇALVES MADEIRA** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 28 de novembro de 2023.

EM nº 00317/2023 MRE

Brasília, 23 de Novembro de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **MARIANA GONÇALVES MADEIRA**, ministra de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixadora do Brasil junto à República de Gana e, cumulativamente, junto à República da Serra Leoa e junto à República da Libéria, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre os países e curriculum vitae de **MARIANA GONÇALVES MADEIRA** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRA DE SEGUNDA CLASSE MARIANA GONÇALVES MADEIRA

CPF: **Informações pessoais**

Informações pesso

Informações pessoais

Dados Acadêmicos:

1993	Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade de Brasília
1998	Bacharelado em e Comunicação Social (habilitação em jornalismo) pela Universidade de Brasília
1997	Mestrado em História pela Universidade de Brasília
1995	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata - IRBr
2005	Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas - IRBr
2013	Curso de Altos Estudos – IRBr

Cargos:

1996	Terceira-secretária
2001	Segunda-secretária
2006	Primeira-secretária
2011	Conselheira
2017	Ministra de segunda classe

Funções:

1997-98	Divisão de Assistência Consular, assistente
1998-00	Departamento de África e Oriente Próximo,
2000-04	Embaixada em Tóquio, terceira-secretária e segunda-secretária
2004-06	Consulado-Geral em Nagoia, cônsul-adjunta
2006-09	Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, subchefe
2009-13	Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, chefe
2011	Embaixada em Camberra, conselheira em missão transitória
2013-16	Consulado-Geral em Sydney, cônsul-adjunta
2016-18	Divisão do Agrupamento BRICS, chefe
2018	Embaixada em laundê, encarregada de negócios em missão transitória
2018-19	Secretaria de Controle Interno, coordenadora
2019-22	Consulado-Geral em Sydney, cônsul-geral adjunta
2022-	Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com Países Desenvolvidos, coordenadora-geral

Obra publicada:

2014	Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira (Fundação Alexandre de Gusmão)
------	---



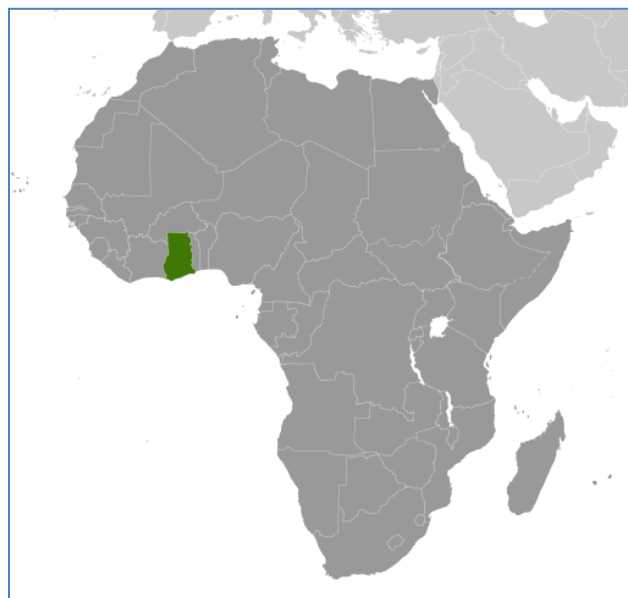
Assinado eletronicamente por

Fernando de Azevedo Silva

Perdigão

Chefe da Divisão do Pessoal

Em 20/11/2023 às 17:50

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**GHANA**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
NOVEMBRO DE 2023**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Gana
GENTÍLICO	Ganês, ganense
CAPITAL	Acra
ÁREA	238.537 km ²
POPULAÇÃO (2022)¹	32,1 milhões
IDIOMAS OFICIAIS	Inglês e idiomas nacionais (Ashante, Twi, Ewe)
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Cristianismo (70%), Islamismo (20%), crenças tradicionais (10%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista (unitária)
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (Parlamento), com 275 membros
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Nana Akufo-Addo (desde 2017, Novo Partido Patriótico)
CHANCELER	Shirley Botchwey (desde 2017, Novo Partido Patriótico)
PIB (2022)¹	US\$ 76 bilhões
PIB PPC (2021)¹	US\$ 217,53 bilhões
PIB PER CAPITA (2021)¹	US\$ 2,37 mil
PIB PPC PER CAPITA (2021)¹	US\$ 6,78 mil
VARIAÇÃO DO PIB¹	1,2% (2023E); 3,2% (2022); 5,4% (2021)
IDH (2019)²	0,611 (138º)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)²	64,1 anos
DESEMPREGO (2019)²	4,3%
UNIDADE MONETÁRIA	Cedi (GHS)
COMUNIDADE BRASILEIRA³	Cerca de 400 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) PNUD; (3) Estimativa do Itamaraty

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Gana	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	397,6	291,9	160,8	263	438	305
Exportações	212,4	151,8	129,7	198,4	318,8	296,4
Importações	185,2	140,1	31	64,7	119,1	8,6
Saldo	27,2	11,7	98,7	133,7	199,7	287,8

PERFIS BIOGRÁFICOS

Nana Akufo-Addo

Presidente de Gana



Nana Addo Dankwa Akufo-Addo, 79 anos, estudou no Reino Unido durante o ensino médio. Voltou a seu país natal em 1962 e iniciou seus estudos na Universidade de Gana em 1964, graduando-se em economia em 1967. Retornou ao Reino Unido para estudar direito. Trabalhou na França de 1971 a 1975. Em 1979, foi co-fundador do escritório de advocacia Akufo-Addo, Prempeh & Co., em Gana. Filiou-se ao Novo Partido Patriótico (NPP) em 1992 e foi eleito deputado três vezes, entre 1996 e 2008. De 2001 a 2003, foi procurador-geral e ministro da Justiça. Foi também ministro das Relações Exteriores no governo do presidente John Kufuor, até 2007, quando deixou o cargo para disputar a indicação como candidato de seu partido, o Novo Partido Patriótico (NPP), à Presidência do país nas eleições de 2008. Disputou, sem sucesso, as eleições presidenciais de 2008 e 2012. Candidatou-se novamente em 2016, quando logrou eleger-se presidente da República, e foi reeleito em dezembro de 2020.

X: @NAkufoAddo

Mahamudu Bawumia
Vice-Presidente de Gana



Mahamudu Bawumia, 60 anos, graduou-se em ciências econômicas na Universidade de Buckingham. Kursou mestrado na Universidade de Oxford (Lincoln College), no Reino Unido, e doutorado na Universidade Simon Fraser, no Canadá. É autor de livros e artigos sobre política monetária e desenvolvimento econômico. Antes de assumir a Vice-Presidência, em janeiro de 2017, foi Vice-Presidente do Banco Central de Gana (2006-2009), professor visitante no Centro para o Estudo das Economias Africanas da Universidade de Oxford (2009-2010), representante residente do Banco Africano de Desenvolvimento no Zimbábue (2011-2012) e professor visitante de governança econômica na Universidade Central de Gana (2013-2015). Foi um dos responsáveis pelo projeto de controle da hiperinflação que afligia o país no início dos anos 2000, quando trabalhava no Banco de Gana. Trabalhou na reestruturação do setor bancário ganense e em negociações com o FMI. Com papel destacado no eleitorado do norte mulçumano, foi eleito vice-presidente na chapa do Novo Partido Patriótico (NPP) vencedora em 2016. Além da função de vice-presidente, acumulou a supervisão das políticas econômicas. Foi reeleito vice-presidente em dezembro de 2020.

Shirley Botchwey

Ministra dos Negócios Estrangeiros e da Integração Regional



Shirley Ayorkor Botchwey, 60 anos, formou-se em jornalismo e tem mestrado em comunicação pública pela Universidade de Westminster (2002) e em gestão de projetos pela Universidade de Gana (2004). Antes de ingressar na política, administrou a empresa de comunicação e marketing “Dynamic Communications”. É filiada ao Novo Partido Patriótico (NPP) e deputada desde 2005. Na presidência de John Kufuor (2001-2009), foi vice-ministra dos Negócios Estrangeiros e ministra de Estado para Recursos Hídricos, Obras e Habitação. Foi nomeada ministra dos Negócios Estrangeiros em janeiro de 2017 e reconduzida ao cargo em 2020, após a reeleição do presidente Akufo-Addo.

X: @AyorkorBotchwey

APRESENTAÇÃO

Gana foi o primeiro país da África subsaariana a alcançar a independência, em 1957, tendo se tornado fonte de inspiração para o movimento de descolonização que se disseminou pelo restante do continente nas décadas subsequentes. O país também é referência no processo de consolidação democrática que se estendeu a vários países da África a partir da década de 1990. Desde que Gana iniciou o processo de abertura política, no início dos anos de 1990, houve três alternâncias pacíficas de poder entre governo e oposição.

O líder do movimento de independência ganense, Kwame Nkrumah, tornou-se o primeiro mandatário do país, em 1957, e foi deposto em 1966, no primeiro de uma série de golpes militares que marcariam a política do país. Em 1981, o Tenente-Aviador Jerry John Rawlings assumiu o comando do Estado e coordenou a retomada da democracia, propondo eleições diretas e pluripartidárias em 1992. Foi eleito presidente naquele ano e reeleito em 1996.

Desde então, Gana vem-se destacando por suas três décadas de estabilidade democrática, nas quais dois partidos vêm se alternando no poder: o Congresso Democrático Nacional (NDC na sigla em inglês), de tendência social-democrata, pelo qual Rawlings se elegeu; e o Novo Partido Patriótico (NPP), de viés liberal-conservador, a que pertence o atual presidente, Nana Akufo-Addo. No contexto africano, Gana tem perfil relativamente destacado em termos de direitos políticos e garantia de liberdades civis. Nas últimas décadas, o país sobressaiu, ademais, pelos êxitos alcançados na redução da pobreza extrema e das taxas de contaminação pelo vírus HIV/AIDS.

Historicamente, Gana tem sido um dos principais promotores da integração africana. Após copatrocinar a criação da Organização da Unidade Africana (OUA, fundada em 1963), foi um dos principais proponentes da Nova Parceria para o Desenvolvimento da África (NEPAD, estabelecida em 2001) e da União Africana (criada em 2002, como sucessora da OUA). O secretariado da nova Zona de Livre Comércio Continental Africana, criada por acordo firmado em março de 2018 e que entrou em vigor em maio de 2019, será a primeira instituição oriunda do pan-africanismo a se instalar no país. Gana também integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), com outros 14 países. Apesar do entorno conturbado, Gana transita sem dificuldades junto aos países da região.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Encarregado de Negócios do Brasil, a.i., em Acra	João André Silva de Oliveira
Embaixadora de Gana em Brasília	Abena Pokua Adompim Busia

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Comissão Mista	2	2004, em Brasília
Mecanismo de Consultas Políticas	0	Pendente de inauguração

Gana é um dos parceiros mais tradicionais do Brasil na África Ocidental. As relações diplomáticas entre os dois países foram estabelecidas em 1960. Naquele ano, foi criada legação do Brasil em Acra, a qual foi elevada à condição de Embaixada no ano seguinte – uma das primeiras do Brasil na África subsaariana. Gana, por sua vez, abriu Embaixada no Brasil em 1962.

Historicamente, Gana tem sido, ademais, um dos países da África Ocidental que mais ativamente responderam às iniciativas brasileiras de aproximação com o continente africano. Nos anos 1960 e 1970, as relações foram marcadas pela agenda comum voltada para a condenação do apartheid, o desarmamento e a autodeterminação dos povos. Na década de 1980, Gana copatrocinou projeto de resolução apresentado pelo Brasil na ONU para a criação da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Mais recentemente, apoiou candidaturas brasileiras e compartilha posições com o Brasil em temas da agenda multilateral. Ambos exercem mandatos como membros não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas no biênio 2022-2023.

Em audiência à embaixadora do Brasil, em abril de 2022, o presidente Akufo-Addo ressaltou o aumento da corrente comercial bilateral nos últimos anos e salientou que, apesar da pandemia, as relações entre os dois países saíram fortalecidas desse período de dificuldades. Disse, ainda, que esperava dar continuidade ao bom relacionamento com o Brasil. Os chanceleres dos dois países, ministros Carlos França e Shirley Botsway, avistaram-se em julho de 2022, em Nova York, à margem de debate do Conselho de Segurança das Nações Unidas sobre comunicação estratégica em operações de manutenção da paz, promovido pelo Brasil enquanto presidente rotativo do Conselho.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

Nas últimas duas décadas, as relações bilaterais ganharam novo impulso com uma série de encontros de alto nível, incluindo viagens presidenciais a Gana em 2005 e 2008; visitas do presidente de Gana ao Brasil em 2006 e 2015, e do vice-presidente, em 2008, 2010 e 2012; viagens do ministro das Relações Exteriores a Acra em 2011 e 2017; e da ministra dos Negócios Estrangeiros ganense ao Brasil em 2013.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Tradicionalmente, no comércio com Gana, o cacau é o principal item importado pelo Brasil. Por sua vez, o açúcar é o principal produto vendido pelo lado brasileiro, seguido de frango e hidróxido de alumínio. Contudo, em anos recentes, a pauta de exportação diversificou-se, com o incremento da venda de bens industrializados, como resultado do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI).

As vendas brasileiras cresceram a partir de 2002 e alcançaram seu ápice em 2011 (USD 446 milhões); reduziram-se progressivamente desde então, chegando a seu menor resultado em 2019 (USD 131 milhões); e retomaram trajetória de crescimento expressivo no biênio seguinte, não obstante a disrupção decorrente da pandemia de Covid-19 (USD 198 milhões em 2020 e USD 315 milhões em 2021, um aumento de 141% no biênio). De modo geral, o fluxo de comércio e as exportações brasileiras encontravam-se, ao final de 2021, em patamar relativamente elevado, próximo ao do início da década de 2010; as importações de Gana e o superávit para o Brasil, por outro lado, seguem em patamares inferiores aos de pico.

Em 2022, o comércio bilateral sofreu redução de 30% (para USD 305 milhões). O superávit brasileiro, contudo, cresceu 44% (para USD 288 milhões), tendo em conta a forte redução de importações (-93%, para USD 8,6 milhões), possivelmente relacionada à retomada das importações de cacau provenientes da Côte d'Ivoire, suspensas pelo MAPA durante a maior parte do ano de 2021. Entre as exportações brasileiras, o açúcar ocupou o primeiro lugar, com 41% do total de exportações, seguido de carnes (15%), e álcool etílico (9%).

Empresas brasileiras têm-se feito presentes em Gana, sobretudo na área de construção civil, em que atuam ou atuaram no país os grupos Odebrecht, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, OAS e Contracta. No setor de agricultura, destacam-se a Usibras e a Brazil Agrobusiness, que contam com recursos próprios para investir no mercado ganense. A Usibras iniciou suas atividades produtivas no fim de 2015, na área metropolitana de Acra, com fábrica de processamento de castanha de caju para exportação. Por sua vez, a Brazil Agrobusiness desenvolve, há mais de uma década, projeto de plantação de arroz no município de Sogakope, a cerca de duas horas de Acra.

PROGRAMA MAIS ALIMENTOS INTERNACIONAL (PMAI)

Embora tenha constituído iniciativa econômico-comercial, o PMAI reveste-se de grande importância política tanto no quadro interno ganense quanto no relacionamento bilateral. Do ponto de vista do governo de Gana, o PMAI inseriu-se em seu principal programa de desenvolvimento e geração de empregos, o “Plantando para Alimentos e

Empregos”, no âmbito do qual foi planejada a criação de 750 mil postos de trabalho diretos e indiretos, sobretudo entre a população jovem.

O programa de financiamento, com créditos concessionais, para a aquisição de equipamentos e máquinas agrícolas brasileiros contemplou financiamento de US\$ 95 milhões para Gana, aprovados pela Câmara de Comércio Exterior (CAMEX) a partir de 2014 (primeira tranche). A execução da terceira e última tranche foi aprovada pelo Comitê de Financiamento e Garantia das Exportações (COFIG) em dezembro de 2020.

O programa impactou consideravelmente na mudança do predomínio de *commodities* para manufaturados na pauta de exportações brasileiras a Gana. Dada a importância fundamental do setor agrário para a economia de Gana, trata-se de um dos mais importantes pontos na agenda bilateral corrente, ao lado da cooperação técnica. Durante discurso anual à nação proferido em março de 2023, ao comentar sobre os investimentos de seu governo em infraestrutura, o presidente Akufo-Addo citou nominalmente o Brasil como origem de tratores e equipamentos agrícolas importados por seu país.

DÍVIDA SOBERANA

Em dezembro de 2022, o governo brasileiro solicitou ao governo ganense a regularização de dois atrasos no pagamento de obrigações financeiras contraídas junto ao Brasil. O primeiro caso refere-se a operação de financiamento a exportações destinadas ao projeto Corredor Oriental, objeto de contrato de financiamento firmado em 2013 entre Gana e o BNDES. O Brasil solicitou o reabastecimento de conta colateral, após o saque, pelo lado brasileiro, de US\$ 5.729.861,30 (parcela vencida em 15/8/22), bem como a regularização da mora no valor de US\$ 8.409,05 decorrente da utilização da conta colateral. O segundo atraso refere-se a operação de financiamento no âmbito do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI). Encontra-se pendente de pagamento parcela de US\$ 78.477,14 vencida em 19/8/22.

COOPERAÇÃO TÉCNICA

A cooperação com Gana está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica assinado em 7 de novembro de 1974 e promulgado em 12/09/1975. Atualmente, não há projetos de cooperação técnica bilateral com Gana. Contudo, Gana participa, eventualmente, de ações de intercâmbio da iniciativa regional de cooperação técnica trilateral com organismos internacionais na área de alimentação escolar (Programa de Execução para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar) executada em parceria com o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), como instituição brasileira cooperante, e com o Centro de Excelência contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA), em Brasília.

Quanto às iniciativas já concluídas, uma das mais significativas foi o projeto de “Apoio à Estruturação do Sistema Nacional de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme da República de Gana”, executado em 2009 e 2010. Coordenado pela Agência Brasileira de Cooperação, o projeto teve como parceiros brasileiros o Ministério da Saúde, a Universidade Federal de Minas Gerais e a Fundação Centro de Hematologia e Hemoterapia de Minas Gerais. Não foram concluídas as atividades

relativas à construção do Centro de Hematologia do Ministério da Saúde de Gana em Kumasi – o que pode ensejar a retomada dessa cooperação em futuras negociações com Gana, a depender de disponibilidade orçamentária.

De 2017 a 2020, a ABC e Agência de Cooperação Alemã (GIZ, na sigla em alemão) realizaram cooperação trilateral com Gana, por meio do projeto “Aumento da Eficiência e Qualidade da Produção e Processamento do Caju em Gana”, voltado à melhoria da qualidade da pesquisa no desenvolvimento de mudas de caju adaptadas às condições locais ganenses, além de transferência de tecnologias e de processamento do caju para a produção de sucos, polpas e doces. A contribuição do Brasil foi de US\$ 341 mil, a da Alemanha, de US\$ 336 mil, e a de Gana, de US\$ 112 mil.

DIPLOMACIA DA SAÚDE

Em 2020, em meio à pandemia de Covid-19, atendendo à solicitação do governo de Gana, o governo brasileiro doou ao país USD 75 mil para a aquisição de respiradores mecânicos. Os recursos foram transferidos pela ABC ao Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (PMA) em Brasília, que repassou o montante ao escritório do PMA em Acra.

Em 2010, a extinta Coordenação-Geral de Cooperação Humanitária e Combate à Fome (CGFOME) efetuou aportes financeiros no valor total de USD 562 mil, por meio do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) e do Alto-Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados (ACNUR), em resposta emergencial a chuvas torrenciais seguidas de enchentes e em apoio a refugiados marfinenses no país.

COOPERAÇÃO EM DEFESA

As relações do Brasil com Gana na área de defesa ainda são incipientes, mas há expectativas positivas com a celebração do Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa, que se encontra pronto para ser firmado (aguarda-se visita de alto nível). O acordo deverá inaugurar arcabouço jurídico abrangente em áreas como treinamento, intercâmbio de oficiais e fornecimento de produtos de defesa.

O Brasil dispõe de Adidância de Defesa residente em Abuja (Nigéria), acreditada também junto ao Governo de Gana. Em janeiro de 2020 foi acreditado o primeiro adido de defesa ganês residente em Brasília.

Gana também pode ser um país estratégico no contexto das preocupações brasileiras com a segurança no golfo da Guiné. O país faz parte do chamado Processo ou Arquitetura de Iaundê, que busca a coordenação entre países da costa ocidental africana, do Senegal a Angola, para monitorar e combater a pirataria e o roubo armado de carga marítima na região

COOPERAÇÃO EDUCACIONAL

A cooperação educacional está amparada no Acordo de Cooperação Cultural assinado em 1972 e vigente desde 1973. De 2000 a 2020, 313 estudantes ganenses participaram do Programa Estudantes-Convênio de Graduação (PEC-G) e um estudante participou, em 2003, do Programa Estudantes-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG).

Entende-se que a exigência do certificado de proficiência em português Celpe-Bras é um dos gargalos para o aumento da mobilidade estudantil nos programas oficiais

(a oferta de cursos de português em Gana é restrita, uma vez que o idioma é ministrado em apenas uma instituição de ensino superior local, o “Ghana Institute of Languages”). De todo modo, como não há posto aplicador do Celpe-Bras no país, os candidatos ao PEC-G podem realizar curso de português no Brasil, com duração de aproximadamente 8 meses, antes de iniciar os estudos de graduação.

COOPERAÇÃO CULTURAL

Em julho de 2023, o Festival "Panafest", realizado em Gana a cada dois anos, recebeu delegação brasileira composta por representantes do Itamaraty, da Fundação Palmares, do governo da Bahia, da prefeitura de Salvador e da sociedade civil. O Panafest tem por objetivo reunir a diáspora africana no mundo para promover a união, a compreensão e o orgulho entre os povos afrodescendentes, bem como para propagar os ideais do pan-africanismo de forma geral. Durante a missão, a delegação visitou diversas lideranças e instituições ganenses com o objetivo de iniciar mecanismos bilaterais de cooperação cultural e educacional.

Os contatos mantidos em quatro cidades ganenses representaram importante momento da reaproximação entre Brasil e Gana. Foi a primeira vez que delegação composta por representantes governamentais das esferas municipal, estadual e federal, além da sociedade civil, na figura do Vovô do Ilê, visitou oficialmente o país a fim de reforçar os laços culturais e, sobretudo, humanos que ligam os dois países, a partir da herança africana comum. A visita lançou as bases de diversos projetos de cooperação que poderão promover significativo avanço no patamar das relações entre Brasil e Gana.

Em 2019, o Itamaraty havia apoiado, igualmente, a participação brasileira no Panafest, especialmente no segmento de diálogo inter-religioso, por meio de alocação sobre o candomblé proferida por líder religiosa vinda do Brasil para a ocasião. Também em 2019, o Itamaraty apoiou viagem a Gana do grupo Olodum, que se apresentou em Acra e no festival Akwasidae, em Kumasi, com a presença do Rei dos Ashantis, Otumfuo Osei Tutu II.

POLÍTICA INTERNA

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

A República de Gana, estado unitário, adota o sistema presidencialista. O Parlamento é unicameral. O Poder Judiciário é independente, e as Forças Armadas, foco de crises políticas no passado, estão subordinadas ao poder civil.

CONTEXTO RECENTE

A melhora da situação macroeconômica em anos recentes levava a crer que o Novo Partido Patriótico (NPP), do presidente Nana Akufo-Addo, teria vantagem nas eleições gerais previstas para dezembro de 2020. O ano eleitoral, no entanto, foi marcado pela pandemia de Covid-19, pelos desgastes decorrentes da queda da atividade econômica e pela morte do ex-presidente Rawlings, figura histórica do maior partido de oposição, o NDC. Em eleições com expressivo comparecimento de votantes, Akufo-Addo foi reeleito para segundo mandato como presidente de Gana, mas por estreita margem.

Pela primeira vez na história do país, o governo não conta com apoio amplamente majoritário do Parlamento. Os dois principais partidos obtiveram exatamente o mesmo número de deputados, e o opositor NDC conseguiu eleger o presidente do Parlamento.

Em seu discurso inaugural, Akufo-Addo elencou seis prioridades para seu novo mandato: (i) retomada econômica, (ii) universalização do acesso à eletricidade, (iii) construção de hospitais, (iv) ampliação do acesso a saneamento básico e água encanada, (v) enfrentamento do crescente déficit habitacional e (vi) continuidade do massivo investimento – iniciado em 2020, mas prejudicado pelo impacto da pandemia de Covid-19 na economia – na reforma e na construção de rodovias.

Gana tem alcançado importantes progressos na promoção e na proteção dos direitos humanos, tema de rotineiro debate na sociedade ganense, embora permaneçam áreas que carecem de avanços no sentido da garantia de direitos e liberdades fundamentais a todos os cidadãos. Entre as frentes onde se registraram êxitos significativos nos últimos 5 anos, destaca-se o acesso à educação. O governo Akufo-Addo introduziu a política de Ensino Médio Gratuito (“Free Senior High School” - SHS), em setembro de 2017, seguida por uma série de reformas lançadas em 2019 para melhorar a formação de professores e o estabelecimento de um novo currículo nacional. Esses movimentos parecem estar dando frutos, pois as taxas de matrícula e os resultados dos testes têm melhorado, bem como vem aumentando o investimento estatal em educação. De 2013 a 2018, o Estado alocou entre 12% e 15% do orçamento nacional ao Ministério da Educação. Já no orçamento para 2019, o investimento público aumentou 39% em relação ao ano anterior.

No que tange ao direito à saúde, o país tem igualmente logrado importantes avanços, com a contínua expansão do sistema universal de saúde (NHIS – “National Health Insurance Scheme”), que já vinha sendo elogiado como o mais bem sucedido do continente africano, com uma das maiores taxas de cobertura da população. O governo continua a expandir não só o acesso à saúde, mas também o âmbito dos benefícios que disponibiliza aos seus cidadãos. De acordo com o censo de Gana de 2021, 68,6% da população está coberta pelo NHIS ou por planos de seguro de saúde privados, apesar das grandes variações regionais, com ampla cobertura para um escopo limitado de problemas de saúde, voltado principalmente para o tratamento de doenças mais prevalentes, como a malária. Como consequência, vários dos indicadores de saúde de Gana melhoraram na última década, demonstrando o progresso geral obtido no setor.

Apesar de a pandemia de Covid 19 haver exposto grandes lacunas no setor da saúde, como a necessidade de construir mais hospitais a nível distrital, Gana fez um trabalho admirável no gerenciamento da doença. O governo se destacou como um dos países que mais testaram seus cidadãos na África, tendo sido elogiado por organizações como a OMS (Organização Mundial da Saúde) pelos protocolos de saúde pública estabelecidos. Também implementou medidas econômicas, como pacotes de estímulo e redes de segurança social para ajudar pequenas empresas, proteger trabalhadores e fornecer alimentos e assistência médica às populações vulneráveis. Essas medidas ajudaram a conter a disseminação do vírus e a apoiar a economia, além de assegurar à população o direito à saúde.

Não obstante os avanços alcançados, a disputa à sucessão de Akufo-Addo, culminando na eleição agendada para dezembro de 2024, será condicionada, inevitavelmente, pela aguda crise inflacionária instalada no país a partir de agosto de 2021, na esteira da pandemia de Covid-19, agravada pelo conflito na Ucrânia (v. seção sobre a economia ganense).

POLÍTICA EXTERNA

São prioridades na política externa de Gana o oeste africano, em geral, e a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), em particular. A paz e a segurança nos vizinhos são preocupações centrais para o governo ganense, pois há entendimento de que a estabilidade regional proporciona ambiente de paz também no plano doméstico.

O combate à pirataria no Golfo da Guiné e ao terrorismo no Sahel, desafios que têm afetado a maior parte dos estados da sub-região, tornou-se ainda mais importante recentemente, tendo em conta as descobertas de grandes reservas de petróleo em Gana e o transbordamento, já constatado, dos ataques terroristas para os países costeiros da África Ocidental. Nesse contexto, verifica-se o interesse de Gana em modernizar suas Forças Armadas.

Também há grande interesse ganense nas questões de âmbito continental. Não por acaso, o país sediará a secretaria da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA).

No biênio 2022-2023, Gana exerce mandato como membro não permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas, ao lado do Brasil. Na 78ª sessão da Assembleia Geral, em setembro de 2023, o presidente Nana Akufo-Addo fez discurso enfático no que diz respeito às injustiças históricas que causaram diferenças de desenvolvimento entre as nações e na obrigação que os países desenvolvidos teriam de reparar as nações exploradas, em especial as africanas.

ZONA DE COMÉRCIO LIVRE CONTINENTAL AFRICANA (ZCLCA)

O acordo que criou a Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA ou, na sigla em inglês, AfCFTA) entrou em vigor em 30 de maio de 2019, após o depósito do 22º instrumento de ratificação. Até o momento, 54 países africanos assinaram o instrumento (a única exceção é a Eritreia). Caso implementada de maneira exitosa, a ZCLCA criará um mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões. A remoção das tarifas sobre o comércio de bens poderia promover um aumento de mais de 50% do valor do comércio intra-africano até 2040.

Gana foi escolhido como sede da secretaria da ZCLCA como resultado de campanha intensa, que envolveu o engajamento pessoal do tanto do presidente Nana Akufo-Addo quanto de seus antecessores. Apesar do longo histórico de Gana em prol do pan-africanismo, esta será a primeira organização continental com sede no país. A eleição do país materializou importante vitória diplomática do atual governo.

Na última década, os países africanos foram origem de 4,2% das importações e destino de 3,4% das exportações brasileiras, em média. Os principais produtos importados no período foram combustíveis (79,3%), adubos (9%) e cacau (1,4%), e os principais itens exportados foram açúcar (33,3%), carnes (15%) e cereais (8,4%). Segundo estudo da Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA),

alguns dos principais itens exportados pelo Brasil para a África – sobretudo açúcar e carnes – figuram entre aqueles com maior potencial de incremento no âmbito do comércio intracontinental no setor agrícola. A embaixada brasileira em Acra será posto de observação privilegiado da evolução da implementação do acordo.

REFORMA DO CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU

O presidente Nana Akufo-Addo já expressou, em diferentes ocasiões, seu interesse em aumentar a eficácia e a representatividade do Conselho de Segurança da ONU (CSNU), em particular, e da ONU, em geral. O governo ganense já demonstrou simpatia pela candidatura brasileira a assento permanente no CSNU, e o presidente Akufo-Addo, no período em que exerceu as funções de Chanceler (2005-2007), indicou disposição em trabalhar para aproximar as propostas do G-4 (Brasil, Alemanha, Japão e Índia, que defendem a expansão do CSNU nas categorias de membros permanentes e não permanentes) à da União Africana (UA). O C-10, comitê responsável na UA pelo acompanhamento das negociações sobre reforma do CSNU, está comprometido com a proposta de reforma consolidada no Consenso de Ezulwini, que prevê seis novos assentos permanentes, sendo dois para a África, com direito de veto.

ECONOMIA

Nos últimos anos, Gana vinha se destacando pelo bom desempenho econômico, com expansão da indústria do petróleo, valorização do preço do cacau, investimentos no setor industrial e estabilidade macroeconômica. Em 2019, Gana teve crescimento de 6,5% no PIB, um dos maiores do mundo, e saldou a última parcela de empréstimo tomado junto ao FMI. Os esforços governamentais de diversificação econômica e oferta de infraestrutura vinham rendendo frutos, ainda que a economia seguisse dependente da exportação de cacau, ouro e hidrocarbonetos. O setor industrial é pequeno em relação aos setores extrativista e de serviços.

Esse cenário, contudo, foi drasticamente impactado pela crise derivada da Covid-19, com piora dos principais indicadores econômicos em 2020. A queda drástica no preço do petróleo e a interrupção do turismo reduziu muito o ingresso de reservas, ainda que a alta no preço do ouro, outro item das exportações do país, tenha diminuído as perdas. Em abril daquele ano, ainda sim, o governo solicitou novo empréstimo ao FMI, o que permitiu reequilibrar a gestão da crise, com endividamento externo.

Desde agosto de 2021, Gana experimenta agudo crescimento da inflação e desvalorização do cedi, quadro agravado ulteriormente, a partir de 2022, pelo conflito armado na Ucrânia (a Rússia é importante fornecedor de fertilizantes para o país africano). Em junho de 2022, foram realizados protestos de grande escala em Acra, com participação de políticos da oposição e celebridades, que se iniciaram de forma pacífica mas resultaram em violentos confrontos com a polícia. Poucos dias após as manifestações, o presidente Nana Akufo-Addo determinou o início de tratativas com FMI com vistas à 17ª intervenção do Fundo em socorro ao país. A inflação anual registrada pelo FMI ao final de 2022 foi de 31,9%, e a estimativa do Fundo para 2023 é de 42,2%, os piores resultados em décadas.

EMPRÉSTIMO DO FMI

Em maio de 2023, após 10 meses de negociações, o FMI anunciou a aprovação de seu 17º programa de apoio financeiro a Gana. O acordo prevê o empréstimo de US\$ 3 bilhões, ao longo de 3 anos, sob o regime de “extended credit facility”. Os termos do empréstimo incluem uma taxa de juros de 0%, com um período de carência de 5,5 anos e um vencimento final de 10 anos. O desembolso do crédito será feito em lotes, com liberação imediata da primeira parcela, de US\$ 600 milhões. As parcelas restantes serão desembolsadas a cada seis meses, após as revisões do programa, que será monitorado e avaliado semestralmente.

O FMI afirmou que a consolidação fiscal é um elemento central do programa. Com forte foco na preservação da estabilidade financeira e no incentivo ao investimento privado e ao crescimento, o programa defendido pelo FMI prevê a restrição da política monetária e taxas de câmbio flexíveis, como forma de trazer a inflação de volta a um dígito e de reconstruir as reservas internacionais. As reformas já teriam começado com

o ajuste fiscal substancial e antecipado trazido pelo orçamento de 2023. O Fundo reconheceu que as autoridades ganenses estão avançando com reformas para aumentar a mobilização de receitas internas, fortalecer a gestão das finanças públicas e enfrentar os profundos desafios nos setores de energia e cacau, com o objetivo de promover disciplina fiscal duradoura. Foi também ressaltado o programa abrangente de reestruturação da dívida lançado pelo governo, incluindo a dívida interna e a externa, e que deverá ser aprofundado como parte do acordo.

Como parte da proposta para garantir o acordo com o FMI, o governo concordou em aumentar as tarifas de serviços públicos a cada três meses, a contar de setembro de 2022 – o que resultou em um aumento cumulativo da tarifa de eletricidade de 75,32%, tornando-a praticamente inacessível para parte da população. Além disso, o Banco de Gana elevou a taxa básica de juros para 29,5%, citando a necessidade de ancorar as expectativas de inflação na meta de médio prazo de 8,2%. A atual trajetória de política monetária, se continuada, pode levar a uma desaceleração ainda maior em setores-chave da economia, como agricultura, indústria e imóveis.

PETRÓLEO

Na última década, Gana passou a ser um dos principais produtores de petróleo na África. Em 2010, a produção ganense era de apenas 9 mil barris por dia (bpd). Descobertas de poços em águas profundas, similares ao pré-sal brasileiro, transformaram o país em destaque de reservas e produção de hidrocarbonetos no continente africano. Em 2015, a produção saltou para 107 mil bpd, alcançando, em 2019, 207 mil bpd. O país agora tem a 7ª maior produção de petróleo da África, superior à da Guiné-Equatorial, integrante da OPEP. Gana possui apenas uma refinaria, com capacidade de processar até 45 mil barris diários, o que leva o consumo doméstico de derivados a depender de importações.

CACAU

O cacau é o principal item de exportação agropecuária de Gana, correspondendo a aproximadamente 10% do PIB. Desde 2019, o país mantém bem-sucedida parceria com a vizinha Côte d'Ivoire na administração dos preços internacionais do cacau - juntos, os dois países são responsáveis por dois terços da produção mundial. Os principais mercados para o cacau ganense são Holanda, França e Estados Unidos, que juntos respondem por um terço das compras.

OURO

Gana é o maior produtor de ouro da África, à frente da África do Sul, e o 6º produtor mundial, com produção de 130 toneladas em 2021. Os primeiros registros de extração de ouro datam do século IV. Em 1.500, o litoral recebeu a alcunha de “Costa do Ouro”. A produção em larga escala começou no século XIX. A partir de 1985, novo marco regulatório atraiu investidores internacionais, levando ao aumento da produção, cujos níveis chegaram a 20% do total mundial. Em 2020, com a crise da Covid-19 e o aumento da incerteza sobre a economia, o preço do ouro subiu, ultrapassando a marca de USD 2 mil por onça. Desde então, permanece em patamar elevado.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1951	Formação do Movimento da Convenção do Povo, liderado por Kwame Nkrumah
1957	Declarada a independência do Reino Unido
1966	Golpe que depôs Kwame Nkrumah
1981	Golpe de estado liderado por Jerry John Rawlings
1992	Promulgação de nova Constituição e retorno ao regime democrático
2017	Início do primeiro mandato do presidente Nana Akufo-Addo
2021	Início do segundo mandato do presidente Nana Akufo-Addo

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1960	Estabelecimento das relações diplomáticas
1961	Elevação da Legação do Brasil em Acra à categoria de Embaixada
1972	Visita a Gana do Ministro das Relações Exteriores Mario Gibson Barboza. Assinatura de Acordo sobre Cooperação Cultural e de Acordo Comercial
1974	Assinatura de Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica
1978	Visita ao Brasil do Rei dos Axântis, Otumfuo Opoku Ware II
1981	Visita ao Brasil do Vice-Presidente John Graft Johnson
1984	Visita ao Brasil do Ministro interino da Agricultura Charles K. Annan
1985	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura Isaac Adjei-Maafa
2003	Visita a Gana do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Visita ao Brasil do Ministro da Energia Paa Kwesi Ndoum
2004	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Nana Akufo-Addo. II Reunião da Comissão Mista Brasil-Gana
2005	Visita a Gana do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva e do Ministro das Relações Exteriores Celso Amorim. Assinatura de Acordo sobre Serviços Aéreos
2006	Visita ao Brasil do Presidente John Agyekum Kufuor e do Ministro dos Negócios Estrangeiros Nana Akufo-Addo. Assinatura de Acordo de Cooperação Esportiva. Encontro entre os Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e John Agyekum Kufour em Abuja, Nigéria, à margem da Cúpula África-América do Sul
2007	Visita a Gana do Ministro de Minas e Energia Silas Rondeau, por ocasião das celebrações dos 50 anos de independência de Gana
2008	Visita a Gana do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, por ocasião da XII UNCTAD. Visita ao Brasil da Presidente da Suprema Corte de Gana,

	Georgina Wood. Visita ao Brasil do Vice-Presidente Alhaji Aliu Mahama
2010	Visita ao Brasil do Vice-Presidente John Mahama
2011	Visita ao Brasil do Vice-Presidente John Mahama
2012	Visita ao Brasil do Vice-Presidente John Mahama
2013	Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Hanna Tetteh
2015	Visita ao Brasil do Presidente John Mahama, por ocasião da cerimônia de posse da Presidente Dilma Rousseff. Visita a Gana do Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira
2017	Visita a Gana do Ministro das Relações Exteriores Aloysio Nunes Ferreira. Visita ao Brasil do Rei dos Axântis, Otumfuo Osei Tutu II
2019	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura Owusu Akoto
2022	Encontro entre os Chanceleres Carlos França e Shirley Botsway em Nova York, à margem de debate do Conselho de Segurança da ONU

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Acordo sobre o Exercício de Atividade Remunerada por Parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Militar, Administrativo e Técnico de Missões Diplomáticas e Consulares.	29/07/2013	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Centro de Hemoterapia e Doença Falciforme de Kumasi"	09/02/2011	Em Vigor
Memorando de Entendimento para a Promoção da Cooperação Sul-Sul Relativa ao Fortalecimento da Agricultura e da Segurança Alimentar	10/12/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Apoio A Estruturação do Programa Nacional de Atenção Integral à Pessoa com Doença Falciforme da República de Gana"	07/07/2009	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto "Desenvolvimento das Bases para o Estabelecimento da Agricultura de Energia em Gana"	19/04/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de	19/04/2008	Em Vigor

Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Desenvolvimento das Plantações Florestais em Gana”		
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Procedimentos Laboratoriais em Biotecnologia e Manejo de Recursos Genéticos Aplicados à Agrobiodiversidade da Mandioca em Gana”	19/04/2008	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica para Implementação do Projeto “Fortalecimento das Ações de Combate ao HIV/AIDS em Gana”	19/04/2008	Em Vigor
Acordo de Cooperação Esportiva	10/07/2006	Em Vigor
Acordo sobre a Isenção Parcial de Vistos em Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	08/11/2005	Em Vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos	12/04/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Memorandum de Entendimento para o Estabelecimento de Consultas Políticas	12/04/2005	Em Vigor
Acordo sobre Criação de Comissão Mista	05/07/1985	Em Vigor
Protocolo de Intenções	14/07/1981	Em Vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica e Científica	07/11/1974	Em Vigor
Acordo Comercial	02/11/1972	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Cultural	02/11/1972	Em Vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**SERRA LEOA****INFORMAÇÃO OSTENSIVA****NOVEMBRO DE 2023**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República de Serra Leoa
GENTÍLICO	Serra-leonês
CAPITAL	Freetown
ÁREA	71.740 km ² (½ da área do CE)
POPULAÇÃO (2022)¹	8,3 milhões de habitantes
IDIOMAS	Inglês (oficial), krio (crioulo), mende, limba, temne
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (45,9%); crenças tradicionais (40,1%), cristianismo (11,7%)
SISTEMA DE GOVERNO	República presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral: Câmara dos Representantes, com 124 assentos.
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Julius Maada Bio (desde 2018, <i>Sierra Leone People's Party</i>)
CHANCELER	Timothy Musa Kabbah (desde agosto de 2023)
PIB (2022)¹	US\$ 3,94 bilhões
PIB PPC (2022)¹	US\$ 16,5 bilhões
PIB PER CAPITA (2022)¹	US\$ 476
PIB PPC PER CAPITA (2022)¹	US\$ 1,99 mil
VARIAÇÃO DO PIB (FMI)	2,7% (2023E); 4% (2022); 4,1% (2021)
IDH (2022)²	0,477 (181º de 191)
IHDI (2019)²	0,291
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)²	54,7 anos
DESEMPREGO (2019)²	4,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Leone (SLL)
COMUNIDADE BRASILEIRA³	Não há estimativa

Fontes: (1) FMI; (2) PNUD; (3) Itamaraty

CORRENTE COMERCIAL – milhares de US\$						
Brasil → Serra Leoa	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	41.662	38.122	40.327	56.069	43.058	31.100
Exportações	41.633	38.091	40.276	55.984	42.687	30.700
Importações	29	31	51	84	371	400
Saldo	41.603	38.060	40.225	55.900	42.316	30.300

Fonte: Comexstat

PERFIS BIOGRÁFICOS

Julius Maada Bio
Presidente da República



Julius Maada Bio, 59 anos, general de brigada da reserva, formou-se segundo-tenente na Academia das Forças Armadas de Serra Leoa (1987), obteve mestrado em Relações Internacionais (“American University”, Washington, EUA) e foi pesquisador sênior na Universidade de Bradford (Reino Unido). Em 1990, integrou força de paz (ECOMOG) da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental enviada à Libéria. Convocado para lutar na guerra civil serra-leonesa (1991-2002), participou do golpe de estado que levou Valentine Strasser ao poder (1992). Como uma das lideranças da junta militar que assumiu o controle do estado, ocupou diferentes cargos no governo até que, em 1996, enquanto Vice-Presidente, liderou novo golpe, assumiu a chefia do estado (por cerca de dois meses) e assegurou a realização de eleições. Filiado ao “Sierra Leone People’s Party” (SLPP), elegeu-se presidente da República em 2018 e reelegeu-se em junho de 2023.

X: @PresidentBio

Timothy Musa Kabba*Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional*

Timothy Musa Kabba formou-se engenheiro e fez carreira na indústria petroléira, antes do ingresso no setor público. Foi engenheiro nas petroléiras russas Rosneft (2008-2009) e Lukoil (2011-2017), tendo atuado na Rússia e em diferentes países do Oriente Médio e da África Ocidental. No governo de Serra Leoa, foi diretor-geral executivo da Diretoria de Petróleo (2018-2020) e ministro de Minas e Recursos Minerais (2020-2023), antes de sua nomeação como ministro dos Negócios Estrangeiros, em julho de 2023.

X: @TimKabba

APRESENTAÇÃO

No período pré-colonial, o atual território de Serra Leoa, na costa ocidental do continente africano, abrigou diferentes impérios africanos, incluindo o Mandinga e o Songai. Com a colonização britânica, no século XVIII, tornou-se porto estratégico para o comércio transatlântico de escravizados. Após a proscricção da escravidão no Reino Unido, e sobretudo após a fundação de Freetown, em 1792, passou a receber milhares de ex-escravos. À diferença da vizinha Libéria, também estabelecida por iniciativa privada como refúgio de escravos libertos, Serra Leoa não foi logo convertida em estado independente, tendo sido mantida como colônia, e posteriormente como protetorado. Freetown foi sede da administração dos territórios britânicos na África Ocidental, que, além de Serra Leoa, incluíam Gâmbia e a antiga Costa do Ouro (atual Gana), além de partes da Nigéria.

No pós-Segunda Guerra Mundial, como resultado dos movimentos pela emancipação, aprovou-se um plano de descolonização serra-leonês em 1951, quando foi criado o primeiro partido político local, o atualmente governista *Sierra Leone People's Party* (SLPP). O país conquistou crescente autonomia administrativa até obter a independência pacificamente, em 1961. No ano seguinte foi fundado o *All People's Congress* (APC), principal partido de oposição. Ainda hoje, são estes os mais importantes agrupamentos políticos no país.

As primeiras décadas após a independência foram marcadas por períodos de instabilidade e de governo autocrático, até que, em 1991, eclodiu guerra civil que duraria mais de uma década (até 2002) e deixaria cerca de 50 mil mortos e dois milhões de refugiados nos países vizinhos. Ator central do conflito foi a Frente Revolucionária Unida (FRU), criada com o objetivo de controlar as minas de diamante serra-leonesas e apoiada pelo presidente liberiano Charles Taylor. Os conflitos envolveram, além da FRU, as forças do governo, militares rebelados, milícias de autodefesa e grupos de mercenários. Nesse contexto, em 1996, o então capitão e vice-presidente da junta militar governante, Julius Maada Bio (atual presidente da República), assumiu brevemente o poder por meio de um golpe, iniciou negociações com a FRU, organizou eleições e, ainda em 1996, transferiu o poder. Nos anos seguintes, as hostilidades continuaram e sucederam-se novos golpes militares, mediações e intervenções militares da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), bem como das Nações Unidas (por meio da Missão das Nações Unidas em Serra Leoa – UNAMSIL) e do Reino Unido, até que o conflito foi declarado oficialmente encerrado em 2002.

No pós-guerra civil, Ahmad Tejan Kabbah (SLPP), foi eleito e governou de 2002 a 2007; Ernest Bai Koroma (APC), de 2007 a 2018; e Julius Maada Bio (SLPP), desde 2018, tendo sido reeleito em 2023.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Encarregado de negócios não residente do Brasil (Acra, Gana)	João André Silva de Oliveira
Embaixador não residente de Serra Leoa (Washington, EUA)	Sidique Abou-Bakkar Wai

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	0	Pendente de inauguração
Comissão Mista	0	Pendente de inauguração

No século XIX, escravos brasileiros libertos aportaram no território da atual Serra Leoa. Em 1847, o Brasil abriu vice-consulado honorário em Freetown, que funcionou até 1871.

As relações diplomáticas entre os dois países foram oficialmente estabelecidas em 1974, com a decisão de tornar a embaixada em Acra cumulativa com Freetown e com a criação de representação cumulativa de Serra Leoa em Brasília, com sede em Washington.

Em 2012, tiveram início as atividades da Embaixada brasileira em Freetown, com a designação de encarregado de negócios. O Posto foi fechado em 2019, devido a restrições orçamentárias, e a embaixada do Brasil em Acra incorporou Serra Leoa a sua jurisdição, cumulativamente, contando ainda com consulado honorário em Freetown. Em 2023, deu-se início a providências para a reabertura da Embaixada do Brasil em Freetown.

A Embaixada de Serra Leoa em Washington segue sendo responsável, cumulativamente, pelas relações com o Brasil.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

Visitaram o Brasil a então ministra dos Negócios Estrangeiros de Serra Leoa, Zainab Bangura, em 2008; o presidente Ernest Bai Koroma, em 2009; e o ministro dos Negócios Estrangeiros e Cooperação Internacional da Serra Leoa, professor David John Francis, em abril de 2023.

Não houve, até o presente, visita de presidente ou chanceler brasileiro a Serra Leoa.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O comércio entre Brasil e Serra Leoa caracteriza-se, de forma geral, pelos amplos superávits brasileiros, bem como, na última década, pela relevante posição do

país africano como mercado para o arroz brasileiro (em 2017, foi o terceiro maior comprador no mundo, com gasto de USD 24 milhões, equivalentes a 10% das exportações brasileiras do produto).

Em 2022, Serra Leoa foi o 13º maior parceiro comercial do Brasil na África Central e Ocidental e o 30º maior no continente africano. Nesse ano, a corrente comercial atingiu USD 31,1 milhões, o que representou variação negativa de -27,8% em relação ao ano anterior e de -29% em relação à média do quinquênio anterior (USD 43,9 milhões). As exportações brasileiras somaram USD 30,7 milhões em 2022, ao passo que as importações provenientes de Serra Leoa limitaram-se a USD 400 mil. Entre os produtos exportados pelo Brasil, destacam-se açúcar (40%), outros produtos comestíveis e preparações (13%), arroz (12%) e despojos comestíveis de carnes (11%). Entre as importações, a pauta concentrou-se em partes e acessórios de veículos automotivos (65%) e minérios e concentrados dos metais de base (15%).

O potencial agrícola de Serra Leoa ainda está por ser explorado em bases comerciais. Há oportunidades para a produção de biocombustíveis, arroz, sorgo, abacaxi e outras frutas, com exportação facilitada para EUA e União Europeia. A Embaixada em Acra vê como potenciais oportunidades, entre outras, o fornecimento de máquinas e equipamentos agrícolas e investimentos no processamento de frutas.

Em visita à embaixada em Acra, em dezembro de 2021, funcionários da empresa Cotesa Engenharia discutiram sobre sua participação, em parceria com a empresa ganense Gridco, em projeto de integração de sistemas de energia de alta tensão entre os países membros da União do Rio Mano - Costa do Marfim, Libéria, Serra Leoa e Guiné.

COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO

O Acordo de Cooperação Técnica entre Brasil e Serra Leoa foi assinado em 2008 e ratificado pelo Brasil em 2010; a entrada em vigor segue pendente de ratificação por Serra Leoa.

Não obstante, como desdobramento da assinatura do Acordo, em 2010 a Agência Brasileira de Cooperação (ABC) enviou a Serra Leoa três missões de especialistas para capacitação de técnicos serra-leoneses nas áreas de atenção à mulher e à gestante, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis e AIDS, irrigação, piscicultura e processamento de mandioca.

Em que pese não haver projetos de cooperação bilateral em andamento, e tampouco demandas do lado serra-leonês, há iniciativas que vêm permitindo o intercâmbio de experiências entre Brasil e Serra Leoa. Por exemplo, a Agência das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) custeia projeto na área de alimentação escolar em Serra Leoa, no âmbito do qual delegação serra-leonesa visitou o Brasil em 2018, com recursos daquela agência do Sistema ONU, para conhecer a experiência brasileira.

Em março de 2022, foi organizada pelo Centro de Excelência Contra a Fome do Programa Mundial de Alimentos (CdE/PMA), em Brasília, em conjunto com a ABC e o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE/MEC), visita de estudo virtual com Serra Leoa, para intercâmbios sobre programas sustentáveis de alimentação escolar. O "Programa de Execução Estabelecido entre o Governo do Brasil e o PMA

para a Promoção da Cooperação Sul-Sul de Apoio ao Desenvolvimento de Programas Sustentáveis de Alimentação Escolar" foi firmado em 2010, no âmbito da Parceria Brasil-PMA, cujo objetivo é difundir as boas práticas do Brasil no tema de alimentação escolar. Implementado por meio do CdE/PMA, instituição criada ao abrigo da aludida parceria, o Programa conta com o FNDE como instituição brasileira cooperante e atua em 23 países prioritários, tendo, no entanto, alcance global.

Serra Leoa também foi beneficiada por projeto de cooperação para o fortalecimento da gestão pública e para a melhoria do planejamento e da prestação de serviços públicos, por intermédio do Fundo IBAS para o Alívio da Fome e da Pobreza. No âmbito dessa iniciativa, realizaram-se atividades na área de “fintech” que visam a estimular a formação de empresas locais.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA

O Brasil doou, em agosto de 2014, cinco “kits calamidade” para o combate à epidemia de ebola em Serra Leoa. Cada kit tem capacidade para atender 500 pessoas por três meses.

Em dezembro do mesmo ano, o governo brasileiro também doou R\$ 25 milhões (pouco menos de USD 9,5 milhões, à época) a diferentes agências das Nações Unidas para ajudar no combate ao ebola em Guiné, Serra Leoa e Libéria.

Em 2020, o Brasil fez aporte de USD 50 mil para fortalecer o combate à Covid-19 em Serra Leoa. Em janeiro de 2021, o Programa Mundial de Alimentos concluiu doação de 100 mil máscaras faciais, custeadas pelo Brasil, ao país africano.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

Apesar de haver ampla liberdade política, na prática, o sistema serra-leonês permanece bipartidário. Nas eleições de 2018, surgiram novos agrupamentos com maior chance real de vitória - os partidos minoritários "National Grand Coalition" e "Coalition for Change", que tentam romper a clivagem étnica das eleições nacionais. Há, hoje, 17 partidos em atividade, mas apenas quatro têm representação parlamentar.

CONTEXTO RECENTE

Os dois governos do presidente Ernest Bai Koroma (APC, 2007-2018) envidaram esforços para a redução da pobreza. Os avanços alcançados permitiram concluir a retirada do Escritório Integrado de Construção da Paz da ONU em Serra Leoa (UNIPSIL) e a transferência de suas responsabilidades para o governo serra-leonês, que ainda conta com a cooperação de equipe da ONU no país.

Em dezembro de 2013, iniciou-se na Guiné epidemia de ebola que se espalhou por alguns países da África Ocidental e chegou a Serra Leoa em abril de 2014. A epidemia deixou quase quatro mil mortos no país e foi erradicada do território serra-leonês apenas em março de 2016. A epidemia interrompeu a trajetória ascendente de avanços sociais. Representante de Serra Leoa na ONU em Genebra afirmou que o efeito do surto é comparável ao da guerra, em termos econômicos.

A eleição presidencial de 2018, que sagrou vencedor o opositor Julius Maada Bio (SLPP), resultou na segunda alternância pacífica de poder no período posterior à guerra civil. Principal bandeira da campanha de Bio, o programa de “educação gratuita e de qualidade para todos” produziu resultados limitados. Em matérias legislativas, o governo desde o início encontrou dificuldades, por não ter obtido maioria no Parlamento. Em agosto de 2022, protestos populares nas ruas da capital, Freetown, contra o alto custo de vida, foram reprimidos com violência pela polícia e resultaram na morte de ao menos 5 policiais e 26 civis, segundo órgãos de imprensa. Os manifestantes pediam a renúncia do presidente Maada Bio, e o governo acusou a oposição de manipulação com fins políticos.

Nas eleições gerais de junho de 2023, o presidente Julius Maada Bio reelegeu-se, no primeiro turno, para um segundo mandato. Embora concluído de forma pacífica, o processo eleitoral foi marcado por relatos de atrasos e violência esporádica em algumas partes do país, em meio a acusações da oposição de que teria havido fraude e outras irregularidades. O principal expoente da oposição, Samura Kamara, classificou o resultado como "não confiável", rejeitando-o "categoricamente".

Julius Maada Bio anunciou que seu segundo mandato presidencial terá como prioridades a segurança alimentar, o desenvolvimento do capital humano, a criação de empregos, a melhoria dos serviços públicos e o desenvolvimento de infraestrutura e de tecnologia.

POLÍTICA EXTERNA

O estado serra-leonês depende de doações internacionais, que compõem pelo menos 25% (e frequentemente mais que isso) das receitas governamentais a cada ano. Nesse contexto, Serra Leoa busca manter bom relacionamento com as organizações multilaterais de crédito e as potências ocidentais. Destacam-se as relações com o Reino Unido, antiga metrópole, e com os EUA, que incluíram o país oeste-africano como beneficiário do “African Growth and Opportunity Act” (AGOA), política de acesso facilitado de produtos de países subsaarianos ao mercado norte-americano. Também tem sido relevante a aproximação com a China, seu maior parceiro comercial.

Ademais, a inserção nos blocos regionais é componente importante da política externa serra-leonesa. Serra Leoa é membro da União Africana (UA), da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da União do Rio Mano (MRU, na sigla em inglês), que reúne também Libéria, Guiné e Côte d’Ivoire. O país confere grande importância ao bom relacionamento com os estados vizinhos, devido à porosidade de suas fronteiras.

Em pronunciamento no legislativo pouco depois do início de seu primeiro governo (2018), o Presidente Julius Maada Bio afirmou que tencionava, no âmbito da política externa serra-leonesa, reduzir a ênfase na ajuda internacional e buscar promover as relações comerciais com diferentes parceiros, bem como atrair investimentos para o país.

Serra Leoa foi eleita para assento não permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) no biênio 2024-2025.

ECONOMIA

Serra Leoa ainda é um dos países mais pobres do mundo. Períodos de crescimento mais acelerado do PIB, como logo ao fim da guerra civil, foram entremeados por fortes recessões, como a que ocorreu sob a epidemia de ebola (2014-2016), quando se registrou contração de até 20,5% em um único ano (2015). Apesar do apoio internacional, a arrecadação do governo oscila em torno de 12% do PIB, abaixo da média da África subsaariana e insuficiente para cobrir sequer metade das despesas orçamentárias, mesmo que se exclua do cálculo o pagamento do serviço da dívida pública. Também as reservas internacionais são baixíssimas e comumente não alcançam sequer o montante equivalente a poucos meses de importações.

Missão do FMI a Serra Leoa realizada em 2018 avaliou que o governo Maada Bio vinha conseguindo, em seus primeiros meses, aumentar a receita e conter o aumento das dívidas com fornecedores. Ademais, elogiou os esforços do governo para priorizar o investimento público em infraestrutura e programas sociais. A missão tinha por objetivo negociar as condições para disponibilizar novos recursos para Serra Leoa sob a rubrica “Extended Credit Facility” (ECF), do Fundo. O pacote de assistência, no valor de USD 62 milhões, foi aprovado em novembro de 2018.

A agricultura e a mineração são, tradicionalmente, os setores mais importantes da economia. Após ser afetada pela guerra civil (1991-2002), a agricultura de Serra Leoa tem se recuperado gradualmente – a subsistência agrícola emprega mais da metade da população economicamente ativa do país. O setor de manufaturas serra-leonês é limitado, com a maior parte das companhias locais dedicada à indústria leve.

Apesar do potencial agrícola do país, três quartos das terras cultiváveis permanecem ociosos, e cerca de 80% dos alimentos atualmente consumidos no país são importados, em especial o arroz. O cultivo de produtos para exportação, como cacau, café e óleo de dendê, é realizado em pequena escala, com técnicas tradicionais e por pequenos produtores.

O minério de titânio é, atualmente, o principal produto de exportação de Serra Leoa. O produto representa aproximadamente um quarto da pauta exportadora do país, seguido do diamante, que teria gerado, segundo estimativas, mais da metade da arrecadação pública nas últimas três décadas. Serra Leoa é um dos dez maiores produtores mundiais de diamantes de alta qualidade, além de possuir as maiores reservas mundiais de rutila. São significativos ainda os depósitos bauxita, minério de ferro, ouro, cromita, platina e columbita.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
1792	Fundação de Freetown pelo Reino Unido, como assentamento para ex-escravizados
1808	Serra Leoa é estabelecida como colônia britânica
1951	Aprovação de plano de descolonização e criação do primeiro partido político local, o <i>Sierra Leone People's Party</i> (SLPP).
1961	Independência e incorporação à Comunidade Britânica
1991 - 2002	Guerra civil
2007 - 2008	Governos do presidente Ernest Bai Koroma (<i>All People's Congress</i>)
2014 - 2016	Epidemia de ebola
2018 -	Governos do presidente Julius Maada Bio

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1847	Brasil abre vice-consulado honorário em Freetown, que funcionaria até 1871
1961	Missão parlamentar brasileira participa da celebração da independência de Serra Leoa
1974	Brasil e Serra Leoa estabelecem relações diplomáticas
2008	Visita ao Brasil da Ministra dos Negócios Estrangeiros Zainab Bangura. Assinatura do Acordo de Cooperação Técnica bilateral. Encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Ernest Bai Koroma, à margem da XII UNCTAD, em Acra (Gana).
2009	O Presidente Ernest Bai Koroma realiza visita ao Brasil. Assinatura dos instrumentos que instituem o Mecanismo de Consultas Políticas e a Comissão Mista bilaterais
2010	Agência Brasileira de Cooperação envia a Serra Leoa três missões de especialistas para capacitação de técnicos serra-leoneses nas áreas de atenção à mulher e à gestante, prevenção de DST e AIDS, irrigação, piscicultura e processamento de mandioca
2012	Início das atividades da Embaixada do Brasil em Freetown (Serra Leoa)
2014	O Governo brasileiro realiza doação financeira a diferentes agências das Nações Unidas para o combate ao vírus do ebola e apoio à população da Guiné-Conacri, da Libéria e de Serra Leoa.
2019	Fechamento temporário da Embaixada do Brasil em Freetown.
2021	Programa Mundial de Alimentos (PMA/ONU) conclui doação de 100 mil máscaras faciais, custeadas pelo Brasil, para auxílio ao enfrentamento da pandemia de Covid-19 em Serra Leoa

2023	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação Internacional da Serra Leoa, David J. Francis. Início das providências para reabertura da Embaixada do Brasil em Freetown.
-------------	---

ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Título	Data de celebração	Status
Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Consultas Políticas.	19/08/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento para a Criação de Comissão Mista.	19/08/2009	Em Vigor
Acordo sobre Cooperação Cultural	19/08/2009	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo sobre a Isenção de Visto para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais ou de Serviço	19/08/2009	Tramitação MRE
Acordo de Cooperação Técnica	07/05/2008	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ACRA

Candidata: MARIANA GONÇALVES MADEIRA

PERFIL DA CANDIDATA**Ministra Mariana Gonçalves Madeira**

Dados pessoais e formação acadêmica: Nascida em 21 de agosto de 1971, em Niterói, Rio de Janeiro. Bacharelado em Relações Internacionais pela Universidade Brasília (UnB), 1993. Mestrado em História das Relações Internacionais pela UnB, 1997. Bacharelado em Comunicação Social (habilitação: jornalismo) pela UnB, 1998.

Formação na carreira diplomática: Curso de Preparação à Carreira Diplomática (CPCD), Instituto Rio Branco (IRBr), 1995-1996. Curso de Aperfeiçoamento de Diplomatas (CAD), IRBr, 1995. Curso de Altos Estudos, IRBr. "Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira", 2013.

Carreira diplomática: Terceira Secretária, 1996. Segunda Secretária, 2001. Primeira Secretária, por merecimento, 2006. Conselheira, por merecimento, 2011. Ministra de Segunda Classe, por merecimento, 2017.

Cargos e funções no Brasil: Divisão de Assistência Consular, assistente, 1996 a 1998. Departamento de África e Oriente Próximo, assessora, 1998 a 2000. Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, chefe e subchefe, 2006 a 2009. Divisão do Fórum IBAS e do Agrupamento BRICS, chefe, 2016 a 2017. Secretaria de Controle Interno, coordenadora de auditoria, 2018 a 2019. Agência Brasileira de Cooperação, diretora adjunta e chefe de gabinete, 2022.

Missões Permanentes no exterior: Embaixada em Tóquio, Terceira e Segunda Secretária, 2000 a 2004. Consulado-Geral em Nagóia, Segunda Secretária, 2004 a 2006. Consulado-Geral em Sidney, Conselheira, 2013 a 2016. Consulado-Geral em Sidney, Ministra de Segunda Classe, 2019 a 2022.

Outras missões no exterior: Consulado-Geral em Nagóia, 1997. Embaixada em Camberra, 2011. Embaixada em laundê, encarregatura de negócios, 2018.

Obra publicada: Economia criativa: implicações e desafios para a política externa brasileira (Fundação Alexandre de Gusmão), 2014

PRINCIPAIS TEMAS DAS RELAÇÕES ENTRE BRASIL E GANA**I – Relações diplomáticas**

1. As relações diplomáticas entre Brasil e Gana foram estabelecidas em 1960. O relacionamento bilateral ganhou impulso nas décadas de 2000 e 2010 com uma série de visitas de alto nível em ambos os sentidos.
2. A embaixada do Brasil em Acra foi aberta em 1961 e a embaixada de Gana em Brasília foi aberta em 1962.
3. As relações bilaterais são fluidas e construtivas. Gana é um dos mais antigos e tradicionais parceiros do Brasil na África. Os dois países coincidem em posições sobre grandes temas da agenda política multilateral, e possuem um histórico positivo de apoios recíprocos em candidaturas internacionais.
4. Os principais marcos da relação bilateral foram as visitas presidenciais brasileiras a Gana em 2005 e 2008, e do então presidente ganense John Kufuor ao Brasil em 2006. Houve também troca de visitas de Chanceleres.
5. Um importante ponto de inflexão foi a participação de Gana no Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI), que embora tenha sido uma iniciativa econômico-comercial, repercutiu positivamente no relacionamento político bilateral.

II – Relação econômico-comercial

1. O fluxo comercial entre os dois países é oscilante, tendo alcançado em 2023 US\$ 765,7 milhões, com déficit pioneiro para o Brasil, que importou sobretudo derivados de petróleo e de betume (93%). Nos anos anteriores, o Brasil importou sobretudo cacau (97% das importações brasileiras em 2021, e 69% em 2022). Em 2023, as importações de cacau ganense e seus derivados somaram menos de 6%. Gana é o segundo maior produtor de cacau no mundo.
2. Tradicionalmente, os principais produtos exportados pelo Brasil para Gana são açúcar, seguido de carne de frango e hidróxido de alumínio, além de álcool etílico. Em 2023, açúcares e aves responderam por 64% das exportações para aquele país. A pauta de exportações brasileiras apresentou maior diversificação até o início da presente década por conta da implementação do PMAI, que financiou as compras ganenses de equipamentos e máquinas agrícolas brasileiras.
3. Estudos de inteligência comercial identificaram oportunidades de aumento das exportações brasileiras nos setores de máquinas e tratores, caminhões, carnes de aves, arroz, herbicidas e pneumáticos. O Brasil sofre pressões competitivas da União Europeia sobre alguns desses produtos.

4. Quanto aos investimentos, registre-se a presença brasileira no setor de construção civil, educação e agricultura, a exemplo, respectivamente, das empresas Contracta, Positivo e Usibras.
5. Os investimentos brasileiros beneficiar-se-iam da assinatura de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), cujas negociações, iniciadas em 2017, não prosperaram.
6. Entre as iniciativas mais recentes organizadas ou apoiadas pelo Setor de Promoção Comercial (SECOM) da embaixada em Acra, destacam-se:
 - (i) o 3º Fórum Comercial Brasil-Gana, realizado em abril de 2022, em Acra;
 - (ii) missão de empresários ganenses ao Brasil, para participação na Waste Expo, em novembro de 2022;
 - (iii) missão ao Brasil da Associação de Indústrias de Gana (AGI, na sigla em inglês) e do Centro de Promoção de Investimentos (GIPC, na sigla em inglês), a maior agência local de fomento aos investimentos, para participar da Expodireto Cotrijal, em março de 2023;
 - (iv) visita da Atech, empresa do grupo Embraer, à Força Aérea de Gana, a fim de promover serviços tecnológicos na área de defesa e segurança, em outubro de 2023 e
 - (v) missão ao Brasil do Ministério da Agricultura e da Fundação Agrihouse, ambos de Gana, para participação da 1ª Feira da Mandioca, em novembro de 2023;

III – Cooperação Técnica

1. A cooperação técnica bilateral está amparada no Acordo Básico de Cooperação Técnica, assinado em 1974, e promulgado em 1975.
2. No momento, Gana participa de uma iniciativa de cooperação Sul-Sul trilateral do Brasil com o Programa Mundial de Alimentos na área de alimentação escolar. Não há iniciativas de cooperação bilateral em execução. Em 2018 e 2019, a ABC realizou missões de prospecção para projetos na área de armazenamento de grãos e para o melhoramento da cadeia da cultura da mandioca. A assinatura dos dois projetos permanece pendente de manifestação ganense.

III- Cooperação em defesa

1. Apesar de ainda ser uma área incipiente do relacionamento bilateral, espera-se que seja firmado um Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa, que possibilitará uma série de ações, tais como treinamentos, intercâmbio de oficiais e promoção de produtos de defesa.

2. Os assuntos da área são seguidos pela adidância de defesa residente em Abuja (Nigéria). Em 2020, foi acreditado o primeiro adido de defesa ganense em Brasília.
3. Brasil e Gana são membros da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), em cujo fórum desponta o tema de interesse mútuo da pirataria no Golfo da Guiné.

IV – Cooperação educacional

1. A cooperação educacional está amparada no Acordo de Cooperação Cultural vigente desde 1973. Entre 2000 e 2020, 313 estudantes ganenses participaram do Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G). A exigência do certificado de proficiência em português Celpe-Bras é um dos gargalos para o aumento do número de estudantes nos programas de bolsas de estudos de graduação e pós-graduação do governo brasileiro.
2. Entre 2020 e 2023, o Programa sofreu forte retração com a pandemia de Covid-19. Cancelado em 2020, contou com apenas 3 participantes em 2021; 9 em 2022; e 31 em 2023. Para o ano de 2024, contudo, o nível de participação não apenas foi normalizado, como houve recorde histórico de 75 candidatos aprovados para estudar no Brasil. As áreas mais escolhidas são Farmácia, Ciências da Computação e Enfermagem, todas com grande demanda no país.

V - Temas culturais

1. Elencam-se as seguintes atividades culturais organizadas ou que contaram com o apoio da Embaixada, entre 2022 e 2023:
 - (i) 7º Festival Ibero-americano de Cinema de Acra, com exibição de filme brasileiro, em março de 2023;
 - (ii) aulas e workshops gratuitos de língua portuguesa desde 2021, em parceria com a Universidade de Gana e, posteriormente, com o Language Café Accra;
 - (iii) edição 2023 do Panafest, maior festival panafricano do continente, do qual participaram representantes da Fundação Palmares, do Governo do Estado da Bahia e da Prefeitura de Salvador, bem como o presidente do afrobloco carnavalesco Ilê Ayê.

V – Temas consulares

1. A comunidade brasileira em Gana já chegou a cerca de 500 pessoas, mas, segundo os últimos dados disponíveis, teria diminuído para cerca de 150 nacionais, embora o número flutue. O perfil desses nacionais é predominantemente adulto e masculino, a maior parte de engenheiros e técnicos que trabalham em obras de construção civil. Turistas brasileiros em Gana são raros.

2. O serviço mais demandado no setor consular é a emissão de vistos. Há basicamente dois tipos de pedido: vistos de visita e visto para reunião familiar. Em 2022, foram 860, e em 2023, 877 pedidos de visto. Ressalte-se que a taxa de aprovação estimada é de menos de 50%, pelo fato de os solicitantes não cumprirem requisitos ou haver suspeita de fraude na documentação apresentada.
3. As solicitações de visto para fins de reunião familiar constituem um dos maiores desafios do setor consular, dada a dificuldade de realizar a interface entre a incipiente estrutura jurídico-cartorária do país e a abrangente legislação migratória brasileira.

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E LIBÉRIA

1. As relações diplomáticas entre Brasil e Libéria, estabelecidas ainda no século XIX, intensificaram-se, na última década, a partir da visita da então Presidente Ellen Sirleaf ao Brasil, em 2010, ocasião em que se firmaram acordos e memorandos de entendimento. Em 2012, o então chanceler liberiano visitou o Brasil. Nunca houve visita de autoridade brasileira àquele país.
2. Com o fim da guerra civil na Libéria (2003), intensificou-se o processo de aproximação bilateral. Em 2009, foi assinado Acordo Básico de Cooperação Técnica e, em 2010, seis outros acordos bilaterais.
3. No contexto da crise do vírus ebola, em 2014, o governo brasileiro efetuou doação financeira a agências humanitárias da ONU, bem como de medicamentos e insumos médicos para combate à pandemia e apoio às populações.
4. A embaixada do Brasil em Monróvia foi inaugurada em 2011 e temporariamente fechada em 2019, quando a interlocução com o governo liberiano foi transferida, cumulativamente, para a Embaixada do Brasil em Acra.
5. Estabelecido por meio de Memorando de Entendimento, o mecanismo de consultas políticas ainda não foi inaugurado.
6. Em 2023, o Brasil exportou cerca de US\$ 416 milhões (decréscimo de 17% em relação a 2022), e importou apenas US\$ 0,1 milhão. As exportações brasileiras foram compostas basicamente por óleos de petróleo e de betume, e cortes de aves congelados.

RELAÇÕES ENTRE BRASIL E SERRA LEOA

1. Historicamente, há contatos entre os dois países desde o século XIX, quando muitos escravos libertos aportaram na região onde hoje se localiza Serra Leoa, e contribuíram para a construção do país.
2. As relações diplomáticas entre os dois países foram oficialmente estabelecidas em 1974, com a abertura da Embaixada do Brasil em Freetown (em caráter cumulativo com a embaixada em Acra) e da representação de Serra Leoa em Brasília, com sede em Washington (EUA). As relações com o Brasil nos anos posteriores foram bastante modestas, por conta, sobretudo, dos doze anos de guerra civil naquele país (1991 a 2002), período em que refugiados de Serra Leoa migraram para o Brasil.
3. No início de 2000, a cumulatividade foi transferida para a Embaixada em Abidjã, Costa do Marfim. Em 2 de abril de 2008, nova transferência de cumulatividade, dessa vez para a embaixada em Conacri, Guiné.
4. Em janeiro de 2010, foi aberta a Embaixada do Brasil em Freetown, que foi posteriormente fechada em 2019.
5. Os anos 2000 marcaram um adensamento das relações bilaterais, com visitas de alto nível de autoridades daquele país ao Brasil, em que se destaca a do então presidente, em 2009. Destaca-se a assinatura de acordos – Cooperação Técnica (2008), estabelecimento de Comissão Mista Bilateral e de Mecanismo de Consultas Políticas (2009). Nunca houve visita de autoridade brasileira àquele país.
6. Em abril de 2023, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Serra Leoa veio ao Brasil e reuniu-se com o chanceler brasileiro, quando foi discutida a cooperação bilateral, a reforma do Conselho de Segurança das Nações Unidas; e temas da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).
7. O comércio bilateral entre o Brasil e Serra Leoa é bastante modesto, totalizando US\$ 44,9 milhões em 2023, com superávit brasileiro de US\$ 44,3 milhões. Em 2022, o Brasil exportou cerca de US\$ 30 milhões. Os produtos da pauta de exportação são açúcares, arroz, linguiças, aves e outras carnes. Serra Leoa é um importante mercado de exportação para o arroz brasileiro.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Administrar as relações entre o Brasil e Gana, entre o Brasil e Serra Leoa, e entre o Brasil e a Libéria, em todos os âmbitos e níveis, e prestar contas das atividades desenvolvidas nesse âmbito ao governo brasileiro e à opinião pública em geral, no sentido de gerar benefícios concretos para a imagem do Brasil naqueles países, e para o desenvolvimento nacional sustentável, por meio de atuação diplomática baseada nos valores da Política Externa Brasileira.

MISSÃO

Planejar e executar a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas variadas vertentes, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil em Gana, em Serra Leoa e na Libéria.
2. Promover a imagem e a cultura do Brasil nos três países africanos concernidos.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais com os três países e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros em Gana, Serra Leoa e Libéria.
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência consular a cidadãos brasileiros.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS;

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
- 1) Promover o aumento e a diversificação das exportações do Brasil para Gana, Libéria e Serra Leoa;
 - 2) Propor atividades de inteligência comercial para identificar nichos de mercado para a inclusão de novos produtos brasileiros nas pautas de exportação;
 - 3) Finalizar a elaboração e divulgar os guias “como exportar” para os países sob jurisdição do posto;
 - 4) Divulgar produtos e serviços brasileiros por meio de eventos concebidos pela embaixada e da participação em feiras comerciais, e também junto à imprensa local;
 - 5) Apoiar investidores brasileiros que atuam/tenham interesse em Gana;
 - 6) Ampliar o conhecimento do país e a divulgação de oportunidades entre os empresários brasileiros, com foco nos setores mais promissores.
 - 7) Acompanhar a conjuntura econômica a fim de divulgar oportunidades de parcerias e investimentos comerciais;
 - 8) Identificar métodos de modernização do atendimento do SECOM;
 - 9) Prospectar a possibilidade de criação de rota aérea Acra-Salvador-Acra, ao abrigo do acordo bilateral de serviços aéreos, e em coordenação com representantes do governo da Bahia.
- ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
- 1) Número de atualizações das plataformas online do SECOM;
 - 2) Número de ações de promoção comercial (feiras, seminários e outros eventos);
 - 3) Número de reuniões sobre temas econômico-comerciais com empresas brasileiras e parceiros locais (como Ministérios e agências governamentais e regulatórias, associações setoriais, importadores, exportadores e investidores);
 - 4) Número de respostas a consultas atendidas pelo SECOM tanto do setor privado brasileiro quanto ganense;
 - 5) Número de relatórios de acompanhamento econômico-comercial de Gana, Libéria e Serra Leoa;
 - 6) Número de ações de inteligência comercial.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS;

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Acompanhar e informar sobre a situação política interna em Gana, na Libéria e em Serra Leoa;
 - 2) Acompanhar e informar sobre os principais temas de política externa de Gana, Libéria e Serra Leoa;
 - 3) Acompanhar e informar sobre a geopolítica da África Ocidental;
 - 4) Identificar oportunidades de aprofundamento das relações políticas Brasil-Gana, Brasil-Libéria e Brasil-Serra Leoa;
 - 5) Trabalhar para a retomada de visitas políticas de altas autoridades brasileiras a Gana e vice-versa;
 - 6) Fomentar a cooperação interparlamentar entre Brasil e Gana;
 - 7) Propor a realização periódica da reunião do Mecanismo de Consultas Políticas com Gana;
 - 9) Ampliar a base jurídica do relacionamento bilateral com Gana, por meio da conclusão de acordos já em negociação, e da identificação de interesse recíproco em novos acordos.

- ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS**
 - 1) Número de informes sobre política interna ganense, liberiana e serra-leonesa;
 - 2) Número de informes sobre política externa ganense, liberiana e serra-leonesa;
 - 3) Número de informes sobre política regional e continental;
 - 4) Número de reuniões com interlocutores políticos relevantes (autoridades de governo, diplomatas, acadêmicos, jornalistas, demais representantes da sociedade civil);
 - 5) Número de visitas recíprocas presidenciais e ministeriais;
 - 6) Número de missões parlamentares recíprocas;
 - 7) Número de reuniões realizadas do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Gana;
 - 8) Número de reuniões da Comissão Mista bilateral Brasil-Gana;
 - 9) Número de acordos bilaterais firmados durante a gestão.

III - ATUAÇÃO JUNTO A ORGANISMOS REGIONAIS OU MULTILATERAIS, QUANDO FOR O CASO, INCLUINDO CANDIDATURAS, REUNIÕES OFICIAIS E PROGRAMAS DE COOPERAÇÃO;

- i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA** (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)
 - 1) Assegurar o apoio a candidaturas brasileiras a cargos em organismos internacionais, bem como a posições brasileiras nesses organismos;

- 2) Acompanhar e informar sobre a atuação de Gana, Libéria e Serra-Leoa em foros regionais e organismos internacionais, notadamente na CEDEAO, na União Africana e nas Nações Unidas;
- 3) Acompanhar e informar sobre o processo de implementação da Zona de Comércio Livre Continental Africana (ZCLCA) da perspectiva ganense.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de gestões para apoio a candidaturas do Brasil em organismos internacionais e para apoio a posições brasileiras em temas da agenda política multilateral;
- 2) Número de reuniões com representantes de países membros da CEDEAO;
- 3) Número de informes sobre a CEDEAO, a ZCLCA, a União Africana, e temas do CSNU;

IV - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Promover a marca Brasil, a imagem do Brasil e dos produtos criativos brasileiros, inclusive por meio da imprensa e das mídias sociais;
- 2) Realizar eventos locais de difusão da cultura brasileira com ênfase na diversificação de referências culturais;
- 3) Planejar a participação brasileira nas próximas edições do PANAFEST, festival multicultural pan-africano de Gana;
- 4) Promover o intercâmbio entre Brasil e Gana na área da economia criativa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de iniciativas de promoção cultural (eventos, shows, seminários, palestras, publicações, difusões radiofônicas e online, exibições cinematográficas, atividades gastronômicas etc.);
- 2) Número de informes sobre política cultural e indústria cultural ganense;
- 3) Número de reuniões com agentes formadores de opinião e postagens em mídias sociais.

V - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Promover a cooperação técnica com Gana na área do melhoramento da cadeia produtiva sustentável do cacau;

- 2) Identificar possibilidades de aproximação e coordenação de posições brasileiras, ganenses, liberianas e serra-leonesas em temas ambientais, com foco na preparação para a COP 30;
- 3) Identificar oportunidades de promoção de soluções brasileiras de geração de energias limpas (particularmente solar e eólica) com vistas à sua introdução nos mercados locais.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de informes sobre meio ambiente e mudança do clima e temas relacionados ao desenvolvimento sustentável;
- 2) Número de ações e reuniões bilaterais sobre cooperação técnica, meio ambiente, mudança do clima e desenvolvimento sustentável;

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Prospectar oportunidades de cooperação científico-tecnológica entre Brasil e Gana, com foco nas áreas de agricultura, saúde e soluções digitais;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões e gestões na área de cooperação em ciência, tecnologia e inovação;
- 2) Número de informes sobre temas de ciência, tecnologia e inovação e sobre a cooperação nessa área.

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Promover a cooperação educacional por meio da continuação do Programa Estudantes-Convênio de Graduação em benefício de estudantes ganenses, bem como do intercâmbio acadêmico;
- 2) Promover o intercâmbio de jovens diplomatas, por meio da implementação do Memorando de Entendimento entre o Instituto Rio Branco e seu homólogo ganense;
- 3) Promover a variante brasileira da língua brasileira por meio da negociação com instituição universitária ganense para a implantação de um leitorado brasileiro;
- 4) Promover a cooperação cultural por meio de eventos binacionais em coordenação com a embaixada de Gana em Brasília;
- 5) Acompanhar avanços locais na área de saúde e ampliar o diálogo bilateral nessa área, sobretudo no que se refere ao tratamento da AIDS, conforme interesse já manifestado por autoridades locais;

- 6) Promover a cooperação em defesa por meio da celebração do Acordo sobre Cooperação em Matéria de Defesa;
- 7) Promover os produtos brasileiros de defesa;
- 8) Manter interlocução sobre o tema da segurança no Golfo da Guiné com vistas a prospectar potencial iniciativa de cooperação em defesa.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de ações de cooperação educacional;
- 2) Número de ações de promoção da língua portuguesa.
- 3) Número de informes sobre assuntos de educação, de saúde e de defesa;
- 4) Número de missões recíprocas nas áreas culturais e de defesa;
- 5) Número de estudantes e jovens diplomatas que se beneficiam da cooperação educacional e do intercâmbio entre as academias diplomáticas.

VIII - COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES;

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Identificar oportunidades de compartilhar boas práticas e políticas brasileiras de inclusão social e de combate às desigualdades, por meio de contatos com representantes governamentais dessa área;
- 2) Explorar novas áreas de cooperação técnica em temas afetos à Segurança Alimentar e Nutricional;
- 3) Prospectar a possibilidade de cooperação bilateral na vertente humanitária;

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de reuniões com representantes governamentais de áreas responsáveis por políticas de inclusão social;
- 2) Número de reuniões com os responsáveis governamentais por assuntos de cooperação humanitária;

IX - APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

i) METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DA CANDIDATA (alinhadas aos objetivos estratégicos do MRE)

- 1) Criar base de dados de brasileiros presentes em Gana, com o objetivo de obter dados atualizados em caso de urgência ou necessidade de repassar informações oficiais relevantes.

ii) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- 1) Número de brasileiros registrados junto à Embaixada;
- 2) Número de informes oficiais com informações úteis dirigidas aos residentes brasileiros.



SENADO FEDERAL
Senadora Mara Gabrilli

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 92, de 2023, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, na República da Serra Leoa e na República da Libéria.*

Relatora: Senadora **MARA GABRILLI**

Trago ao exame desta Comissão a Mensagem nº 92, de 2023, referente à indicação, pelo Presidente da República, da Senhora MARIANA GONÇALVES MADEIRA, Ministra de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixadora do Brasil na República de Gana e, cumulativamente, nas Repúblicas da Serra Leoa e da Libéria.

Por exigência constitucional, compete a este Senado Federal aprovar, por voto secreto, a indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. O Regimento Interno, por sua vez, atribui o exame da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional.

A Ministra Mariana Madeira bacharelou-se pela Universidade de Brasília em Relações Internacionais e Comunicação Social, concluindo Mestrado em História na mesma instituição. Após sucessivas promoções por

merecimento, tornou-se Ministra de Segunda Classe no ano de 2017. Sua tese do Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco, transformada em livro, tratou dos desafios e implicações da economia criativa para a política externa brasileira.

A indicada exerceu diversas e relevantes funções ao longo de sua carreira. No exterior, serviu nas Embaixadas em Tóquio e Camberra e foi Cônsul-Geral Adjunta em Sydney, onde chefiou os setores de ciência, tecnologia e inovação e promoção cultural. Dirigiu temporariamente posto no continente africano, a Embaixada em Iaundé (Camarões), na condição de encarregada de negócios. Na Secretaria de Estado, trabalhou na Divisão de Assistência Consular e no Departamento de África e Oriente Próximo. Chefiou a Divisão de Treinamento e Aperfeiçoamento, a Divisão dos BRICS e do Fórum IBAS, a Secretaria de Controle Interno e, mais recentemente, a Coordenação-Geral de Cooperação Técnica com Países Desenvolvidos. É, atualmente, chefe de gabinete do Presidente da Agência Brasileira de Cooperação (ABC).

Passo a tratar, brevemente e em sequência, de Gana, Serra Leoa e Libéria, com menção à política interna e internacional desses países e destaque para as relações bilaterais com o Brasil.

Gana cumpre papel essencial no contexto regional, conquistando sua independência em 1957, além de ter participado ativamente do movimento pan-africanista, com forte liderança do histórico primeiro-ministro e presidente ganês Kwame Nkrumah para a fundação da Organização da Unidade Africana, antecessora da atual União Africana. No campo político, além do protagonismo já mencionado, destaca-se a estabilidade do país, que conta com eleições periódicas, sem ruptura democrática, desde o ano de 1992.

As relações diplomáticas bilaterais são maduras, datando de 1960, com a elevação da Legação do Brasil em Acra para o nível de Embaixada no ano seguinte. Um marco na história diplomática brasileira é que o primeiro Embaixador negro do Brasil a ocupar a chefia em um posto no exterior foi Raimundo de Souza Dantas na recém-inaugurada Embaixada em Acra. Desde 2005, Brasil e Gana constantemente trocam visitas de alto nível entre seus Ministros de Relações Exteriores, Presidentes e Vice-Presidentes.

No quesito comercial, o ano de 2023 esteve marcado por expressivo déficit, devido ao crescimento de mais de 4.000% das importações em relação ao ano anterior, com um salto sem precedentes no volume das

transações de hidrocarbonetos nos meses de julho, agosto, setembro e novembro. Quanto aos investimentos externos, destaca-se a presença de grande fábrica da multinacional brasileira Usibras, a maior processadora de castanha de caju do mundo, na cidade de Prampram.

Há fortes canais de cooperação bilateral entre Brasil e Gana, especialmente em matéria de defesa, saúde, cultura, tecnologia e alimentação. Nesse contexto, o Programa Mais Alimentos Internacional foi um marco na relação entre os países, alterando o perfil das exportações brasileiras, que antes se concentravam apenas na venda de açúcar e melão de cana. Atualmente, também exportamos para Gana quantidades significativas de carnes bovina e de frango, celulose, metais, pimentas e máquinas agrícolas.

No campo da defesa, cabe destacar a parceria indispensável entre Brasil e Gana no contexto da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS). Gana também integra a Arquitetura de Iaundé, iniciativa voltada a garantir a segurança do Golfo da Guiné, área de grande relevância estratégica para o Brasil. Ademais, estão em curso negociações com a Força Aérea de Gana para a venda de lote de caças Super Tucano, após visita de representantes do Ministério da Defesa e da Embraer a Acra no último dia 19 de fevereiro.

Em contraste com Gana, a realidade política de Serra Leoa está historicamente marcada por grave instabilidade. Após a independência em 1961, sucederam-se administrações provisórias e golpes militares, havendo longo período de governo autoritário, sob partido único, de 1968 a 1991. No mesmo ano, o país foi tomado por violenta guerra civil que durou mais de uma década. As últimas eleições presidenciais, de junho de 2023, com forte supervisão internacional, levaram à manutenção do atual incumbente, Julius Maada Bio, mas foram inicialmente contestadas pela oposição, que bloqueou o funcionamento do Poder Legislativo. Tendo sido alcançado acordo político no mês de dezembro entre oposição e situação, espera-se que a política interna serra-leonesa seja finalmente normalizada em 2024.

A pobreza estrutural e a insegurança alimentar infelizmente continuam a ser questões fundamentais. Nesse contexto, são dignas de destaque as iniciativas de cooperação técnica e humanitária fornecidas pelo Brasil para doenças sexualmente transmissíveis, piscicultura e agricultura.

As relações políticas entre Brasil e Serra Leoa, estabelecidas em 1974, são pouco intensas. O Brasil contou com representação na capital Freetown entre 2012 e 2019, quando foi retomada a cumulatividade com a

Embaixada em Acra. Segundo o Itamaraty, possível reabertura da Embaixada em Serra Leoa está em análise e negociação.

Em matéria de comércio, Serra Leoa é apenas o trigésimo parceiro brasileiro na África. O fluxo de comércio é praticamente unilateral, sendo irrisórias as importações brasileiras. A pauta exportadora se aproxima daquela mantida com Gana, embora em volumes bastante menos expressivos e com a forte presença de vendas de arroz.

Tal como ocorre com Gana, Serra Leoa também tem importância para o Brasil no campo da segurança e defesa regionais, no marco da ZOPACAS. Tendo o Brasil encerrado em 2023 seu mandato no Conselho de Segurança das Nações Unidas, é importante reforçar os contatos com Serra Leoa, país com mandato naquele órgão até 2025.

A Libéria, por sua vez, representa experiência singular. No contexto dos debates abolicionistas nos Estados Unidos da América, uma associação privada decidiu promover a “repatriação” da população negra para a África, estabelecendo uma colônia em parte do atual território liberiano no ano de 1817. Essa nova oligarquia local de libertos, diante da situação da vizinha Serra Leoa, que cada vez mais se via submetida ao jugo colonial britânico, foi responsável em grande parte pela declaração de independência ainda no ano de 1847, acompanhada da promulgação de uma carta constitucional.

Ao longo dos cinquenta anos seguintes à declaração de independência, o Estado liberiano viria a ser paulatinamente reconhecido pela comunidade internacional, inclusive pelo Brasil. É desse período que data o estabelecimento de relações diplomáticas bilaterais. O Brasil manteve Embaixada em Monróvia, capital da Libéria, entre 2011 e 2019, retomando-se então a cumulatividade com a Embaixada em Acra.

Após décadas de conflagrações internas, tal como a vizinha Serra Leoa, a Libéria tem tentado inaugurar período de maior estabilidade política. As últimas eleições presidenciais, ocorridas em 2023, transcorreram sem maiores episódios de violência, sendo empossado o Presidente Joseph Boakai.

No aspecto econômico, a Libéria não tem papel insignificante, tendo sido o oitavo principal destino de exportações brasileiras na África em 2022, com destaque para o fluxo de comércio crescente nos últimos anos. Os principais produtos exportados pelo Brasil foram derivados de petróleo, com

mais de 80% de participação, além de carne suína e de frango, açúcar e eletrônicos. As importações foram reduzidas, de modo que a balança comercial é extremamente superavitária para o Brasil.

Tal como ocorre com Gana e Serra Leoa, a Libéria também tem importância estratégica no campo da segurança e defesa regionais, ao integrar a ZOPACAS. No campo da cooperação técnica, contamos com acordo-quadro bilateral de 2009. Contudo, ainda são pouco expressivas as iniciativas adotadas com base nesse instrumento.

Em linhas gerais, portanto, apesar da longevidade das relações políticas e da crescente expressividade dos laços comerciais, os vínculos entre Brasil e Libéria ainda são tímidos, havendo grande potencial inexplorado para a diplomacia brasileira, que deve dinamizar as relações entre os países.

Por fim, destaco que, seja no contexto das relações com Gana, Serra Leoa ou Libéria, a experiência e os contatos da indicada na Agência Brasileira de Cooperação e em setores de promoção cultural representam importante capital técnico que pode ser aproveitado pelo Brasil para novas iniciativas de cooperação bilateral ou trilateral, voltadas a reforçar a presença brasileira na África Ocidental.

Senhoras e Senhores Senadores, ao concluir o relatório sem apresentar voto, diante de sua natureza secreta, aproveito a ocasião para cumprimentar a indicada, Ministra Mariana Madeira, reforçando também o desejo de que haja cada vez maior número de mulheres diplomatas a exercer funções de chefia e direção em nossos postos no exterior.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relatora

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

2

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE SEGUNDA CLASSE CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE

CPF: [Informações Pessoais](#)

1970 Filho de Carlos Benigno Moreno Garcete e Ana Maria Areias Moreno Garcete, nasce em 3 de novembro de 1970, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1993	Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)
1995	Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD)
2004	Curso de Aperfeiçoamento Diplomático (CAD)
2014	Curso de Altos Estudos - LIX CAE-IRBr: "De subpotência imperialista a aliado estratégico: uma análise dos fatores que concorreram para a mudança da percepção peruana em relação ao Brasil"

Cargos:

1995	Terceiro-secretário
2001	Segundo-secretário
2006	Primeiro-secretário, por merecimento
2010	Conselheiro
2018	Ministro de segunda classe

Funções:

1995-97	Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a Brasileiros no Exterior, Assistente do Diretor-Geral
1997-98	Subchefia do Cerimonial, assistente
1998-2001	Vice-Presidência da República, assessor internacional
2001-04	Consulado-Geral em Nova York, cônsul-adjunto
2004-05	Embaixada em Assunção, segundo-secretário
2005-06	Governo do Estado de São Paulo, assessor internacional do Governador
2007-09	Embaixada em Santiago, primeiro-secretário
2009-11	Ministério da Defesa, assessor especial do Ministro da Defesa
2011-14	Embaixada em Lima, conselheiro
2014-18	Consulado-Geral em Roma, cônsul-geral adjunto
2018-19	Embaixada em Paramaribo, conselheiro e ministro-conselheiro
2019-22	Consulado-Geral em Miami, cônsul-geral adjunto
2022-	Embaixada em Bruxelas, ministro-conselheiro

Condecorações:

1998	Ordem do Infante D. Henrique, Portugal, Oficial,
------	--

2010	Medalha da Vitória, Brasil
2010	Ordem do Mérito Naval, Brasil, Oficial
2010	Ordem do Mérito da Defesa, Brasil, Comendador
2011	Ordem do Mérito Militar, Brasil, Comendador



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 1, DE 2024

(n° 664/2023, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei n° 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 664

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE**, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 5 de dezembro de 2023.

EM nº 00325/2023 MRE

Brasília, 27 de Novembro de 2023

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 46, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE**, ministro de segunda classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à República Federal da Nigéria, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Casa Civil

OFÍCIO Nº 959/2023/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Vice-Presidente da República, no exercício do cargo de Presidente da República, submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado

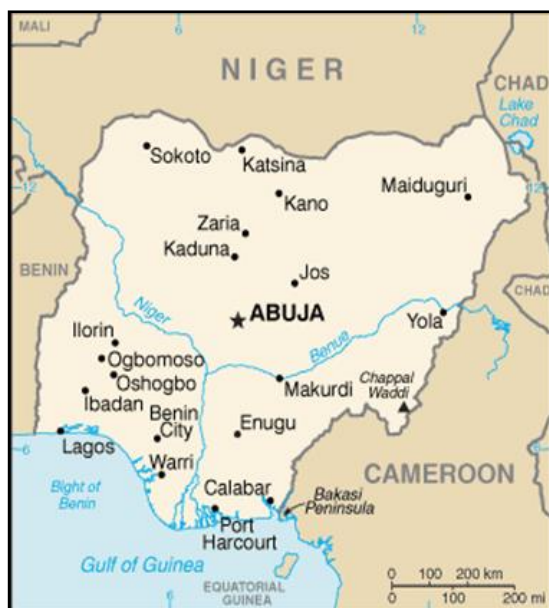


Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 15/12/2023, às 18:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4835439** e o código CRC **7C124A0E** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES**NIGÉRIA**

**INFORMAÇÃO OSTENSIVA
NOVEMBRO DE 2023**

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República Federal da Nigéria
GENTÍLICO	Nigeriano
CAPITAL	Abuja
ÁREA	923.768 km ²
POPULAÇÃO (2022)¹	222,18 milhões
IDIOMAS	Inglês (oficial), haussá, iorubá, ibo, fulani
PRINCIPAIS RELIGIÕES	Islamismo (50%); Cristianismo (40%); religiões locais (10%)
SISTEMA DE GOVERNO	República federal presidencialista
PODER LEGISLATIVO	Sistema bicameral composto de Senado (109 assentos) e Câmara de Representantes (360)
CHEFE DE ESTADO E DE GOVERNO	Presidente Bola Ahmed Tinubu (desde maio de 2023, <i>All Progressives Congress - APC</i>)
CHANCELER	Yusuf Maitama Tuggar (desde agosto de 2023)
PIB (2022)¹	USD 504,2 bilhões
PIB PPC (2022)¹	USD 1,28 trilhão
PIB PER CAPITA (2022)¹	USD 2.330
PIB PPC PER CAPITA (FMI)¹	USD 5.880
VARIAÇÃO DO PIB¹	2,9% (2023E); 3,3% (2022); 3,6% (2021)
IDH (2021)²	0,535 (163º de 191 países)
EXPECTATIVA DE VIDA (2019)³	54,7 anos
DESEMPREGO (2018)¹	22,6%
UNIDADE MONETÁRIA:	Naira (NGN)
COMUNIDADE BRASILEIRA⁴	140

Fontes: (1) FMI; (2) PNUD; (3) Banco Mundial; (4) Estimativa do Itamaraty

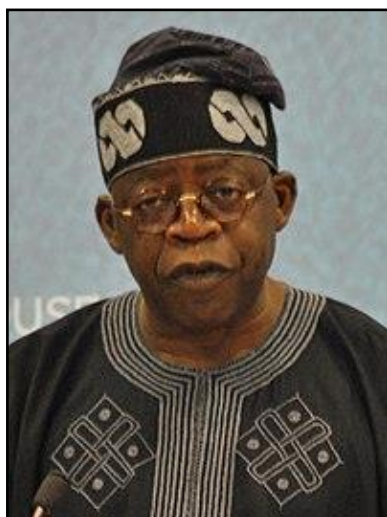
CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Nigéria	2017	2018	2019	2020	2021	2022
Intercâmbio	1.566	2.225	1.511	1.013	1.944	2.981
Exportações	737	668	594	586	930	875
Importações	829	1.557	918	427	1.014	2.106
Saldo	-92	-890	-324	159	-85	-1.231

Fonte: Ministério da Fazenda

PERFIS BIOGRÁFICOS

Asiwaju Bola Ahmed Tinubu

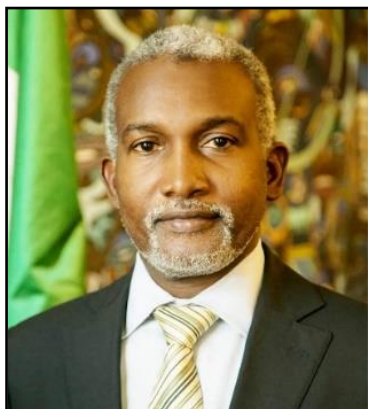
Presidente da República da Nigéria



Asiwaju Bola Ahmed Tinubu (Bola Tinubu), 71 anos, é graduado em Administração de Empresas nos EUA. Iniciou trajetória política há mais de 30 anos, tendo-se filiado inicialmente ao Partido Social Democrata, em 1992. Elegeu-se senador durante a chamada Terceira República (1993-1999). Membro fundador da Coalizão Democrática Nacional, em 1993, partiu para o exílio (1994-1998) após golpe de Estado liderado, no mesmo ano, pelo general Sani Abacha. Foi eleito governador do estado de Lagos em 1999 e reeleito em 2003. Em 2013, atuou na formação da coalizão oposicionista *All Progressives Congress* (APC), que derrotou o *People's Democratic Party* (PDP) e elegeu Muhammadu Buhari no pleito presidencial de 2015. Eleito pelo governista APC, assumiu a presidência em maio de 2023. Integrante da etnia iorubá, é casado e tem 6 filhos.

X: @officialABAT

Yusuf Maitama Tuggar
Ministro dos Negócios Estrangeiros da Nigéria



Yusuf Tuggar, 56 anos, é bacharel em Relações Internacionais (*United States International University*, San Diego, EUA) e mestre na mesma área (*Universidade de Cambridge*, Reino Unido). Empresário e filantropo, foi também deputado (2007-2011) e, como diplomata, Embaixador na Alemanha (2017-2023), antes de ser nomeado chanceler, em agosto de 2023.

X: @YusufTuggar

APRESENTAÇÃO

A Nigéria é o país mais importante, em termos políticos, demográficos e econômicos da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), que tem sede em Abuja e cujo maior contribuinte é o governo nigeriano. No contexto continental, o território da Nigéria (de quase um milhão de quilômetros quadrados), sua densidade populacional (país mais populoso do continente, com 217 milhões de habitantes) e sua relevância política e econômica (maior economia do continente, com PIB de USD 504 bilhões em 2022) asseguram-lhe influência de grande peso nas relações interafricanas e preeminência no diálogo da África com o resto do mundo.

O país é caracterizado pela distinção entre o sul, relativamente mais desenvolvido e de maioria cristã, e o norte, mais pobre e de maioria muçulmana. Além das diferenças regionais, há um complexo cenário étnico: os nigerianos se dividem em mais de 500 etnias, entre as quais as principais são os iorubás (ou iorubanos), que se concentram no sudoeste; os haussá, do norte e muçulmanos; e os igbo (ou ibo), que vivem principalmente no sudeste do país e são majoritariamente cristãos.

Ao longo dos séculos XVII e XVIII, comerciantes europeus estabeleceram portos costeiros para a exploração do tráfico de escravizados para as Américas. No século XIX, o tráfico negroiro foi progressivamente substituído pelo comércio de produtos primários, como a palma. Em 1901, a Nigéria tornou-se protetorado britânico, passando formalmente a colônia em 1914. Em 1956, consórcio da Shell e da British Petroleum descobriu reservas de petróleo no delta do rio Níger.

Ao fim da Segunda Guerra Mundial, movimentos nacionalistas ganharam impulso na Nigéria, como em outras partes da África. O governo britânico iniciou processo de transição, e a independência foi proclamada em 1960, mantendo-se a rainha da Inglaterra como chefe de estado. Em 1963, o país tornou-se uma república, seguindo-se anos de instabilidade e uma guerra civil na região de Biafra (1967-1970). Três diferentes governos militares comandaram a Nigéria de 1983 até 1999, quando foi promulgada nova Constituição e inaugurada a chamada IV República, período mais longo e estável da democracia nigeriana, que se estende até o presente.

Nos últimos anos, tem-se observado o aumento das tensões entre grupos de pastores de etnia fula (ou fulani) e grupos étnicos que tiram seu sustento da agricultura. Os conflitos vêm sendo agravados pelas sucessivas secas no norte (que intensificam as disputas por terras), pela demanda crescente por alimentos, em cenário de acentuado crescimento populacional, e pelo extremismo violento. Desde 2009, ataques jihadistas no nordeste da Nigéria teriam resultado em mais de 40 mil mortes e 2,2 milhões de deslocados internos; mais de 1.000 crianças teriam sido sequestradas; e 218 mil nigerianos teriam sido forçados a buscar refúgio em Cameroun, Chade e Níger.

O presidente Bola Tinubu, escolhido pelo partido “All Progressives Congress” para suceder Muhammadu Buhari (2015-2023), foi eleito em fevereiro último e empossado em maio, na 7ª transição democrática consecutiva no país.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Encarregado de Negócios do Brasil, a.i., em Abuja	Conselheiro Ronaldo Vieira (desde setembro de 2023)
Embaixador da Nigéria em Brasília	Embaixador Muhammad Makarfi Ahmed (desde junho de 2021)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Diálogo Estratégico	1	Novembro de 2013, em Brasília

Os vínculos entre as sociedades brasileira e nigeriana antecedem, em alguns séculos, o estabelecimento de relações diplomáticas entre os respectivos estados, e as influências se observam em ambos os sentidos: de um lado, os milhares de habitantes da atual Nigéria que, em séculos passados, foram transferidos compulsoriamente para o Brasil, sob regime de escravidão, contribuíram para a formação da identidade nacional brasileira; de outro, os nigerianos retornados, especialmente durante o século XIX, auxiliaram, com seus conhecimentos e artes adquiridos no Brasil, na construção do que viria a se tornar a Nigéria independente.

O governo brasileiro reconheceu a independência da Nigéria logo que a emancipação política do país com relação ao Reino Unido foi declarada, em 1960. O Brasil foi o único país sul-americano convidado para o evento de proclamação da independência. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele ano, foi criada a embaixada do Brasil em Lagos, então capital do país. A Nigéria estabeleceu embaixada no Brasil em 1966.

Desde a redemocratização da Nigéria, em 1999, as iniciativas de aproximação adquiriram novo impulso, com a realização de diversas visitas de alto nível. O governo brasileiro tem buscado manter diálogo político fluido com Abuja, a fim de aprofundar suas relações com a maior economia africana e contar com o apoio, em sua atuação na África, de um líder regional importante. Por seu turno, o governo nigeriano tem procurado fortalecer suas relações com o Brasil e outros países emergentes, com vistas a diversificar seu rol de parcerias e aumentar sua margem de barganha frente às grandes potências.

Procurou-se imprimir nova dinâmica às relações Brasil-Nigéria com o estabelecimento, em 2013, de um Mecanismo de Diálogo Estratégico, em nível de vice-presidentes. A Nigéria é o único país da África Ocidental – e um dos poucos no mundo – com o qual o Brasil mantém esse tipo de mecanismo. Em carta de congratulações pela posse de seu homólogo nigeriano, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin manifestou

disponibilidade para a retomada do Mecanismo. Em 1º de março de 2023, o ministro Mauro Vieira avistou-se com seu homólogo nigeriano, Geoffrey Onyeama, à margem da reunião de Chanceleres do G20, em Nova Delhi.

VISITAS RECENTES DE ALTO NÍVEL

Nas últimas duas décadas, as visitas de alto nível têm sido relativamente frequentes. O então presidente Olusegun Obasanjo visitou o Brasil em 1999 e 2005. Em seguida, houve visita do presidente Lula à Nigéria em 2005 e 2006 (na segunda ocasião, em razão da Cúpula África-América do Sul). Em 2009, o presidente nigeriano Umaru Yar'Adua esteve no Brasil. Em 2012, os então presidentes Goodluck Jonathan e Dilma Rousseff mantiveram encontro bilateral à margem da Conferência Rio+20. No ano seguinte, houve visita presidencial brasileira à Nigéria, com participação de empresários brasileiros. Naquela oportunidade, assinou-se o Memorando de Entendimento para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico (MDE).

Em novembro de 2013, realizou-se em Brasília a I Sessão do MDE, sob a coordenação do então vice-presidente brasileiro Michel Temer e do então vice-presidente nigeriano Namadi Sambo.

Em outubro de 2017, o então ministro Aloysio Nunes Ferreira visitou Abuja, onde se reuniu com o chanceler Geoffrey Onyeama e com o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nigeriano, Audu Agbeh. O chanceler Geoffrey Onyeama, por sua vez, realizou visita ao Brasil (Brasília e São Paulo) em junho de 2018. Na ocasião, encontrou-se com seu homólogo brasileiro e com o então Presidente Michel Temer, bem como com outras autoridades e com empresários.

A mais recente visita de alto nível ocorreu em dezembro de 2019, quando o Ministro Ernesto Araújo esteve em Abuja, onde se encontrou com seu homólogo, Geoffrey Onyeama, o Vice-Presidente Yemi Osinbajo e o Ministro da Indústria, Comércio e Investimentos da Nigéria, Otunba Niyi Adebayo. Além de servir para tratar dos principais temas da agenda bilateral, a visita inscreveu-se nos preparativos para a II Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico (MDE) Brasil-Nigéria (prevista para realizar-se em março de 2022, em Abuja, em nível de vice-presidentes, mas adiada *sine die*, às vésperas de sua realização, quando da eclosão da pandemia de Covid-19).

MECANISMO DE DIÁLOGO ESTRATÉGICO (MDE)

Em 23 de fevereiro de 2013, firmou-se Memorando de Entendimento que criou o Mecanismo de Diálogo Estratégico (MDE) bilateral. O documento estabelece que a coordenação do Mecanismo cabe aos Vice-Presidentes e que os encontros seriam realizados em nível ministerial. O programa de trabalho cobriria 11 áreas (que poderiam ser alteradas conforme entendimento bilateral): (i) agricultura e segurança alimentar; (ii) petróleo; (iii) energia elétrica; (iv) biocombustíveis; (v) comércio e investimentos; (vi) finanças; (vii) aviação; (viii) infraestrutura; (ix) mineração; (x) cultura e (xi) educação. As sessões seriam anuais e realizadas de forma alternada nos dois países. O acordo é válido até 2023.

Em 26 de novembro de 2013, realizou-se, em Brasília, a I Sessão do MDE, copresidida pelos então Vice-Presidentes Michel Temer e Namadi Sambo. À época,

foram criados nove grupos de trabalho (GTs), sobre (i) agricultura, (ii) segurança alimentar e desenvolvimento agrário, (iii) temas consulares e jurídicos, (iv) defesa, (v) mineração, (vi) energia, (vii) comércio e investimentos, (viii) cultura e (ix) infraestrutura.

Houve convergência quanto ao interesse em intensificar a cooperação no combate ao tráfico de drogas e na área de defesa (com possíveis desdobramentos para o comércio de produtos militares). Na discussão sobre investimentos, acordou-se dar seguimento às negociações de um Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI) proposto pelo Brasil.

A despeito das iniciativas de 2013, houve dificuldade para manter a periodicidade do MDE. Em julho de 2015, houve tentativa de retomada dos preparativos para a realização de encontros dos GTs.

Com vistas à realização da II Sessão do MDE, prevista para março de 2020, foram atualizados, entre julho e setembro de 2021, os pontos focais dos ministérios responsáveis, com diversas alterações desde o processo preparatório anterior. A crise sanitária global causada pela pandemia de Covid-19 impossibilitou a realização na data programada. Não foi ainda possível encontrar data para a reunião.

Em carta de maio de 2023 ao vice-presidente Kashim Shettima, eleito e empossado no mesmo mês, o vice-presidente Geraldo Alckmin expressou disponibilidade para trabalhar conjuntamente com vistas à renovação do MDE, “importante instrumento de articulação política”.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

A Nigéria foi, durante anos, o maior parceiro comercial do Brasil na África e um dos principais no mundo, em razão das importações brasileiras de petróleo nigeriano. A corrente de comércio bilateral, fortemente deficitária para o Brasil, reduziu-se bruscamente nos últimos anos e chegou a apresentar pequeno superávit em 2020, em razão do declínio dos preços internacionais do petróleo e da redução da demanda brasileira.

Em 2022 verificou-se relativa recuperação do comércio bilateral. Nesse ano, a Nigéria foi o quarto maior parceiro comercial do Brasil no continente africano (depois de Egito, Marrocos e Argélia) e o maior na África subsaariana (tendo superado a África do Sul). O intercâmbio comercial alcançou quase USD 3 bilhões, 53% mais que no ano anterior (e o maior resultado desde 2015), sobretudo em decorrência do expressivo incremento das importações brasileiras, que dobraram (aumento de 108%, para USD 2,1 bilhões); cresceu, em particular, a importação de petróleo e de fertilizantes, itens que compuseram a quase totalidade da pauta de importações brasileiras (61% e 38%, respectivamente). As exportações brasileiras, por sua vez, somaram USD 876 milhões (-6%), mantendo-se no patamar anterior; sobressaem açúcar (73%), compostos aminados de funções oxigenadas (4%) e álcool (4%). O déficit brasileiro, de USD 1,2 bilhão, foi 14 vezes maior que em 2021.

As importações brasileiras de fertilizantes agrícolas (ureia) da Nigéria vêm experimentando forte crescimento, impulsionado com a inauguração, na região de Lagos, em março de 2022, da maior fábrica de fertilizante à base de ureia da África,

com capacidade de produção de 3 milhões de toneladas por ano. No momento da inauguração, previa-se que o Brasil se tornasse o principal destino do excedente de produção (dois terços do total).

De janeiro a julho de 2023, a corrente comercial sofreu queda de -39% (para USD 946,5 milhões) em comparação com o mesmo período do ano anterior, mas as exportações brasileiras, concentradas em açúcar (79%), aumentaram 9% (para USD 562,7 milhões). Do lado das importações, os fertilizantes (53%) superaram o petróleo (45%) nos primeiros 7 meses do ano.

Na última década, registraram-se diferentes iniciativas de empresas brasileiras na Nigéria, incluindo investimentos em construção civil, estudos para a instalação de unidade de montagem de móveis de aço e projeto de parceria para o estabelecimento de fábrica de calçados. A empresa Marcopolo mantém representação comercial em Abuja, com venda de carrocerias para ônibus e de autopeças.

De acordo com o Banco Central do Brasil, não há registro de investimentos nigerianos no mercado brasileiro.

RESTRIÇÕES NIGERIANAS A IMPORTAÇÕES

Desde 2007 o Brasil tenta abrir o mercado nigeriano para carnes bovina e de aves brasileiras, mas os resultados das gestões nesse sentido têm sido frustrantes, em razão da política de proibição de importação adotada pela Nigéria desde 1988. Entre as principais barreiras não-tarifárias praticadas pelo governo nigeriano estão a lista de itens proibidos para importação local, editada em 2015 e ainda em vigor, e a lista de itens que não podem se beneficiar de câmbio local para importação.

Com efeito, em 2015 o Banco Central da Nigéria estabeleceu proibição de acesso ao mercado de câmbio para a realização de pagamentos de importação de diferentes produtos, incluindo arroz, carne, produtos de carne processada, frango e ovos. Ademais, desde 2013, a Nigéria aumentara sua tarifa de importação de 50% para 110%. Tais medidas ocasionaram, para o Brasil, a perda de um grande mercado, com população crescente. Segundo dados da Confederação Nacional da Indústria, o Brasil deixou de exportar cerca de USD 600 milhões de arroz para a Nigéria entre 2013 e 2020.

Numa análise preliminar, as medidas nigerianas poderiam representar - em tese - violações às regras de comércio internacional, nomeadamente o princípio do tratamento nacional (art. III do GATT), uma vez que a norma interna da Nigéria visa a impedir exclusivamente os pagamentos de produtos importados, privilegiando o produto nacional. Além disso, a Nigéria estaria aparentemente violando outros dispositivos do GATT, como o art. XII, que impõe restrições às medidas de salvaguarda do Balanço de Pagamentos.

Desde 2017, o Brasil vem transmitindo às autoridades nigerianas propostas de Certificado Sanitário Internacional (CSI) para abertura do mercado local para leite e produtos lácteos, carne bovina, bovinos e bubalinos vivos, material genético avícola (ovos férteis e pintos de um dia) e material genético bovino (embriões vivos). Paralelamente, em documento de julho de 2017, a Associação Brasileira das Indústrias

de Café Solúvel (ABICS) solicitou gestões junto ao governo nigeriano em prol da redução das tarifas de importação aplicadas ao café solúvel brasileiro, que, no nível atual de 10% a 20%, representam barreira à entrada do produto no país.

Em 2022, o Brasil voltou a apresentar questionamentos à Nigéria por ocasião da 100ª e da 101ª sessões do Comitê de Agricultura da OMC.

Não se tem registro de avanços na matéria, por mais que o Brasil tenha reiteradamente convidado a Nigéria a apresentar respostas às perguntas formuladas naquele foro próprio da OMC. Há expectativa de que o tema seja discutido na próxima Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico bilateral, ainda sem data.

As autoridades nigerianas têm indicado que eventuais demandas brasileiras de acesso a mercado para exportações de carne bovina seriam dificilmente negociáveis, mas tem sido aventada a hipótese de eventuais compensações de acesso a mercado para vendas brasileiras de material genético (embriões bovinos e bubalinos *in vitro* ou “*in vivo*” e ovos férteis e pintos de um dia), cuja importação é permitida pela Nigéria, sobretudo como matriz reprodutiva ou de pesquisa. A Embaixada do Brasil em Abuja tem identificado, tanto por parte de empresas brasileiras, quanto por parte de fazendeiros nigerianos, interesse na comercialização de embriões bovinos e bubalinos.

PROGRAMA “THE GREEN IMPERATIVE”

No início de 2018, o governo nigeriano encaminhou lista com pedido de financiamento para máquinas e equipamentos agrícolas, totalizando USD 1,11 bilhão, com a intenção de que a solicitação fosse atendida no âmbito de iniciativa nos moldes do Programa Mais Alimentos Internacional (PMAI). Contudo, o escopo da lista nigeriana extrapolaria o âmbito do PMAI. Com auxílio de consultoria da FGV, estruturou-se projeto específico de financiamento para a iniciativa, batizada na Nigéria como “The Green Imperative”. O projeto teria enfoque integral, prevendo não apenas a exportação de máquinas agrícolas, mas também assistência técnica e treinamento. O tema foi tratado como prioridade do governo Buhari (2015-2023), uma vez que o país utiliza fração reduzida de suas terras aráveis e tem problemas de abastecimento. Do lado brasileiro, o pacote recebeu manifestação de apoio da ABIMAQ.

O Deutsche Bank (provedor de crédito) e a Islamic Corporation for the Insurance of Investment and Export Credit (ICIEC), ligada ao Banco Islâmico de Desenvolvimento (IBD), dispuseram-se a prover uma primeira parcela do financiamento requerido, no valor de 150 milhões de euros.

Em julho de 2022, durante reunião entre os ministros da Agricultura dos dois países em Brasília, com a presença de representantes da FGV, a delegação nigeriana afirmou que o esquema de financiamento do programa “The Green Imperative” teria sido alinhavado com entidades parceiras, sem acrescentar detalhes. Segundo informação da embaixada em Abuja, em julho de 2023 a liberação dos recursos da primeira parcela (USD 185 milhões) seguia sob análise técnica no Ministério das Finanças da Nigéria e não parecia ter prazo definido para conclusão e execução.

PETRÓLEO E ENERGIA

A Nigéria é um dos principais fornecedores de petróleo do Brasil, responsável por considerável parcela do petróleo cru importado pelo país, grande parte da qual na modalidade “light sweet” (baixa densidade e baixo nível de enxofre), a que melhor se adapta às refinarias brasileiras.

As importações de petróleo nigeriano pelo Brasil decresceram 92,5% entre 2014 e 2019 (de USD 9,5 bilhões para USD 709 milhões). Entre 2020 e 2022, as importações passaram a ter tendência de crescimento, partindo de USD 301 milhões para 1,19 bilhão. Em 2022, as compras do produto oriundas da Nigéria representaram 12% das importações brasileiras de petróleo, encontrando-se o país na terceira posição como fornecedor para o Brasil, atrás de Arábia Saudita e EUA.

Presente na Nigéria desde 1998, a Petrobras concluiu em janeiro de 2020 a venda de seus últimos ativos naquele país para a canadense Africa Oil Corp, em linha com seu plano de desinvestimentos.

ASSUNTOS CONSULARES

A comunidade brasileira na Nigéria é estimada em cerca de 140 pessoas. O Brasil dispõe de Consulado-Geral em Lagos. A assistência a brasileiros naquele país envolve pequenos auxílios a nacionais desvalidos, pedidos de repatriação e assistência a nacionais detidos por tráfico de drogas.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

A Constituição de 1999 estabelece a separação entre os poderes executivo, legislativo e judiciário. A Nigéria, federação formada por 36 estados, adota a república e o presidencialismo, respectivamente, como forma e sistema de governo. O presidente é eleito por sufrágio universal direto, para mandato de quatro anos. A Constituição permite que o chefe de estado seja reeleito apenas uma vez.

A Assembleia Nacional é bicameral: o Senado é composto por 109 membros, ao passo que a Câmara de Representantes conta com 360 deputados. Os parlamentares são eleitos por sufrágio universal direto para mandato de quatro anos.

CONTEXTO RECENTE

A Nigéria realizou eleições gerais em fevereiro de 2023 para a Presidência da República e a Assembleia Federal, bem como, em março, para os governos e assembleias estaduais. Destaca-se que a Nigéria vem revelando grande vitalidade democrática em contraste com outros países-membros da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), apesar das denúncias de irregularidades e registros de episódios de violência nos diversos processos eleitorais. O país tem logrado organizar com relativo êxito eleições regulares para todos os níveis do poder executivo e do legislativo desde a redemocratização do país em 1999 e a instalação da IV República.

O cenário político nigeriano é dominado por dois partidos que se alternam no poder desde o processo de redemocratização: o Partido Democrático Popular (PDP, no acrônimo em inglês), atual agremiação oposicionista, que governou a Nigéria de 1999 até 2015, e o Congresso de Todos os Progressistas (APC), coalizão situacionista composta por diversos partidos políticos. Uma terceira força política, o Partido dos Trabalhadores (LP), mostrou sua força e popularidade como representante de uma "terceira via" ao angariar número significativo de votos durante as últimas eleições presidenciais, sobretudo na faixa etária entre 18 e 28 anos de nigerianos residentes em centros urbanos.

A imprensa é livre e as opiniões circulam sem maiores empecilhos. Os movimentos nacionalistas e separatistas na região da Biafra, no sudeste do país, parecem estar perdendo força, com raras exceções. Contudo, a democracia constitucional nigeriana deverá enfrentar, nos próximos anos, grandes desafios em razão do agravamento da crise econômica com altas taxas de inflação, desemprego e desvalorização da moeda local.

Na área de segurança o estado nigeriano tem enfrentado dificuldades, não apenas no combate ao grupo terrorista Boko Haram, que atua principalmente no nordeste da Nigéria, mas também na contenção do crescimento de outros grupos armados. O terrorismo e o banditismo têm representado desafios para a continuidade das atividades

produtivas, inclusive de subsistência, em ambas as regiões e vêm provocando deslocamentos populacionais expressivos.

POLÍTICA EXTERNA

Após a redemocratização, em 1999, os sucessivos governos nigerianos têm envidado esforços para deixar para trás a imagem negativa que se construiu do país ao longo do último regime militar (1993-1999). Ao assumir a presidência, em 1999, Olusegun Obasanjo (1999-2007) investiu na diplomacia presidencial e realizou grande número de visitas a parceiros tradicionais e emergentes, incluindo duas viagens ao Brasil. Seus esforços para restabelecer a credibilidade e as parcerias internacionais tiveram seguimento nos governos Umaru Yar'Adua (2007-2010), Goodluck Jonathan (2010-2015) e Muhammadu Buhari (2015-2023).

A Nigéria tem buscado projetar-se como membro ativo da comunidade internacional e recuperar sua “natural” liderança no contexto da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO) e da África como um todo. O país tem exercido importante papel nos momentos de tensões e conflitos observados nos países vizinhos, como nos casos da crise pós-eleitoral de 2010-2011 na Côte d'Ivoire, da crise de segurança no Mali, da crise política na Guiné-Bissau e da crise pós-eleitoral de 2016-2017 na Gâmbia. Uma das principais metas da diplomacia nigeriana é tornar a Nigéria membro permanente do Conselho de Segurança da ONU. O país já ocupou assento não permanente no órgão cinco vezes, sendo a última delas no biênio 2014-15.

No contexto africano, a visão nigeriana é de que seu grande território, sua densidade populacional (é o país mais populoso do continente, e há projeções indicando que terá a terceira maior população do mundo em 2050) e sua relevância política e econômica (maior economia do continente), asseguram-lhe liderança natural nos assuntos da África Ocidental, uma influência decisiva nas relações interafricanas e preeminência no diálogo da África com o resto do mundo.

A Nigéria exerce especial influência na porção ocidental do continente, notadamente no âmbito da Comunidade dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), organização regional com 15 membros sediada em Abuja, cujo maior contribuinte é o governo nigeriano. Recentemente, na esteira do golpe militar no Níger (julho de 2023), a Nigéria liderou, inicialmente, reação assertiva da CEDEAO que incluiu menção à possibilidade de intervenção militar no país vizinho. Transcorridos mais de três meses, e após numerosas manifestações de países e organizações internacionais instando à busca de solução pacífica para a crise, analistas consideram que estaria superada, ainda que extra-oficialmente, a hipótese de intervenção armada da CEDEAO.

A Nigéria é também uma das lideranças na União Africana (UA), sendo responsável por 13% das contribuições orçamentárias africanas para a instituição. Ademais, o país tem atuado como membro do Conselho de Paz e Segurança da UA ininterruptamente desde sua criação, em 2004.

ECONOMIA

A Nigéria é, segundo dados do FMI, a 31ª maior economia do mundo e a maior da África. Sua economia é fortemente concentrada na produção de petróleo, que responde por 86% das exportações e metade da arrecadação pública. O setor emprega parcela reduzida da população local, que segue concentrada na agricultura de subsistência. Em anos recentes, o país tem deixado de alcançar a cota de produção estabelecida pela Organização dos Países Exportadores de Petróleo (OPEP). Um dos fatores para o baixo desempenho são as expressivas perdas decorrentes de furtos e sabotagem de oleodutos.

As reservas internacionais da Nigéria somavam, em meados de 2022, cerca de USD 38,5 bilhões, nível insuficiente para cobrir três meses de importações de bens e serviços. O reduzido patamar das reservas resulta da combinação do aumento dos gastos com importação de óleo de petróleo refinado e da diminuição das exportações do óleo de petróleo cru. O baixo nível das reservas internacionais também contribui para a depreciação da moeda nacional (naira) em relação ao dólar. O país enfrenta, ainda, persistente inflação de dois dígitos desde 2016, afetando sobretudo o setor de alimentos. Em 2022, a inflação média calculada pelo FMI foi de 18,9%.

Na avaliação do FMI, o país precisaria dar prioridade a reformas nas áreas fiscal, cambial, comercial e de governança institucional, com a implementação de reformas econômicas estruturais, com ênfase no setor agrícola. O Banco Mundial, por sua vez, avaliou, em relatório de dezembro de 2022, que, embora a previsão de crescimento da economia nigeriana seja em média de 3,5% para o período entre 2022 e 2024, as perspectivas de crescimento estão sujeitas a riscos graves, incluindo novos declínios na produção de petróleo e aumento da insegurança no país. Em 2022, o país cresceu 3%, abaixo das expectativas previstas, em contexto de fortes desigualdades regionais e socioeconômicas, além das questões étnicas e religiosas tradicionais.

Da população de 217 milhões, 40% vivem abaixo da linha da pobreza; desses, 25% encontram-se em situação de extrema vulnerabilidade. O país continua a enfrentar desafios ao desenvolvimento como a necessidade de reduzir a dependência do petróleo e diversificar a economia, investir em infraestruturas eficientes, e fortalecer instituições do estado. Para o Banco Mundial, “desbloquear” o investimento privado é medida imprescindível para criar mais renda e emprego de forma sustentável.

O presidente Bola Tinubu herda da administração Buhari uma dívida pública de USD 103 bilhões. Desse montante, USD 61 bilhões correspondem ao estoque da dívida interna, enquanto USD 42 bilhões comporiam o estoque da dívida externa. De acordo com dados oficiais, o governo nigeriano estaria destinando mais de 60% de sua arrecadação fiscal para o pagamento do serviço da dívida. A base tributária é estimada em 6% do PIB.

A Nigéria foi um dos últimos países a assinar o acordo que instituiu a Zona de Livre Comércio Continental Africana - ZLCCA (a Eritreia é agora o único país, entre 55, que não aderiu). Caso implementada de maneira exitosa, a ZLCCA criará um

mercado único com cerca de 1,2 bilhão de consumidores e PIB total estimado em mais de USD 3 trilhões. Segundo estudo publicado pela Comissão Econômica das Nações Unidas para a África (CEA) em novembro de 2018, a depender do nível de ambição do processo de liberalização, a remoção das tarifas sobre o comércio de bens poderia promover um aumento de mais de 50% do valor do comércio intra-africano até 2040. Essa estimativa não leva em conta a ambição de eliminarem-se as barreiras não-tarifárias e promoverem-se os serviços e os investimentos na região.

SETOR DE PETRÓLEO

O setor petrolífero contribui com cerca de 10% do PIB nigeriano e emprega apenas 1,2% da população economicamente ativa do país, mas representa também 86% das exportações e cerca de 70% da receita do governo. Em 2021, a produção foi de 1,3 milhões de barris de petróleo por dia e 48,57 bilhões de metros cúbicos de gás natural. Segundo a OPEP, também em 2021, a Nigéria foi o 6º maior exportador de petróleo da organização.

A estatal Nigerian National Petroleum Corporation é o grande ator nacional e associa-se, em joint-ventures, a multinacionais que atuam no país, como a Shell e a ExxonMobil. A Nigéria tem a décima maior reserva de petróleo do mundo (37,2 bilhões de barris) e a segunda maior do continente africano (atrás da Líbia). Maior produtor africano de petróleo até 2022 (em agosto desse ano, a produção nigeriana foi superada pelos resultados de Angola, Argélia e Líbia), o país é, desde 1971, membro da OPEP. A Nigéria vem apresentando quedas contínuas na produção de petróleo e falhando em cumprir a cota de produção diária estabelecida pela OPEP, em decorrência da falta de investimento no setor petrolífero e aumento do furto e vandalismo nos gasodutos.

Não obstante as expressivas reservas de petróleo bruto, no setor downstream (refino, transporte e distribuição) o país é dependente da importação de combustíveis (importa pouco mais de 80% dos produtos refinados de que necessita). As quatro refinarias existentes no país até 2022 operam cronicamente abaixo da capacidade, devido à falta de manutenção, à má gestão e aos problemas estruturais.

Há expectativa de superação desse quadro com a inauguração da mega refinaria Dangote, em maio de 2023 em Ibeju-Lekki, no estado de Lagos. Pedra angular dos planos nigerianos de segurança energética, é a maior refinaria do continente africano e uma das maiores do mundo, com capacidade máxima de refino de 650 milhões de barris por dia, o que deverá tornar o país autossuficiente na produção de óleo de petróleo refinado a curto e médio prazos, além de poupar até USD 10 bilhões anuais em reservas cambiais utilizadas para o pagamento de importações do produto refinado.

CRONOLOGIA HISTÓRICA

Ano	Evento
Séc. XVIII	Estabelecimento de portos costeiros por comerciantes europeus para o tráfico de escravizados.
1851	Ataque britânico a Lagos para derrubar o governante local, a fim de substituir o tráfico negreiro pelo comércio de produtos primários.
1886	Criação da Companhia Real de Níger, que consolidará os interesses britânicos na região.
1901	A Nigéria torna-se protetorado britânico.
1914	A Nigéria torna-se formalmente colônia britânica.
1956	Descoberta de reservas de petróleo no delta do rio Níger por um consórcio da Shell e da British Petroleum.
1960	Proclamação da Independência - a Nigéria torna-se uma federação de três regiões.
1961	Incorporação de parte dos domínios britânicos no Cameroun à Nigéria após um plebiscito
1963	A Nigéria tornou-se uma república, e Nnamdi Azikiwe é eleito o primeiro presidente do país.
1966	Dois golpes militares se sucedem.
1967-1970	Guerra civil de Biafra, na esteira de declaração de independência da “República de Biafra”. O conflito resultou em grande perda de vidas e terminou com a derrota dos secessionistas.
1971	A Nigéria ingressa na OPEP e experimenta período de dinamismo econômico graças à exportação de petróleo.
1983	Golpe militar liderado pelo General Muhammadu Buhari.
1999	Nova Constituição é promulgada, dando início à IV República, período mais longo e estável de democracia no país, estendendo-se até o presente.
2023	Eleição e posse do presidente Bola Tinubu.

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1960	Reconhecimento da independência da Nigéria pelo Brasil
1977	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Joseph Garba
1979	Visitas ao Brasil do Vice-Presidente Shehu Yar'Adua e do Ministro da Energia Justin Tseayo. Assinatura do Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica
1981	Viagem à Nigéria do Ministro das Relações Exteriores Ramiro Saraiva Guerreiro. Primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Nigéria
1983	Viagem à Nigéria do Presidente João Batista Figueiredo
1986	Visita à Nigéria do Ministro das Relações Exteriores Roberto Costa de Abreu Sodré
1988	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Ike Nwachukwu
1999	Visita ao Brasil do Presidente-Eleito Olusegun Obasanjo
2000	Visita ao Brasil do Vice-Presidente Atiku Abubakar. Assinatura de Acordo de Cooperação Cultural e Educacional
2005	A Embaixada do Brasil é transferida para Abuja, nova capital da Nigéria. Visita à Nigéria do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Visita ao Brasil do Presidente Olusegun Obasanjo na data nacional brasileira
2006	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Oluyemi Adeniji. Visita à Nigéria do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva por ocasião da Cúpula América do Sul– África (ASA)
2007	Encontro dos Presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Umaru Mursa Yar'Adua, em Berlim, à margem de reunião do G-8
2008	Visita ao Brasil do Ministro de Estado do Comércio Garba Bichi. VI Reunião da Comissão Mista Brasil-Nigéria, em Brasília
2009	Visita ao Brasil do Presidente Umaru Musa Yar'Adua
2010	Reunião de Consultas Políticas bilateral. Assinatura de Acordo sobre Cooperação no Domínio da Defesa
2012	Visita ao Brasil do Presidente Goodluck Jonathan por ocasião da Conferência Rio+20, à margem da qual se reuniu com a Presidenta Dilma Rousseff. Visita ao Brasil do Ministro de Comércio e Investimentos Olusegun Aganga
2013	Visita à Nigéria da Presidenta Dilma Rousseff, quando se assinou Memorando de Entendimento para a criação de Mecanismo de Diálogo Estratégico Bilateral. Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Olugbenga Ashiru. Vice-Presidentes Michel Temer e Namadi Sambo presidem a I Sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico Brasil-Nigéria, em Brasília
2017	Visita à Nigéria do Ministro Aloysio Nunes Ferreira. Fórum Empresarial Brasil-Nigéria, em Lagos
2018	Visita ao Brasil do Ministro dos Negócios Estrangeiros Geoffrey Onyeama
2019	Visita à Nigéria do Chanceler Ernesto Araújo. Visita ao Brasil da Ministra de Estado da Indústria, Comércio e Investimentos Aisha Abubakar
2022	Visita ao Brasil do Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural Mohammad Mahmood Abubakar, durante a qual avistou-se com seu homólogo brasileiro

2023	Reunião bilateral entre os Chanceleres Mauro Vieira e Geoffrey Onyeama à margem de reunião ministerial do G-20, em Nova Délhi, Índia (março)
ATOS BILATERAIS VÁLIDOS	

Título	Data de celebração	Status
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria para o Estabelecimento de Mecanismo de Diálogo Estratégico	23/02/2013	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação no Domínio da Defesa	22/07/2010	Tramitação Ministérios/Casa Civil
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação nas Áreas de Direitos Culturais, Combate a Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas	15/03/2010	Em Vigor
Ajuste Complementar ao Acordo de Cooperação Econômica, Técnica e Científica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria na Área de Biotecnologia	29/07/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação na Área de Energia entre a República Federativa do Brasil e a República Federal da Nigéria	29/07/2009	Em Vigor
Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação Esportiva	29/07/2009	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria	06/09/2005	Em Vigor
Acordo de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre o Combate à Produção Ilícita, Consumo e Tráfico de Drogas e Substâncias Psicotrópicas e Lavagem de Dinheiro	06/09/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Isenção de Vistos para Portadores de Passaportes Diplomáticos, Oficiais e de Serviço	06/09/2005	Em Vigor
Acordo sobre Serviços Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria	06/09/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Tecnológica para	06/09/2005	Em ratificação da(s) outra(s)

Implementação do Projeto "Produção e Processamento Agroindustrial de Mandioca na Nigéria".		Parte(s)
Ajuste Complementar ao Acordo Básico de Cooperação Econômica, Científica e Técnica para Implementação do Projeto "Produção e Processamento de Frutas Tropicais e Hortaliças na Nigéria"	06/09/2005	Em ratificação da(s) outra(s) Parte(s)
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação Técnica na Área de Agricultura	12/04/2005	Em Vigor
Protocolo de Intenções entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria sobre Cooperação Técnica na Área de Saúde	03/03/2004	Em Vigor
Acordo de Cooperação Cultural e Educacional entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Federal da Nigéria	08/11/2000	Em Vigor
Acordo de Amizade, Cooperação e Comércio entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria.	10/01/1979	Em Vigor
Acordo sobre a criação de uma Comissão Mista de Coordenação entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República Federal da Nigéria.	10/01/1979	Em Vigor
Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República da Nigéria.	10/01/1979	Em Vigor
Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar Federal da República da Nigéria sobre Serviços Aéreos entre seus respectivos Territórios e Além.	10/01/1979	Em Vigor
Memorando de Entendimentos sobre Transportes Aéreos entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo Militar da República Federal da Nigéria.	20/05/1977	Em Vigor

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM ABUJA

Candidato: CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE

PERFIL DO CANDIDATO

Ministro Carlos José Areias Moreno Garcete

Ingressou no Curso de Preparação à Carreira Diplomática do Instituto Rio Branco (IRBr) em 1994. Como diplomata, serviu no Consulado-Geral em Nova York (2001-2004), na Embaixada em Assunção (2004-2005), na Embaixada em Santiago (2007-2009), na Embaixada em Lima (2011-2014), no Consulado-Geral em Roma (2014-2018), na Embaixada em Paramaribo (2018-2019), no Consulado-Geral em Miami (2019-2022) e na Embaixada em Bruxelas (2022-até o presente momento).

Especializado em assuntos consulares e em temas relacionados à América Latina, foi no Brasil assistente do Diretor-Geral de Assuntos Consulares; integrante da Subchefia do Cerimonial; Assessor Internacional da Vice-Presidência da República; Assessor Internacional do Governo do Estado de São Paulo; e Assessor Especial do Ministério da Defesa. No exterior, foi chefe do Escritório Consular Temporário em Orlando; chefiou os setores cultural e de imprensa do Consulado-Geral em Nova York; o setor cultural da embaixada em Assunção; os setores de administração da Embaixada em Santiago e do Consulado-Geral em Roma; o setor político da embaixada em Lima; foi Ministro-Conselheiro na Embaixada em Paramaribo; Cônsul-Geral Adjunto do Consulado-Geral em Miami; e Ministro-Conselheiro na Embaixada em Bruxelas.

Integrou o Grupo de Trabalho para a organização da Cúpula de Chefes de Estado e de Governo da América do Sul para a assinatura do Ato Constitutivo da UNASUL. Foi assistente do coordenador do Grupo de Trabalho para a organização da XXXVI Reunião de Cúpula do Mercosul e da Reunião de Cúpula da América Latina e Caribe sobre Integração e Desenvolvimento (CALC).

Em 2014, teve sua tese intitulada "De subpotência imperialista a aliado estratégico: uma análise dos fatores que concorrem para a mudança da percepção peruana em relação ao Brasil" aprovada no Curso de Altos Estudos do Instituto Rio Branco (CAE).

SITUAÇÃO DAS RELAÇÕES ENTRE O BRASIL E A NIGÉRIA

I - Relações diplomáticas

- Os vínculos entre as sociedades brasileira e nigeriana antecederam, em alguns séculos, o estabelecimento de relações diplomáticas entre os respectivos estados, e as influências se observam em ambos os sentidos: de um lado, os milhares de habitantes da atual Nigéria que, em séculos passados, foram transferidos compulsoriamente para o Brasil, sob regime de escravidão, compuseram parte expressiva da força de trabalho na economia e contribuíram para a formação da identidade nacional brasileira; de outro, os nigerianos retornados, especialmente durante o século XIX, auxiliaram, com seus conhecimentos e artes adquiridos no Brasil, na construção do que viria a se tornar a Nigéria independente.
- O governo brasileiro reconheceu a independência da Nigéria logo que a emancipação política do país com relação ao Reino Unido foi declarada, em 1960. O Brasil foi o único país sul-americano convidado para o evento de proclamação da independência. Em 1961, os dois países estabeleceram relações diplomáticas e, naquele ano, foi criada a embaixada do Brasil em Lagos, então capital do país. A Nigéria estabeleceu embaixada no Brasil em 1966.
- Desde a redemocratização da Nigéria, em 1999, as iniciativas de aproximação adquiriram novo impulso, com a realização de diversas visitas de alto nível. O governo brasileiro tem buscado manter diálogo político fluido com Abuja, a fim de aprofundar suas relações com a maior economia africana e contar com o apoio, em sua atuação na África, de um líder regional importante.
- Por seu turno, o governo nigeriano tem procurado fortalecer suas relações com o Brasil e outros países emergentes, com vistas a diversificar seu rol de parcerias e aumentar sua margem de barganha frente às grandes potências.
- Procurou-se imprimir nova dinâmica às relações Brasil-Nigéria com o estabelecimento, em 2013, de um Mecanismo de Diálogo Estratégico, em nível de vice-presidentes. A Nigéria é o único país da África Ocidental – e um dos poucos no mundo – com o qual o Brasil manteve esse tipo de mecanismo até sua expiração, em 2023.
- Em carta de congratulações pela posse de seu homólogo nigeriano, Kashim Shettima, o Vice-Presidente Geraldo Alckmin manifestou disponibilidade para a retomada do Mecanismo.
- Para além do Mecanismo de Diálogo Estratégico, merecem destaque os seguintes instrumentos atualmente em vigor entre Brasil e Nigéria: Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Direitos Culturais, Combate à Discriminação, Promoção da Igualdade Racial e Atividades Correlatas; Acordo de Cooperação Econômica, Técnica e Científica; Memorando de Entendimento em Matéria de Cooperação na Área de Energia; Tratado de Assistência Jurídica Mútua em Matéria Penal; Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, entre outros.
- Entre os encontros de alto nível recentes, destacam-se: (i) visita do então ministro Aloysio Nunes Ferreira a Abuja, em outubro de 2017, onde se reuniu com o chanceler Geoffrey Onyeama e com o ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural nigeriano, Audu Agbeh; (ii) o chanceler Geoffrey Onyeama, por sua vez, realizou visita ao Brasil (Brasília e São Paulo) em junho de 2018; (iii) Em 2019, visita do então Ministro Ernesto Araújo a Abuja, onde se encontrou com seu homólogo, Geoffrey Onyeama, com o Vice-Presidente da República, Yemi Osinbajo, e o Ministro da Indústria, Comércio e Investimentos, Otunba Niyi Adebayo; (iv) visita ao Brasil, em

julho de 2022, do Ministro da Agricultura e do Desenvolvimento Rural da Nigéria, Mohammad Abubakar, durante a qual avistou-se com seu homólogo brasileiro; (iv) o Ministro Mauro Vieira manteve reunião com seu então homólogo nigeriano, Geoffrey Onyeama, em 1º de março de 2023, à margem da reunião de Chanceleres do G20, em Nova Delhi ; e o encontro entre os presidentes Lula e Bola Tinubu à margem da cúpula da União Africana em Adis Abeba, em fevereiro deste ano.

- Tão logo assumiu a Presidência do G20, no mês de dezembro último, o Brasil convidou a Nigéria, país não-membro do agrupamento, para participar das reuniões do seu calendário de eventos.

II - Relação Econômico-Comercial

- A Nigéria foi, durante anos, o maior parceiro comercial do Brasil na África e um dos principais parceiros no mundo, em razão das importações brasileiras de petróleo nigeriano. A corrente de comércio bilateral, fortemente deficitária para o Brasil, alcançou seu pico em 2013 e 2014 (USD 10,5 bilhões), depois reduziu-se acentuadamente (em anos recentes oscilou entre USD 1 bilhão a USD 3 bilhões), em razão do declínio dos preços internacionais do petróleo (no período anterior ao conflito na Ucrânia) e da redução da demanda brasileira. Barreiras nigerianas a diversos produtos agrícolas brasileiros dificultam o adensamento das trocas bilaterais.
- As importações brasileiras de fertilizantes agrícolas (ureia) da Nigéria vêm experimentando forte crescimento, impulsionado ulteriormente com a inauguração, na região de Lagos, em março de 2022, da maior fábrica de fertilizante à base de ureia da África, com capacidade de produção de 3 milhões de toneladas por ano. No momento da inauguração, previa-se que o Brasil se tornasse o principal destino do excedente de produção (dois terços do total). Em 2022, verificou-se incremento excepcional do comércio bilateral (+53%), impulsionado pelas importações (+108%), especificamente de petróleo e de fertilizantes, que compuseram a quase totalidade das compras (61% e 38%, respectivamente).
- Em 2023, o intercâmbio (USD 1,7 bilhão) voltou ao patamar do período anterior. Nas exportações brasileiras (USD 971 milhões), sobressaem açúcar (75%), álcool (5%) e trigo (4%). O valor médio das trocas bilaterais nos últimos cinco anos (2019-2023) é de USD 1,8 bilhão, com déficit brasileiro médio de USD 253 milhões.
- Na última década, registraram-se diferentes iniciativas de empresas brasileiras na Nigéria, incluindo investimentos em construção civil, estudos para a instalação de unidade de montagem de móveis de aço e projeto de parceria para o estabelecimento de fábrica de calçados.
- Desde 2007 o Brasil tenta abrir o mercado nigeriano para carnes bovina e de aves, mas os resultados das gestões nesse sentido têm sido frustrantes, em razão da política de proibição de importação adotada pela Nigéria desde 1988. Entre as principais barreiras não-tarifárias praticadas pelo governo nigeriano destaca-se a lista de itens proibidos para importação local, editada em 2015 e ainda em vigor.
- Desde 2017, o Brasil vem transmitindo às autoridades nigerianas propostas de Certificado Sanitário Internacional (CSI) para abertura do mercado local para leite e produtos lácteos, carne bovina, bovinos e bubalinos vivos, material genético avícola (ovos férteis e pintos de um dia) e material genético bovino (embriões vivos). Paralelamente, em documento de julho de 2017, a Associação Brasileira das Indústrias de Café Solúvel (ABICS) solicitou gestões junto ao

governo nigeriano em prol da redução das tarifas de importação aplicadas ao café solúvel brasileiro, que, no nível atual de 10% a 20%, representam barreira à entrada do produto no país.

- Com auxílio de consultoria da FGV, estruturou-se projeto específico de financiamento para a iniciativa batizada na Nigéria como “The Green Imperative”. O projeto teria enfoque integral, prevendo não apenas a exportação de máquinas agrícolas, mas também assistência técnica e treinamento. O tema foi tratado como prioridade do governo Buhari (2015-2023), uma vez que o país utiliza fração reduzida de suas terras aráveis e tem problemas de abastecimento. A liberação dos recursos da primeira parcela (USD 185 milhões) segue sob análise técnica no Ministério das Finanças da Nigéria e não parece ter prazo definido para execução.
- As importações de petróleo nigeriano pelo Brasil decresceram 92,5% entre 2014 e 2019 (de USD 9,5 bilhões para USD 709 milhões). Entre 2020 e 2022, as importações passaram a ter tendência de crescimento, partindo de USD 301 milhões para 1,19 bilhão. Em 2022, as compras do produto oriundas da Nigéria representaram 12% das importações brasileiras de petróleo, encontrando-se o país na terceira posição como fornecedor para o Brasil, atrás de Arábia Saudita e EUA.
- Presente na Nigéria desde 1998, a Petrobras concluiu em janeiro de 2020 a venda de seus últimos ativos naquele país para a canadense Africa Oil Corp, em linha com seu plano de desinvestimentos.
- Entre as iniciativas do Setor de Promoção Comercial da Embaixada, merece especial destaque o “IV Fórum Comercial Brasil-Nigéria”, realizado em 6 de setembro de 2023. O fórum reuniu representantes dos setores da agricultura, do mercado financeiro e indústria criativa (filme, carnaval, turismo e moda). Participaram do evento cerca de 30 palestrantes do Governo nigeriano, inclusive representantes da Vice-Presidência da República, interessada em aprofundar relações técnico-comerciais com o Brasil, além de 80 representantes do setor privado. O evento foi divulgado nos jornais televisivos e impressos, bem como replicado em mídias sociais.

III - Cooperação Técnica

- A cooperação técnica bilateral está amparada no Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, celebrado entre Brasil e Nigéria, em 1979.
- Em setembro de 2023, o Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC), Embaixador Ruy Pereira, realizou visita a Abuja. O objetivo principal da missão chefiada pelo diretor da ABC foi discutir possibilidades de cooperação internacional para o desenvolvimento em áreas de comum interesse, que poderiam compor o programa de cooperação técnica entre o Brasil e a Nigéria nos próximos anos, tanto na modalidade bilateral quanto em formato alternativo que fosse julgado conveniente por ambos os países.
- O Governo brasileiro aguarda a apresentação de notas conceituais pela parte nigeriana, com áreas em que mantém interesse em cooperar. Nos contatos mantidos em Abuja pela missão da ABC, foi possível identificar genuíno interesse da parte nigeriana em desenvolver projetos de cooperação nas áreas agrícola e de saúde. No que se refere ao setor de saúde, a parte nigeriana manifestou particular interesse pelos programas dos bancos de leite humano, dos bancos de sangue e da farmácia popular.

IV - Cooperação em defesa

- Em julho de 2010, os Ministros da Defesa do Brasil e da Nigéria assinaram Acordo Quadro sobre Cooperação no Domínio da Defesa. Com o advento da Lei de Acesso à Informação, publicada em 2011, os termos do acordo-quadro teriam, então, que ser alterados, de modo a abrigo o disposto no novo diploma legal. A reabertura da discussão a respeito do acordo já firmado, entretanto, ensejou a sua perda de eficácia. O Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República está analisando proposta de alteração do texto do acordo encaminhada pela parte nigeriana.
- A Embaixada do Brasil em Abuja conta com Adidância de Defesa, Naval, do Exército e da Força Aérea desde o ano de 2004. O Adido militar baseado em Abuja tem sob sua jurisdição Nigéria e Gana.
- Militares nigerianos participam com bastante frequência de cursos ministrados por seus homólogos brasileiros. Há oficiais nigerianos formados na Academia Militar da Força Aérea Brasileira (AFA) e na Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN). Desde 2021, realiza-se anualmente a operação GUINEX pela Marinha do Brasil nos países do Golfo da Guiné. Nas três edições da operação militar, fragatas brasileiras foram recebidas no Porto de Lagos.
- Em dezembro de 2019, realizou-se o 1º fórum de produtos de defesa brasileiros nas dependências da embaixada em Abuja, evento que contou com a presença de diversas empresas nacionais do setor e a participação de autoridades das três Forças Armadas nigerianas, de membros do ministério da defesa da Nigéria, de empresas privadas de segurança local e de representantes da polícia de Abuja. Em outubro de 2021, o evento adquiriu maiores proporções e passou a se chamar fórum comercial de aviação e defesa. A iniciativa contou com a participação de empresas brasileiras do setor de defesa e representantes nigerianos dos governos federal e estadual, do parlamento, de instituições financeiras e de empresas privadas. Em julho de 2022, houve a reedição do fórum, que contou com as presenças, do lado brasileiro, de representantes do Ministério da Defesa do Brasil (SEPROD) e de empresas brasileiras do setor de defesa e, do lado nigeriano, de membros dos governos federal e estaduais, bem como representantes do setor privado.

V - Temas Culturais

- A Embaixada do Brasil em Abuja é um dos principais atores da cena cultural local. O confortável e moderno auditório, com 150 lugares, de nossa Missão diplomática é um dos melhores espaços para realização de eventos culturais da capital nigeriana. Para além disso, há uma enorme identificação da sociedade local com a cultura brasileira.
- Foram as seguintes as principais atividades culturais organizadas pela Embaixada em Abuja nos últimos anos: Celebração do carnaval no "Jireh Multimedia (01/03/22) que contou a exibição do filme "Joãozinho 30, o filme", de Paulo Machline; apresentação de 11 artistas brasileiras indicadas ao prêmio "Women International Film Nigeria (04-05/03/22). O tema da primeira edição foi "celebrando as diretoras mulheres de cinema e nas artes em geral"; lançamento do festival internacional de dança de Abuja (25/03/22), em colaboração com o artista nigeriano ThinTallTony, que serviu de plataforma para o lançamento de pólo artístico de dança contemporânea na Nigéria, que incluiu apresentações sobre ritmos brasileiros como o samba, a capoeira e as danças religiosas de povos de terreiro; International "Jazz Day" (30/04/22) em parceria com o Ministério da Informação e Cultura da Nigéria com o intuito de celebrar o dia mundial do jazz e que prestou homenagem ao compositor de jazz brasileiro Moacir Santos; concerto do coral "Morehouse College Glee Club" (07/07/22) em parceria com

a embaixada dos Estados Unidos nesta capital, que teve como objetivo celebrar os 50 anos de relacionamento entre o "Morehouse College", onde estudaram grandes líderes negros norte-americanos como Martin Luther King e Samuel Jackson, e a Nigéria. O evento contou com a presença do ex-presidente nigeriano Goodluck Jonathan, figura emblemática da cena política local, e incluiu no seu reportório músicas de Tom Jobim e Heitor Villa-Lobos; noite de jazz com o artista nigeriano Shola Emanuel (21/11/22), saxofonista que mistura músicas que se alimentam do ritmo tradicional africano e que incluiu no seu repertório músicas de Tom Jobim e Luís Bonfá; realização da primeira edição da "Semana Cultural do Brasil na Nigéria", de 6 a 9 de setembro de 2023. No contexto da semana cultural, realizou-se o IV Festival do Cinema Brasileiro de Abuja e o II Festival de Jazz Brasil-Nigéria de Abuja. Ao todo participaram estiveram presentes nos eventos organizados pela Embaixada mais de 3000 pessoas.

VI - Temas Consulares

- A comunidade brasileira na Nigéria é estimada em cerca de 140 pessoas. O Brasil dispõe de repartição consular em Lagos, que se ocupa da emissão de vistos a cidadãos nigerianos e de outras nacionalidades; da realização de atos notariais; e da assistência a brasileiros naquele país, o que normalmente envolve pequenos auxílios a nacionais desvalidos, pedidos de repatriação e assistência a nacionais detidos por tráfico de drogas.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como uma organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira;
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior;
3. Promover serviços consulares de qualidade;
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais;
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais;
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior;
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior;
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO

Alinhado ao PEI-MRE

VISÃO

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência, capacitada a promover, aprofundar e administrar, com integridade e visão global, as relações do Brasil com a Nigéria, em todas as áreas. Defender, apoiar e avançar os interesses do Brasil por meio da atuação diplomática, de forma eficiente e transparente, prestando contas aos órgãos de governo, órgãos de controle, entes federados, Congresso Nacional e sociedade em geral sobre todos os aspectos atinentes às relações bilaterais do Brasil com a Nigéria.

MISSÃO DO POSTO

Representar e defender os interesses do Brasil nas suas relações com a Nigéria, tanto diante do governo e do setor público nigerianos quanto em relação ao setor privado e à sociedade civil, assim como fomentar a cooperação bilateral em todos os níveis e áreas. Integrar as ações diplomáticas junto à Nigéria aos esforços regionais e globais do Brasil em suas relações internacionais.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade. Transparência.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Aprofundar a parceria estratégica Brasil-Nigéria, à luz dos impulsos dados ao relacionamento bilateral por meio da visita realizada a Brasília, em 2018, do Ministro dos Negócios Estrangeiros nigeriano, pela visita do Ministro das Relações Exteriores do Brasil à Nigéria, em 2019, pelo encontro entre o Ministro das Relações Exteriores, embaixador Mauro Vieira, e seu homólogo nigeriano à margem da reunião de chanceleres do G-20 (Índia, 2023) e pelo encontro entre os presidentes Luiz Inácio Lula da Silva e Bola Tinubu à margem da cúpula da União Africana (Adis Abeba, 18/2/2024);
2. Buscar agendar, possivelmente para o ano de 2024, a realização da 2ª sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico de Alto Nível, a ser realizada em Abuja. O referido mecanismo, que é coordenado em nível de vice-presidente dos dois países, é composto por nove grupos de trabalho (a 2ª sessão deveria ter ocorrido em março de 2020, contudo teve de ser adiada em razão da crise sanitária causada pelo COVID-19);
3. Examinar junto ao Congresso brasileiro a possibilidade de constituir um grupo parlamentar de amizade Brasil-Nigéria, com o fito de relançar o diálogo político bilateral no âmbito parlamentar;

4. Promover a inserção econômica competitiva do Brasil na Nigéria, com foco na prosperidade da sociedade brasileira, por meio do incentivo ao incremento do comércio bilateral e do apoio a empresas brasileiras interessadas em investir na Nigéria, assim como a empresas nigerianas interessadas em investir no Brasil;
5. Promover os interesses econômicos e comerciais do Brasil na Nigéria, mediante a promoção de imagem positiva relacionada aos produtos brasileiros, bem como dar continuidade às gestões visando à abertura de mercado para as exportações brasileiras do agronegócio;
6. Procurar avançar nas negociações para o lançamento do projeto agrícola bilateral “The Green Imperative” que visa a exportar bens, equipamentos, tecnologia e serviços agrícolas brasileiros para o mercado nigeriano com o intuito de fortalecer a segurança alimentar do país e de diminuir a dependência do petróleo;
7. Dar continuidade à organização anual do foro comercial de produtos de defesa, de aviação civil e de inovação na embaixada em Abuja por meio da participação de representantes brasileiros desses setores e de altos representantes do governo nigeriano;
8. Buscar concluir o Acordo bilateral sobre Cooperação no Domínio da Defesa;
9. Atualizar o “Guia como Exportar para a Nigéria”, elaborado em 2020 pelo posto em parceria com a empresa de consultoria “Euromonitor Brazil” e o setor de promoção comercial do Itamaraty;
10. Retomar as negociações para assinatura do Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos, com base no modelo brasileiro;
11. Retomar as negociações bilaterais do acordo de Transferência de Pessoas Condenadas;
12. Avançar nas tratativas para obter autorização do governo nigeriano para abrir uma adidância da polícia federal na embaixada brasileira a fim de estreitar a cooperação bilateral no combate ao tráfico de drogas e seres humanos ou de pelo menos consolidar um ponto focal na PF brasileira para maior interlocução com o governo nigeriano;
13. Promover parcerias entre promotores das cenas culturais nigeriana e brasileira com o fito de que venham a ser desenvolvidos projetos em comum;
14. Dar continuidade à organização anual do festival de cinema brasileiro e de outras atividades culturais e educacionais nos campos da língua, música, teatro, artes visuais em parceria com atores locais e/ou com embaixadas residentes em Abuja com o intuito de promover a indústria cultural brasileira no país, bem como fomentar o intercâmbio cultural bilateral;
15. Dar continuidade à organização de seminários no auditório da embaixada visando a promover a cultura e a língua portuguesa em parceria com universidades e institutos de línguas nigerianos, incluída a organização de cursos de português “online”;
16. Promover os destinos turísticos brasileiros na Nigéria;
17. Acompanhar as principais linhas de atuação externa da Nigéria, com o objetivo de identificar oportunidades de fazer avançar os interesses da política externa brasileira;
18. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais, mediante gestões e coordenação de posições com autoridades nigerianas, sempre que possível;
19. Buscar o apoio da Nigéria às candidaturas brasileiras apresentadas no âmbito de organismos internacionais;

20. Fortalecer as relações bilaterais Brasil-Nigéria e, por meio dela, com a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), organização regional cuja sede é em Abuja (Brasil é membro observador);
21. Promover a cooperação entre o Brasil e a Nigéria na defesa da democracia, dos direitos humanos, da paz e da reforma da governança global e para o enfrentamento da mudança do clima e a promoção do desenvolvimento sustentável e da proteção do meio ambiente;
22. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência da embaixada;
23. Articular posições comuns em foros internacionais em prol do desenvolvimento sustentável inclusivo;

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

(Alinhados ao PEI-MRE e à missão e objetivos estratégicos do Posto)

I - PROMOÇÃO DE COMÉRCIO E INVESTIMENTOS
i) Metas Prioritárias
Promoção comercial e de investimentos brasileiros

1. Buscar agendar, possivelmente para o ano de 2024, a realização da 2ª sessão do Mecanismo de Diálogo Estratégico de Alto Nível, a ser realizada em Abuja. O referido mecanismo, que é coordenado em nível de vice-presidente dos dois países, é composto por nove grupos de trabalho;
2. Com base nas diretrizes a serem formuladas pelo Mecanismo Estratégico de Alto Nível Brasil-Nigéria, promover o incremento do fluxo comercial bilateral e as exportações de bens e serviços brasileiros, com ênfase na diversificação das vendas de bens com maior valor agregado, bem como estimular empresas brasileiras a investirem na Nigéria, em especial no setor agropecuário;
3. Procurar avançar nas negociações para o lançamento do projeto agrícola bilateral “The Green Imperative” que visa a exportar bens, tecnologia, equipamentos e serviços agrícolas brasileiros para o mercado nigeriano com o intuito de fortalecer a segurança alimentar do país e de diminuir a dependência do petróleo;
4. Identificar estratégias de promoção de produtos e de serviços brasileiros no mercado Nigeriano, em parceria com a Apex-Brasil e com associações empresariais, no âmbito dos projetos desenvolvidos por essas entidades;
5. Levantar informações sobre as especificidades do mercado local e fazer gestões visando eliminar barreiras tarifárias e não-tarifárias às exportações brasileiras, incluindo aquelas de caráter sanitário e fitossanitário;
6. Elaborar análises regulares do comércio bilateral com a Nigéria, a partir de dados estatísticos fornecidos por organismos oficiais dos dois países;
7. Realizar estudos conjunturais com o intuito de identificar oportunidades para as empresas brasileiras;
8. Atualizar o “Guia como Exportar para a Nigéria”, elaborado em 2020 pelo posto em parceria com a empresa de consultoria “Euromonitor Brazil” e a divisão de promoção comercial do Itamaraty;
9. Organizar e apoiar ações e iniciativas visando a proporcionar melhor conhecimento da demanda local aos exportadores brasileiros;
10. Organizar missões de empresários brasileiros que desejem iniciar negócios no mercado nigeriano;
11. Apoiar a participação brasileira em feiras e eventos profissionais relevantes na Nigéria, principalmente no setor do agronegócio;

12. Promover a interlocução entre empresários nigerianos e brasileiros;
13. Divulgar o potencial e as oportunidades de investimento no Brasil, assim como medidas do governo brasileiro na área de economia e negócios, para empresas e investidores da Nigéria;
14. Apoiar missões empresariais nigerianas ao Brasil;
15. Organizar eventos em parceria com a Câmara de Comércio da Nigéria e outras entidades empresariais, para divulgar oportunidades de investimentos no Brasil;
16. Apoiar missões de autoridades brasileiras com vistas a atrair investimentos diretos para o Brasil;
17. Apoiar empresas brasileiras na organização de seminários para divulgar iniciativas destinadas a aumentar a sustentabilidade e a inovação nos processos produtivos e promover a imagem do produto e serviço brasileiros na Nigéria;
18. Divulgar concorrências públicas abertas na Nigéria de interesse de empresas brasileiras;
19. Acompanhamento de políticas nigerianas e seus desdobramentos no país que tenham repercussão em matéria econômica, financeira e de investimentos;
20. Manter contato com atores locais e diplomatas de outras embaixadas a fim de conhecer diferentes perspectivas sobre a situação político-econômica, seus desdobramentos e impacto na sociedade nigeriana;
21. Acompanhar notícias veiculadas nos diferentes meios de comunicação nigerianos, bem como nos canais oficiais em redes sociais do país, sobre temas econômicos ou com relevância para a economia brasileira, com ênfase nas negociações em curso sobre a Área de Livre Comércio Continental Africana;
22. Acompanhar eventos sobre temas da atualidade econômica nigeriana, bem como sobre iniciativas específicas em assuntos relevantes para a economia do Brasil;
23. Acompanhar o debate público na Nigéria em questões econômicas, fiscais, financeiras e de investimentos, em particular sobre o posicionamento do país no contexto da Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), cuja sede é em Abuja, com ênfase nas posições defendidas pelo país no âmbito da referida organização regional africana, da qual o Brasil é membro observador;
24. Acompanhar e relatar a evolução das posições nigerianas em foros econômicos multilaterais, como no caso da OMC, especialmente no tocante a seu impacto sobre interesses brasileiros;

Promoção do agronegócio brasileiro

1. Acompanhar tendências da Nigéria em matéria agrícola e alimentar (segurança alimentar);
2. Procurar avançar nas negociações para o lançamento do projeto agrícola bilateral “The Green Imperative” que visa a exportar bens, equipamentos e serviços agrícolas brasileiros para o mercado nigeriano com o intuito de fortalecer a segurança alimentar do país e de diminuir a dependência do petróleo;
3. Realizar gestões junto às autoridades governamentais e a interlocutores locais relevantes em favor da imagem do agronegócio brasileiro e promover o Brasil como fornecedor seguro e confiável de alimentos, por meio da difusão de informações

atualizadas e precisas, de forma a desfazer percepções equivocadas acerca do produto de exportação brasileiro;

4. Monitorar notícias e comentários publicados em órgãos de imprensa nigerianos que tenham potencial para causar dano à imagem e à reputação do agronegócio brasileiro, bem como aos fluxos comerciais regulares, com particular atenção para aspectos de sustentabilidade, e apresentar resposta, quando cabível;
5. Aprofundar o diálogo com as autoridades sanitárias e fitossanitárias da Nigéria com vistas à eventual necessidade de remoção de barreiras e à abertura do mercado nigeriano para as exportações brasileiras do agronegócio;
6. Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e ao governo nigerianos, como caso exemplar de regulamentação ambiental e uso de fontes de energia renováveis, bem como potencial parceiro no desenvolvimento de soluções para o enfrentamento da mudança do clima, a promoção do desenvolvimento sustentável, a proteção do meio ambiente e a transição energética;
7. Promover a imagem do Brasil, junto à opinião pública e ao governo nigeriano, em matéria de combate ao desmatamento, agricultura sustentável, uso de energias renováveis, soluções tecnológicas para descarbonização e potencial parceiro na área energética.

2 Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

- Número de reuniões realizadas no âmbito do Mecanismo de Diálogo de Alto Nível Brasil-Nigéria;
- Número de gestões e contatos realizados junto a atores locais (representantes do governo e do setor privado nigerianos) para promover interesses brasileiros;
- Número de compilações de notícias e indicadores estatísticos publicados em meios oficiais ou privados nigerianos com implicações sobre o agronegócio brasileiro;
- Número de iniciativas e eventos organizados pela embaixada ou com apoio dela, para promover produtos brasileiros na Nigéria, assim como para divulgar oportunidades de investimentos no Brasil;
- Número de iniciativas realizadas com apoio da embaixada para divulgar informações sobre a economia brasileira;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre a economia nigeriana, bem como sobre outros assuntos relacionados à economia nacional ou à relação entre a Nigéria e terceiros países e organizações regionais e multilaterais;
- Número de análises setoriais sobre segmentos que apresentem possibilidades de negócios para os produtos e serviços brasileiros;
- Número de atendimentos a empresas nigerianas em busca de informações sobre o mercado brasileiro;
- Número de atendimentos a empresas brasileiras em busca de informações sobre o mercado nigeriano;
- Número de reuniões com empresas nigerianas com interesse em fazer negócios no Brasil;
- Número de reuniões com empresas brasileiras com interesse em fazer negócios na Nigéria.

II - RELAÇÕES POLÍTICAS BILATERAIS BRASIL-NIGÉRIA**i) Metas Prioritárias**

1. Consolidar a parceria política Brasil-Nigéria
2. Manter maior regularidade das reuniões do Mecanismo de Diálogo Estratégico de Alto Nível Brasil-Nigéria, em nível de vice-presidente, cuja primeira e última edição ocorreu em Brasília, em 2013. Tendo em vista o critério de alternância de sede, previstas no Memorando de Entendimento que estabeleceu o Mecanismo, a próxima reunião deverá ocorrer em Abuja;
3. Propor e apoiar a continuidade de reuniões e visitas de autoridades de alto nível de ambos os países, assim como encontros à margem de reuniões multilaterais (ONU, G-20, ZOPACAS, BRICS), a fim de fortalecer e aprofundar a relação política entre Brasil e Nigéria;
4. Incentivar maior aproximação entre os dois países no âmbito parlamentar, inclusive por meio de Grupos Parlamentar de Amizade Brasil-Nigéria, e da realização de visitas, reuniões e eventos parlamentares.
5. Buscar o apoio da Nigéria a candidaturas brasileiras a cargos e mandatos em organismos internacionais;
6. Acompanhar a política interna e externa nigeriana, à luz dos interesses brasileiros;
7. Elaborar informações regulares com registro e análise sobre a situação política nigeriana, de modo a permitir que o governo brasileiro conheça o processo decisório e as principais tendências da política nigeriana, em diferentes áreas;
8. Acompanhar, analisar e informar o governo brasileiro sobre as relações da Nigéria com seus principais aliados internacionais, sobretudo EUA, Reino Unido, Rússia, Índia e China;
9. Acompanhar, analisar e informar o governo brasileiro sobre o relacionamento da Nigéria com instituições internacionais e blocos regionais considerados prioritários pelo país, como União Africana (UA), Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), Organização das Nações Unidas (ONU), Área de Livre Comércio Continental Africana, Organização Mundial do Comércio (OMC), assim como seu processo de adequação ao arcabouço normativo de tais entidades;
10. Acompanhar, analisar e informar o governo brasileiro sobre a evolução das relações da Nigéria com países da América Latina e Caribe, assim como com outros parceiros do país no Oriente Médio e na Ásia;
11. Manter contatos regulares com atores relevantes do cenário político, acadêmico e diplomático da Nigéria, com o objetivo de assegurar interlocução com o governo e as principais forças políticas do país;

12. Manter contatos regulares com observadores da política interna e externa nigerianas, inclusive da imprensa, do mundo acadêmico e do corpo diplomático residente em Abuja, a fim de desenvolver análise crítica sobre temas de interesse do Brasil;

Promover a colaboração com a Nigéria em organismos multilaterais

1. Acompanhar, analisar e informar o governo brasileiro sobre a atuação da Nigéria em organismos multilaterais, sobretudo do sistema ONU, além de organismos plurilaterais ou regionais (CEDEAO e UA);
2. Promover o intercâmbio de perspectivas sobre temas de interesse do governo brasileiro debatidos no sistema ONU, como a reforma do Conselho de Segurança da Organização;
3. Realizar gestões e coordenar posições com a Nigéria em organismos multilaterais, sempre que possível e à luz do interesse nacional, como no caso da ONU e da OMC;

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

- Número de missões, visitas, reuniões, projetos e encontros, presenciais ou virtuais, entre representantes do Brasil e da Nigéria;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas de políticas interna e externa nigerianas, bem como sobre outros assuntos de interesse para a política externa brasileira;
- Número de reuniões ou iniciativas presenciais e virtuais, entre autoridades brasileiras e nigerianas, inclusive parlamentares, representantes do Judiciário e de entes subnacionais;
- Número de acordos e instrumentos bilaterais negociados, assinados e atualizados entre o Brasil e a Nigéria;
- Número de gestões realizadas junto a autoridades nigerianas em favor de posições e candidaturas brasileiras em organismos multilaterais.

III - PROMOÇÃO DA IMAGEM DO PAÍS, DA CULTURA BRASILEIRA, DO TURISMO E DA MARCA BRASIL

i) Metas Prioritárias

Promover a imagem e a cultura brasileiras na Nigéria

1. Apoiar a difusão e promoção da cultura brasileira junto à sociedade nigeriana, estimulando a diversificação das referências culturais brasileiras, para além daquelas já conhecidas pelo público nigeriano;
2. Dar continuidade à organização anual do festival de cinema brasileiro e de outras atividades culturais e educacionais nos campos da música, teatro, dança, artes plásticas e visuais em parcerias com atores locais e/ou com embaixadas residentes em Abuja;

3. Dar continuidade à organização de seminários no auditório da embaixada, visando promover a cultura brasileira e a língua portuguesa, mediante a organização de cursos de português “online”, inclusive por meio da celebração anual do Dia Mundial da Língua Portuguesa, em parceria com a embaixada de Portugal e outras embaixadas lusófonas residentes, universidades e institutos de línguas nigerianos;
4. Realizar ações de diplomacia pública e ampliar os canais de comunicação da embaixada para reforçar a imagem do Brasil como sociedade democrática, diversa e aberta;
5. Apoiar a publicação de traduções para o inglês e o iorubá de obras literárias brasileiras, assim como a participação de autores brasileiros em festivais literários na Nigéria;
6. Apoiar a realização de debates, seminários e palestras sobre aspectos da cultura e da sociedade brasileiras em universidades e instituições culturais e de pesquisa nigerianas; Apoiar parcerias e colaborações entre instituições culturais brasileiras e nigerianas;
7. Fomentar a colaboração na área da economia criativa por meio de projetos de cooperação bilateral e da produção binacional de eventos e realizações culturais.

Promover destinos turísticos brasileiros na Nigéria

1. Apoiar a divulgação dos destinos turísticos brasileiros no mercado nigeriano, inclusive aqueles menos conhecidos localmente, mediante publicações em mídias sociais, interlocução com formadores de opinião locais e participação em feiras e eventos relacionados ao turismo;

i) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

- Número de eventos culturais (nas áreas de cinema, música, literatura, artes visuais e performáticas brasileiras) realizados na Nigéria com apoio financeiro ou institucional da embaixada;
- Número de seminários, debates e palestras sobre aspectos da cultura e sociedade brasileiras realizados com apoio financeiro ou institucional da embaixada;
- Número de atendimentos a instituições e interlocutores brasileiros e nigerianos em busca de apoio a eventos e realizações culturais;
- Número de contatos realizados com vistas a estabelecer parcerias para a realização de projetos culturais;
- Número de parcerias firmadas com instituições nigerianas do setor cultural;
- Número de contatos realizados com agências, empresas e operadores de turismo nigerianos para divulgar os destinos culturais brasileiros;
- Número de feiras e eventos de turismo de que a embaixada participou com o objetivo de divulgar os destinos turísticos brasileiros;
- Número de publicações com material de promoção da imagem, da cultura e dos destinos turísticos brasileiros;
- Número de expedientes telegráficos da Embaixada sobre temas relacionados à imagem, cultura e turismo no Brasil.

IV - COOPERAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E A PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

i) Metas Prioritárias

Aprofundamento do diálogo e da cooperação bilateral em temas ambientais

1. Ampliar o diálogo bilateral em temas ambientais, para fomentar o conhecimento mútuo sobre as respectivas realidades e desafios, e avaliar áreas onde há potencial para cooperação bilateral;
2. Promover o diálogo entre Brasil-Nigéria e, se possível, coordenar posições em organismos multilaterais em relação a temas ambientais, inclusive mudança do clima;
3. Acompanhar, analisar e informar o governo brasileiro sobre iniciativas e ações nigerianas nas áreas de mudança do clima, promoção do meio ambiente e do desenvolvimento sustentável.

i) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

- Número de reuniões e gestões bilaterais sobre temas ambientais, inclusive mudança do clima, proteção da biodiversidade, desenvolvimento sustentável e transição energética;
- Número de eventos da área ambiental na Nigéria com participação de representantes da embaixada;
- Número de projetos e iniciativas de cooperação bilateral relacionados à área ambiental realizados;
- Número de expedientes telegráficos da embaixada sobre temas ambientais.

VI - COOPERAÇÃO EM CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

i) Metas Prioritárias

Ampliação e aprofundamento da cooperação bilateral em CTI

1. Em linha com os resultados da segunda reunião do Mecanismo Estratégico de Alto Nível, a realizar-se idealmente no ano de 2024, buscar ampliar iniciativas de cooperação bilateral em CT&I entre instituições brasileiras e nigerianas, intermediando o contato entre interlocutores relevantes dos dois países e apoiando o estabelecimento de parcerias e projetos de cooperação;
2. Acompanhar e apoiar o estabelecimento de cooperação na área de pesquisa e inovação em agricultura entre instituições brasileiras de excelência, como a Embrapa, e entidades análogas nigerianas;
3. Manter informado o governo brasileiro sobre temas relevantes relacionados ao sistema de CT&I e ao ecossistema de inovação nigeriano.

i) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

- Número de reuniões e contatos estabelecidos com instituições de pesquisa e inovação nigerianas;
- Número de eventos da área de ciência, tecnologia e inovação na Nigéria com participação de representantes da embaixada;
- Número de projetos, iniciativas e acordos de cooperação bilateral relacionados à ciência, tecnologia e inovação realizados;
- Número de expedientes telegráficos da embaixada sobre temas relacionados à ciência, tecnologia e inovação na Nigéria;

VII - COOPERAÇÃO EM EDUCAÇÃO, CULTURA, SAÚDE E DEFESA**i) Metas Prioritárias**

1. Ampliação da cooperação bilateral em educação e cultura, por intermédio da implementação do Acordo de Cooperação Cultural e Educacional, firmado entre Brasil e Nigéria no ano 2000;
2. Apoiar o estabelecimento de parcerias entre instituições de ensino superior do Brasil e da Nigéria, com foco em programas de intercâmbio acadêmico;
3. Difundir oportunidades de intercâmbio acadêmico e pesquisa conjunta entre estudantes e pesquisadores brasileiros e nigerianos;
4. Dar continuidade ao Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G) com a Nigéria, em colaboração com o Consulado-Geral do Brasil em Lagos, em paralelo à criação de leitorado brasileiro em universidade nigeriana;
5. Ampliação da cooperação bilateral em saúde, por intermédio do Protocolo de Intenções sobre Cooperação Técnica na Área da Saúde, firmado entre Brasil e Nigéria, em 2004;
6. Concluir as negociações, com vistas à assinatura do Acordo sobre Cooperação em Domínio da Defesa entre Brasil e Nigéria;
7. Promover a cooperação em defesa, bem como divulgar a excelência dos produtos de defesa brasileiros

ii) Indicadores para Mensurar o Cumprimento das Metas

- Número de reuniões e contatos realizados com universidades e instituições de ensino superior nigerianas;
- Número de estudantes e pesquisadores brasileiros e nigerianos realizando intercâmbio no outro país e apoiados pela embaixada;
- Número de parcerias e acordos relacionados à educação estabelecidos entre instituições brasileiras e nigerianas;

- Número de iniciativas lançadas na área de cooperação educacional e intercâmbio de estudantes;
- Número ações de cooperação educacional, cultural, em saúde e em defesa;
- Número de relatórios sobre temas relacionados à cooperação em matéria de educação, à cultura, saúde e defesa;
- Número de visitas e missões recíprocas para tratar de temas relacionados à cooperação em matéria de educação, cultura, saúde e defesa.

VIII – COOPERAÇÃO PARA PROMOÇÃO DE DESENVOLVIMENTO E COMBATE ÀS DESIGUALDADES

I) METAS PRIORITÁRIAS

1. Ampliação da cooperação técnica bilateral, nos termos do Acordo de Cooperação Econômica, Científica e Técnica, celebrado entre Brasil e Nigéria, em 1979, sobretudo no campo da agricultura;
2. Na esteira da visita do Senhor Diretor da Agência Brasileira de Cooperação à Nigéria, em setembro de 2023, oferecer cooperação à parte nigeriana em eventual implantação de programas inspirados na experiência brasileira, como nos casos dos bancos de leite humano, dos bancos de sangue e da farmácia popular;

II) INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de iniciativas de cooperação para promoção de desenvolvimento e combate às desigualdades;
- Número de relatórios sobre temas relacionados à cooperação para promoção de desenvolvimento e combate às desigualdades;
- Número de visitas e missões recíprocas para tratar de temas relacionados à cooperação para promoção de desenvolvimento e combate às desigualdades.

IX – APOIO ÀS COMUNIDADES BRASILEIRAS NO EXTERIOR

A comunidade brasileira na Nigéria é estimada em cerca de 140 pessoas. O Brasil dispõe de Repartição Consular em Lagos, que se ocupa da realização de atos notariais; e da assistência a brasileiros naquele país, o que normalmente envolve pequenos auxílios a nacionais desvalidos, pedidos de repatriação e assistência a nacionais detidos por tráfico de drogas. No que concerne à Embaixada em Abuja, a meta prioritária é a retomada das negociações bilaterais sobre acordo de Transferência de Pessoas Condenadas.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador CID GOMES

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Mensagem (SF) nº 1, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, de conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição, e com o art. 39, combinado com o art. 46 da Lei nº 11.440, de 2006, o nome do Senhor CARLOS JOSÉ AREIAS MORENO GARCETE, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na República Federal da Nigéria.*

Relator: Senador **CID GOMES**

I – RELATÓRIO

É trazida ao exame desta Comissão a Mensagem nº 1, de 2024, referente à indicação, pelo Presidente da República, do Senhor Carlos José Areias Moreno Garcete, Ministro de Segunda Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil na Nigéria.

Por exigência constitucional, cabe ao Senado Federal aprovar, por voto secreto, a indicação de chefes de missão diplomática de caráter permanente. Em complemento, o Regimento Interno desta Casa atribui o exame da matéria à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional antes da apreciação do Plenário do Senado Federal.

Tenho a felicidade de relatar a indicação de um diplomata para chefiar posto de grande sensibilidade política para o Brasil. A nação brasileira possui natural vocação africana, uma vez que as culturas africanas são alicerces

da nossa. O *atlantismo* brasileiro é o modo próprio de construir relações com o continente africano, baseado na cooperação, nas trocas materiais, na não indiferença e na paz.

O Ministro de Segunda Classe Carlos Garcete bacharelou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e, após conclusão do Curso de Preparação à Carreira de Diplomata (CPCD) em 1995, ingressou na carreira como Terceiro-secretário. Sua Tese do Curso de Altos Estudos trata da análise dos fatores que concorreram para a mudança da percepção peruana em relação ao Brasil. Tornou-se Ministro de Segunda Classe em 2018, após sucessivas promoções por merecimento.

O indicado ocupa, atualmente, a função de Ministro-Conselheiro da Embaixada do Brasil em Bruxelas, na Bélgica. No exterior, serviu nas Embaixadas em Paramaribo, Lima, Santiago e Assunção, tendo sido Cônsul-Geral adjunto dos Consulados-Gerais em Miami e em Roma. Além disso, foi Assessor Internacional do Governo do Estado de São Paulo, Assessor Especial do Ministro da Defesa, Assistente da Subchefia do Cerimonial, além de Assistente da Diretoria-Geral de Assuntos Consulares, Jurídicos e de Assistência a brasileiros no exterior.

Feito um breve resumo do currículo do indicado, passo a tratar da República Federal da Nigéria, com destaque para as relações bilaterais com o Brasil.

As relações entre o Brasil e a Nigéria datam de 1961, ano em que houve o estabelecimento de relações diplomáticas e a criação da Embaixada do Brasil em Lagos. Trata-se de relação tradicional e diversificada, tendo em vista a forte influência nigeriana na formação cultural e social brasileira. Registram-se, desde 1999, frequentes trocas de visitas por autoridades de alto nível de ambos os países. Em 2023, à margem de reunião ministerial do G-20, em Nova Délhi, na Índia, ocorreu reunião bilateral entre os Chanceleres do Brasil e da Nigéria. Destaque-se, ainda, que a Nigéria é o único país da África ocidental com o qual o Brasil mantém Mecanismo de Diálogo Estratégico, o que reforça a centralidade do país para a projeção da política externa nacional.

Em 2023, a corrente de comércio atingiu US\$ 1.733,5 (um bilhão, setecentos milhões e 500 mil dólares), com superávit de US\$ 219,1 milhões de dólares para o Brasil. Atualmente, a Nigéria é o 50º país no *ranking* de exportações brasileiras. A corrente de comércio esteve em queda a partir de 2013, porém tal diminuição se deu em razão da redução da dependência de

importações realizadas pelo Brasil. O intercâmbio comercial é impulsionado principalmente pela exportação brasileira de açúcares e melãos, além de álcoois e demais produtos da indústria de transformação. Ainda nesse domínio, observo que a promoção dos interesses tanto comerciais quanto econômicos do Brasil na Nigéria é um dos objetivos estratégicos da Embaixada do Brasil em Abuja.

Destaco também que a aproximação com a Nigéria é especialmente útil para garantir a estabilidade e a segurança do Golfo da Guiné, região inserida no entorno estratégico nacional. A região do Golfo da Guiné é foco de pirataria e de grupos terroristas, de modo que a estreita colaboração com países da região se torna imperativo ao cumprimento dos Objetivos de Defesa Nacional. Pontue-se, ainda, que a cooperação entre as Marinhas do Brasil e da Nigéria é sólida, especialmente por meio de exercícios militares como o *Obangame Express*. Assim como o Brasil, a Nigéria também integra a Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), fórum de cooperação Sul-Sul que objetiva a consolidação do Atlântico Sul como zona de paz e prosperidade. A atividade diplomática estimula o conhecimento recíproco entre nações e permite a conciliação de eventuais diferenças de percepções. Portanto, o diálogo e a cooperação com a Nigéria são de grande importância para o êxito da Estratégia Nacional de Defesa, por serem poderosos instrumentos de prevenção e de resolução de conflitos. A busca da conclusão do Acordo bilateral sobre Cooperação no Domínio da Defesa, inclusive, é um dos objetivos estratégicos do posto.

Cumprir destacar que a Petrobrás também possui histórico de investimentos na Nigéria, especialmente na exploração de águas profundas, atividades de exploração e mapeamento do sistema petrolífero na costa. Embora tenha havido a venda de ativos da Petrobrás na Nigéria em 2020, a geologia da costa africana é similar à brasileira, o que desperta o interesse da estatal de intensificar a busca por petróleo. Nesse contexto, a promoção da inserção econômica competitiva do Brasil na Nigéria é também um dos objetivos estratégicos da Embaixada do Brasil em Abuja.

De igual modo, fomentar o comércio bilateral por meio da nossa base industrial de defesa é incentivar o crescimento econômico do país, na medida em que gera empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que também serão úteis ao setor civil. Assim, promover a indústria de defesa significa garantir a soberania, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e estimular o crescimento do País, tarefa a qual, certamente, a Embaixada em Abuja poderá contribuir. Nesse sentido, para além da

incorporação, já efetivada, de aeronaves EMBRAER Super Tucano pela Nigéria, o cargueiro militar C-390 Millenium, também da EMBRAER, esteve em demonstração no país africano entre os dias 27 e 30 de janeiro de 2024, já que a Força Aérea Nigeriana está avaliando um substituto para seus antigos turboélices C-130H Hercules, sendo, portanto, um potencial cliente do avião brasileiro. Conforme Planejamento Estratégico para o posto, a cooperação em defesa é uma das pedras angulares do relacionamento bilateral, e a Embaixada do Brasil em Abuja conta com Adidância de Defesa, Naval, do Exército e da Aeronáutica desde 2004.

No âmbito regional, a Nigéria integra a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), organização de integração regional que objetiva promover o comércio, a cooperação e o desenvolvimento na região. O fortalecimento das relações do Brasil com a CEDEAO também é um dos objetivos estratégicos do posto, conforme Planejamento Estratégico encaminhado pelo Itamaraty. Em 2017, a CEDEAO interveio militarmente na Gâmbia para garantir a posse do novo presidente. Já em 2023, a organização conduziu intervenção militar no Níger para depor a junta militar que efetuou golpe de estado no país. Dada a existência de uma rede diplomática dotada de grande capilaridade, uma vez que o Brasil é membro observador da CEDEAO, resta evidente a centralidade política da Embaixada em Abuja na política externa brasileira.

Embora seja o país com a maior economia e a maior população do continente africano, ainda persistem desafios no relacionamento bilateral, como a limitada conectividade aérea. A promoção de destinos turísticos brasileiros na Nigéria é um dos objetivos estratégicos do posto, e o enfrentamento desse déficit na infraestrutura aérea poderá contribuir para a realização dessa meta. Ademais, a Nigéria sofre com a violência sectária perpetrada por grupos como o *Boko Haram*, movimento islamita reconhecido em 2014 como entidade terrorista vinculada à Al-Qaeda pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (CSONU). O país africano também é assolado pela violência étnica na região produtora de petróleo no Delta do Rio Níger. Em dezembro de 2023, o governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, dos ataques ocorridos em diversas localidades no estado de Plateau, na Nigéria, que resultaram em mais de uma centena de mortos e feridos.

Por fim, realço do Planejamento Estratégico encaminhado pela Chancelaria ao Senado Federal que a Embaixada do Brasil em Abuja deve ser administrada com integridade e visão global, buscando, entre outros objetivos,

o aprofundamento da parceria estratégica Brasil-Nigéria, o exame a respeito da possibilidade da constituição de um grupo parlamentar de amizade Brasil-Nigéria, bem como avanços nas negociações para o lançamento do projeto agrícola bilateral denominado “O imperativo verde” (*The Green Imperative*).

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

1ª PARTE - INDICAÇÃO DE AUTORIDADES

3

I N F O R M A Ç Ã O

CURRICULUM VITAE



MINISTRO DE PRIMEIRA CLASSE LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES

informações pessoais
ID.: 10645 MRE

1971 Filho de José Luiz Fernandes Sobrinho e Gabriela Nogueira Fernandes, nasce em 5 de junho, no Rio de Janeiro/RJ

Dados Acadêmicos:

1993 Bacharel em Direito pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ)
1993-1994 Curso de Preparação à Carreira Diplomática – Instituto Rio Branco (IRBr)
Curso de Altos Estudos – IRBr. Tese: *O Brasil e a Dolarização no Equador: implicações e desafios no contexto da integração econômico-comercial sul-americana*. Aprovada com o conceito "com louvor" em 7 de dezembro.

Cargos:

1994 Terceiro-secretário
1999 Segundo-secretário
2003 Primeiro-secretário
2007 Conselheiro
2010 Ministro de segunda classe
2021 Ministro de primeira classe

Funções:

1994-1997 Assistente e Subchefe, Divisão de Ásia e Oceania I, de 17 de agosto de 1994 a 19 de janeiro de 1997 - responsável por Índia, China e Paquistão
1997-1998 Assistente, Divisão de Temas Sociais, de 20 de janeiro de 1997 a 5 de agosto de 1998 - responsável por OIT, OMS e Habitat
1998-2002 Missão junto à ONU, de 20 de agosto de 1998 a 20 de janeiro de 2002 - Terceiro e Segundo Secretário
2002-2005 Embaixada em Tóquio, de 22 de janeiro de 2002 a 2 de março de 2005 - Segundo e Primeiro Secretário
2005-2007 Embaixada em Quito, de 12 de março de 2005 a 10 de fevereiro de 2007 - Primeiro Secretário
2007-2011 Assessor, Gabinete do Ministro de Estado, de 14 de fevereiro de 2007 a 01 de janeiro de 2011 - responsável por Nações Unidas, Oriente Médio, África, IBAS, ASPA e ASA
2011-2015 Missão junto à ONU, de 16 de janeiro de 2011 a 12 de outubro de 2015 - Ministro-Conselheiro, Coordenador Político na delegação no CSNU
2015-2019 Embaixada na Haia, 26 de outubro de 2015 - 31 de março de 2019 - Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios, a.i.; Representante Permanente Alternado junto à OPAQ
2019-2020 Coordenador-Geral da Coordenação-Geral de Mecanismos Inter-Regionais, de 17 de abril de 2019 a - 16 de novembro de 2020
2020-2021 Diretor do Departamento Consular, de 17 de novembro de 2020 a 20 de setembro de 2021
2021-2022 Secretário de Comunicação e Cultura, de 21 de setembro de 2021 a 18 de abril de 2022
2022-2023 Secretário de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura, de 19 de abril de 2022 a 23 de janeiro de 2023
2023 Secretário de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos, de 24 de janeiro de 2023.

Obras publicadas:

2000 "Anotações sobre Regionalismo e Segurança Internacional", com Gelson Fonseca Jr., in Revista Cena Internacional, no. 2/2000, Brasília: UnB/FUNAG
2014 "O Brasil no Conselho de Segurança da ONU: 2010-2011" (co-organizador), Brasília: FUNAG, 2014

Condecorações:

2007	Ordem de Rio Branco, Grau de Oficial
2009	Ordem do Mérito da Defesa, Grau de Oficial
2010	Medalha Mérito Tamandaré
2011	Ordem do Mérito Aeronáutico, Grau de Comendador
2013	Medalha do Pacificador
2014	Ordem do Mérito Naval, Grau de Comendador
2023	Ordem do Rio Branco, Grã-Cruz



SENADO FEDERAL

MENSAGEM (SF) N° 2, DE 2024

(n° 48/2024, na origem)

Submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

AUTORIA: Presidência da República

DOCUMENTOS:

- [Texto da mensagem](#)



[Página da matéria](#)

MENSAGEM Nº 48

Senhores Membros do Senado Federal,

Nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto à apreciação de Vossas Excelências a indicação do Senhor **LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES**, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

As informações relativas à qualificação profissional do Senhor **LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES** seguem anexas, conforme documentos apresentados pelo Ministério das Relações Exteriores.

Brasília, 6 de fevereiro de 2024.

EM nº 00014/2024 MRE

Brasília, 23 de Janeiro de 2024

Senhor Presidente da República,

Em conformidade com o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal, e com o disposto no art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, submeto o nome de **LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES**, ministro de primeira classe da carreira de diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia, por período não superior a 5 (cinco) anos consecutivos.

2. Encaminho, anexas, informações sobre o país e curriculum vitae de **LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES** para inclusão em Mensagem que solicito ser apresentada ao Senado Federal para exame por parte de seus ilustres membros.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Mauro Luiz Jecker Vieira



Presidência da República
Casa Civil

OFÍCIO Nº 70/2024/CC/PR

Brasília, na data da assinatura digital.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Rogério Carvalho Santos
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Indicação de autoridade.

Senhor Primeiro-Secretário,

Encaminho Mensagem na qual o Senhor Presidente da República submete à consideração dessa Casa o nome do Senhor LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.

Atenciosamente,

RUI COSTA
Ministro de Estado



Documento assinado eletronicamente por **Rui Costa dos Santos, Ministro de Estado da Casa Civil da Presidência da República**, em 07/02/2024, às 18:28, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no § 3º do art. 4º, do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **4955226** e o código CRC **C857947C** no site:

https://super.presidencia.gov.br/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 00001.000557/2024-16

SUPER nº 4955226

Palácio do Planalto - 4º andar - Sala: 426 - Telefone: 61-3411-1121

CEP 70150-900 - Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



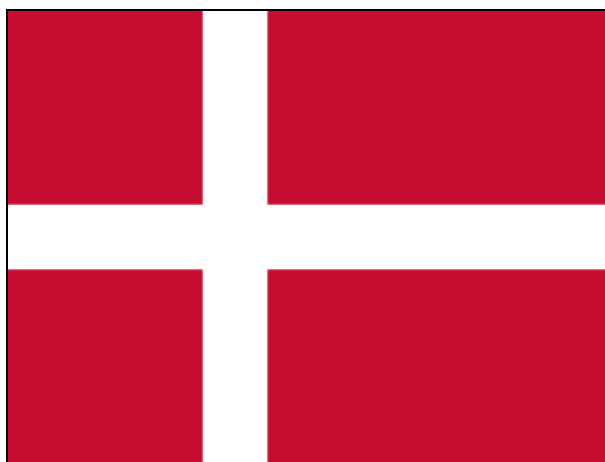
MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Europa e América do Norte

Departamento de Europa

Divisão de Europa Setentrional

DINAMARCA



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Janeiro de 2024

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	Reino da Dinamarca
GENTÍLICO	Dinamarquês
CAPITAL	Copenhague
ÁREA	42.924 km ² , excluindo-se a Groenlândia (2.166.000 km ²) e as Ilhas Faroé (1.400 km ²)
POPULAÇÃO (2023) ¹	5,9 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Dinamarquês (oficial nacional); feroês, groenlandês e alemão (oficiais regionais)
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Luterana (74%), sem afiliação (17%), islâmica (4%)
SISTEMA DE GOVERNO	Monarquia parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>Folketinget</i>), com 179 membros
CHEFE DE ESTADO	Rei Frederik X (desde janeiro de 2024)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-ministra Mette Frederiksen (desde junho de 2019, Partido Social-Democrata)
CHANCELER	Lars Løkke Rasmussen (desde dezembro de 2022, Moderados)
PIB (2023 est.) ¹	US\$ 421 bilhões
PIB PPC (2023 est.) ¹	US\$ 442 bilhões
PIB PER CAPITA (2023 est.) ¹	US\$ 71.400
PIB PPC PER CAPITA (2023 est.) ¹	US\$ 74.960
VARIAÇÃO DO PIB ¹	1,4% (2024 est.); 1,7% (2023 est.); 2,7% (2022); 6,8% (2021)
IDH (2021) ³	0,948 – 6º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2019) ⁴	0,28
EXPECTATIVA DE VIDA (2021) ⁴	81 anos
DESEMPREGO (10/2023) ⁵	5,4%
UNIDADE MONETÁRIA	Coroa dinamarquesa (kr)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁶	Cerca de 5 mil pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Dinamarca; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Posto.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Dinamarca	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	983	1.218	1.449	1.267	1.533	1.810
Exportações	293	299	272	327	478	555
Importações	689	919	1.177	940	1.055	1.255
Saldo	-396	-620	-906	-614	-576	-700



Fonte: ComexVis – Ministério da Economia



PERFIS BIOGRÁFICOS

Frederik X

Rei da Dinamarca



Frederik André Henrik Christian, filho mais velho da rainha Margrethe II e do príncipe Henrik, ascendeu ao trono em 14 de janeiro de 2024. Nasceu em Copenhague, em 26/5/1968, durante o reinado de seu avô materno, Frederik IX. É mestre em Ciências Políticas pela Universidade de Aarhus. Após a universidade, atuou em cargos diplomáticos nas Nações Unidas e em Paris. Serviu nos três ramos das Forças Armadas Dinamarquesas. Frederik casou-se em 2004 com a consultora de marketing australiana Mary Donaldson. O casal tem quatro filhos: Christian, Isabella, Vincent e Josephine. Frederik, ávido velejador, tem especial interesse em temas como ciência, mudança climática e sustentabilidade.

Mette Frederiksen
Primeira-Ministra da Dinamarca



Mette Frederiksen nasceu em Aalborg, em 19/11/1977. Graduou-se em Administração e Estudos Sociais pela Universidade de Aalborg e concluiu mestrado em Estudos Africanos pela Universidade de Copenhague. Membro do parlamento pelo Partido Social-Democrata desde 2001, tendo sido vice-presidente de seu partido de 2005 a 2011. Durante o gabinete da primeira-ministra Helle Thorning-Schmidt (2011-2015), ocupou importantes cargos no governo, tendo sido ministra do Emprego (2011-2014) e ministra da Justiça (2014-2015). Assumiu a presidência do Partido Social-Democrata em 2015, quando a agremiação passou a ser oposição à administração do Partido Liberal (2015-2019). Com a vitória do bloco vermelho nas eleições de junho de 2019, tornou-se a mais jovem primeira-ministra da Dinamarca, em junho do mesmo ano.

**Lars Løkke Rasmussen**

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Dinamarca



Lars Løkke Rasmussen nasceu em Vejle, em 15/5/1964. É formado em Direito pela Universidade de Copenhague. Membro do partido Liberais desde a juventude, foi eleito parlamentar pela primeira vez em 1994, sendo reeleito desde então. Ocupou cargos de destaque no governo, como ministro do Interior e da Saúde (2001-2007) e ministro das Finanças (2007-2009). Entre 2015 e 2019, foi primeiro-ministro da Dinamarca. Em junho de 2022, fundou o partido Moderados, do qual é líder.

APRESENTAÇÃO

A Dinamarca é um reino localizado na Europa setentrional, sendo o mais meridional dos países nórdicos. Sua única fronteira terrestre é ao sul, com a Alemanha. O país é composto por uma península, chamada de Jutlândia, e 441 ilhas. O reino é formado, também, pelas Ilhas Feroe e pela Groenlândia. Sua capital e cidade mais populosa é Copenhague.

A história da Dinamarca é bastante rica, com os primeiros achados arqueológicos demonstrando que a região foi habitada por volta do ano 12.500 a.C. Entre os séculos VIII e X, a região foi lar dos vikings, conjunto de povos que colonizaram e invadiram boa parte do continente europeu. Os vikings dinamarqueses, especificamente, centravam suas atividades nas ilhas britânicas e ao leste e sul da Europa ocidental.

Em 1397 foi estabelecida a União de Kalmar, reunindo a Dinamarca, a Noruega e a Suécia sob a liderança da rainha Margrethe I, filha de Valdemar IV da Dinamarca. A União durou até 1523, quando houve a secessão da Suécia. Em 1814, houve a dissolução da união dinástica entre Dinamarca e Noruega. Enfim, em 1863, Bismarck, líder alemão, declara guerra à Dinamarca, que, derrotada, cede três ducados à Alemanha em processo de unificação. Durante as Guerras Mundiais o país tentou estabelecer postura de neutralidade. Porém, durante a 2ª Guerra, acabou invadido pela Alemanha.

A Dinamarca é membro fundador da ONU e da OTAN e integra a Comunidade Econômica Europeia (que viria a se tornar a União Europeia) desde 1973. O reino não faz parte da zona do euro, tendo em vista que, em referendo nacional, a maior parte dos votantes manifestaram sua preferência por manter a Coroa dinamarquesa como moeda nacional.

A Dinamarca é uma monarquia parlamentarista, tendo a rainha Margrethe II ocupado a função de chefe de Estado de 1972 a 2024, quando abdicou em favor do então príncipe herdeiro Frederico. A monarquia dinamarquesa é a mais antiga da Europa, em sucessão ininterrupta desde o século X. O chefe de governo é o primeiro-ministro, que monta seu gabinete. O parlamento é formado por apenas uma casa, o *Folketinget*.

No âmbito econômico, a Dinamarca se destaca como um dos Estados com mais alto nível de igualdade de riqueza do mundo, sempre figurando entre os líderes nos rankings de IDH. A economia é consideravelmente dependente do intercâmbio comercial com outros países, sobretudo com membros da União Europeia.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES	
Embaixador do Brasil em Copenhague	Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos (desde dezembro de 2020)
Embaixadora da Dinamarca em Brasília	Embaixadora Eva Bisgaard Pedersen (desde setembro de 2022)
Cônsul-Geral da Dinamarca em São Paulo	Anja Villefrance

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS		
Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	3	Fevereiro de 2014, em Brasília

As relações entre Brasil e Dinamarca são históricas: a abertura da primeira legação diplomática brasileira na Dinamarca data de 1828, ano do estabelecimento de relações bilaterais, e desenvolvem-se de maneira amistosa, sem contenciosos. Há diversos acordos firmados em matéria de cooperação, comércio, investimentos, energia e meio ambiente. Os países compartilham valores no plano multilateral e em negociações comerciais.

COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

O relacionamento econômico entre o Brasil e a Dinamarca tem na atração de investimentos sua principal vocação. A maior parte do comércio bilateral ocorre intrafirmas, especialmente no setor de saúde e de produtos farmacêuticos, como a insulina e seus derivados.

Em 2023, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 1,8 bilhão, um aumento de 28% em comparação ao ano anterior. As exportações brasileiras foram de US\$ 555 milhões (+16%), e as importações, de US\$ 1,8 bilhão (+18%). O saldo comercial bilateral manteve-se desfavorável ao Brasil, alcançando US\$ 700 milhões de déficit. A Dinamarca figurou em 59º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,2% do total. O país ocupa o 36º lugar no ranking das importações brasileiras (0,5% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram farelos de soja (57%); outros medicamentos, incluindo veterinários (11%); e demais produtos da indústria de transformação (5%). A pauta importadora é composta principalmente por produtos manufaturados, em particular outros medicamentos, incluindo

veterinários (38%); medicamentos e produtos farmacêuticos (10%); e outros produtos químicos orgânicos (8%).

Segundo dados do Banco Central de 2021, há cerca de US\$ 755 milhões em investimentos dinamarqueses no Brasil pelo critério de investidor imediato (34º maior) e US\$ 1,1 bilhão pelo critério de controlador final (33º maior).

Estão presentes no Brasil cerca de 140 empresas dinamarquesas, de acordo com levantamento do Conselho de Comércio da Dinamarca. Os dinamarqueses almejam expandir sua carteira de investimentos no Brasil, bem como o comércio, razão pela qual contam, em São Paulo, com escritório, acoplado ao Consulado, voltado para a atração de investimentos dinamarqueses e para a expansão de sua presença em mercados considerados estratégicos. Como parte desse interesse, a Dinamarca mantém uma incubadora de empresas, pela qual empresários dinamarqueses interessados no mercado brasileiro podem, em período de até dois anos, contar com a assessoria de assistentes técnicos contratados localmente, avaliar as oportunidades de abertura de novos negócios, desenvolver pesquisas de mercado e conhecer a economia brasileira in loco.

Em anos recentes, várias empresas dinamarquesas expandiram seus negócios no país, a exemplo da ISS (serviços terceirizados), da Pandora (comércio de joias), da Vestas (produção de turbinas eólicas), da Maersk (transporte marítimo) e da Novo Nordisk (farmacêutica).

Por sua vez, havia, em 2021, cerca de US\$ 1 bilhão em investimentos brasileiros diretos na Dinamarca.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Tudo indica que a Dinamarca acompanhará o consenso europeu sobre a matéria.

COOPERAÇÃO EM MEIO AMBIENTE

Durante encontro bilateral com o presidente Lula, à margem da Cúpula CELAC-UE, em julho de 2023, a primeira-ministra Friederiksen anunciou que a Dinamarca contribuirá com cerca de US\$ 22 milhões ao Fundo Amazônia no período 2024-2026.

CONSULTAS POLÍTICAS

Os países mantêm mecanismo de consultas políticas desde 2011. Até o momento, foram realizadas três reuniões nesse âmbito, todas em nível de diretor de Departamento: 2011, em Copenhague, e 2012 e 2014, em Brasília.

ASSUNTOS CONSULARES

Segundo estimativas da Embaixada do Brasil em Copenhague, haveria cerca de 5 mil brasileiros residentes na Dinamarca. A comunidade brasileira residente vem-se demonstrando ordeira e, em sua grande maioria, bem integrada à sociedade que a adotou. Além do atendimento consular prestado pela Embaixada



do Brasil em Copenhague, há Consulado Honorário do Brasil em Aargus (atualmente vago).

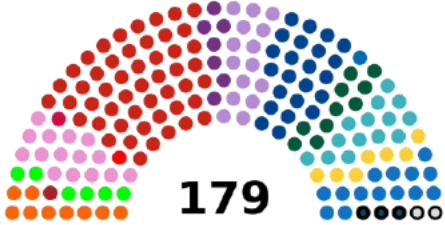
A Dinamarca, por sua vez, possui, além de Embaixada em Brasília, Consulado-Geral em São Paulo e Consulados Honorários em Belo Horizonte, Curitiba, Fortaleza, Manaus, Recife, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Salvador.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DO GOVERNO

O sistema de governo dinamarquês é o chamado parlamentarismo negativo, no qual a condição para o estabelecimento do governo não é, necessariamente, a formação de maioria parlamentar, mas sim a não existência de uma coalizão majoritária na oposição. Desde 1909, nenhum partido conseguiu a maioria isolada no parlamento e, desde a Segunda Guerra Mundial, apenas quatro gabinetes contaram com maioria parlamentar para governar. Há 179 assentos no parlamento e os representantes são escolhidos por eleição geral, realizada a cada quatro anos (ou menos, se o governo for dissolvido antes). Destes, 175 parlamentares são eleitos na Dinamarca, dois nas Ilhas Faroé e dois na Groenlândia.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (*FOLKETING*)

		
179		
Governo (88 cadeiras – 49%)		
	Partido Social-Democrata (centro-esquerda)	50
	Liberal (centro-direita)	23
	Moderados (centrista)	15
Suporte ao governo (5 cadeiras – 3%)		
	Partido da União (centro-direita, das Ilhas Faroé):	1
	Partido Social Democrata (centro-esquerda, das Ilhas Faroé)	1
	Siumut (centro-esquerda independentista, da Groenlândia)	1
	Inuit Ataqatigiit (esquerda independentista, da Groenlândia)	1
	<i>Independente</i>	1
Oposição (63 cadeiras – 48%)		
	Esquerda Verde/Partido Popular Socialista (centro-esquerda)	15
	Democratas da Dinamarca (direita nacionalista)	14
	Aliança Liberal (direita)	14
	Partido Popular Conservador (centro-direita)	10
	Aliança Vermelha-Verde (esquerda)	9
	Partido do Povo Dinamarquês (extrema-direita)	7
	Partido Social Liberal (centro-esquerda)	7
	A Alternativa (centro-esquerda)	5
	Nova Direita (direita nacionalista)	3
	<i>Independentes</i>	2

CONTEXTO RECENTE

Em junho de 2019, nas eleições parlamentares, o Partido Social-Democrata voltou ao comando do país. Os Social-Democratas focaram sua campanha na defesa

intransigente do estado de bem-estar social. Adicionalmente, as medidas relacionadas à mudança do clima tornaram-se pedra angular do discurso Social-Democrata. Com o resultado, Mette Frederiksen tornou-se primeira-ministra da Dinamarca. Assim como o Partido Liberal que a precedeu, a primeira-ministra Frederiksen formou governo apenas com integrantes da sua própria legenda.

Em novembro de 2022, em novas eleições parlamentares, o partido da PM Mette Frederiksen logrou novamente ser o mais votado. Após seis semanas de negociação, a primeira-ministra anunciou a composição de governo de coalizão, com participação de seu partido; do Partido Liberal, de centro-direita, que liderou a oposição ao governo anterior de Mette Frederiksen; e dos Moderados, novo partido de centro, estabelecido pelo ex-PM liberal, Lars Løkke Rasmussen.

Esses três partidos somam 89 assentos parlamentares, que correspondem a 49,7% do total de assentos no Folketing, mas garantem maioria de facto, tendo em vista que os quatro assentos dedicados à Groenlândia e às Ilhas Faroé não se opuseram à composição proposta para a coalizão.

À esquerda da coalizão posicionam-se o Partido Socialista do Povo, a Aliança Verde-Vermelha e os Alternativos (partido verde), com um total de 37 assentos parlamentares. À direita, estão os Democratas da Dinamarca, a Aliança Liberal, o Partido Conservador, a Nova Direita e o Partido do Povo Dinamarquês, somando 49 assentos. Há, ainda, o Partido Social Liberal, de centro, com 7 assentos, e os 4 assentos para parlamentares da Groenlândia e das Ilhas Faroé.

O novo governo divulgou, ademais, um programa geral com os compromissos que constituem o alicerce da coalizão. Dentre os principais pontos acordados consta o foco na solução da falta de reserva de mão-de-obra, em equilíbrio com o financiamento do Estado de bem-estar e o aumento nos gastos com defesa. Nesse sentido, foi definida meta para agregar mais 45 mil trabalhadores ao mercado de trabalho, até 2030, atraindo empregados da jornada parcial para a jornada integral, como também facilitando vistos de trabalho para mão-de-obra estrangeira qualificada.

A composição de governo e a pauta do programa parecem ilustrar uma perspectiva mais liberal na economia, com relativa desoneração para empresas e apoio para estabilização da força de trabalho. O foco nas energias renováveis, na descarbonização dos setores produtivos e na “neutralidade climática” se mantém. O maior ponto de inflexão parece ser a comedida flexibilização da política migratória.

GROENLÂNDIA E ILHAS FAROÉ

Integram o Reino da Dinamarca os territórios autônomos da Groenlândia e das Ilhas Faroé. Ambos contam com sistema político e administrativo próprio, sendo a política externa e a de defesa regida pelo governo dinamarquês. Groenlândia e Ilhas Faroé nutrem, cada qual ao seu modo, anseios por maior autonomia.

No caso da Groenlândia, as pretensões de autonomia são marcadas por ocasionais atritos com o governo central, apesar da dependência expressiva do auxílio financeiro dinamarquês. Avalia-se que o aporte anual de 3,6 bilhões de coroas dinamarquesas corresponda a mais de 50% do orçamento do governo groenlandês.

ABDICAÇÃO DA RAINHA MARGRETHE II

Por ocasião do tradicional de discurso de Ano Novo, televisionado ao vivo, no dia 31/12/2023, a rainha Margrethe II abdicou do trono do Reino da Dinamarca, após 52 anos de regência. Com quase 84 anos, a rainha justificou a decisão de abdicar por motivos de saúde, impactada após extensa cirurgia na coluna em 2023.

A então monarca dinamarquesa é popular e benquista. Nesse contexto, a primeira-ministra Mette Frederiksen emitiu comunicado em que chamou a rainha Margrethe de "epítome da Dinamarca" e agradeceu, em nome do governo, "a dedicação incansável e de toda a vida da rainha ao Reino". Frederiksen afirmou, ainda, que "se converteu em monarquista" por causa da rainha Margrethe, cuja "liderança serena tornou a Dinamarca melhor e mais rica".

O príncipe herdeiro Frederik assumiu o trono, como rei Frederik X, em 14/01/2024.

POLÍTICA EXTERNA

São prioridades da política externa dinamarquesa os temas de livre comércio, imigração, mudança do clima e desenvolvimento sustentável, além do Ártico. Nessa linha, o governo dinamarquês elaborou estratégia de política externa e de segurança com foco em: sistema internacional baseado em regras; União Europeia; fluxo migratório; diplomacia econômica; segurança; e região ártica.

Tradicionalmente, a Dinamarca tem como seus principais foros de atuação a União Europeia e a OTAN (pilar da política de segurança). O país tem interesse na manutenção das liberdades do mercado interno e na negociação de acordos comerciais com outros países e outras regiões.

No campo multilateral, a Dinamarca confere grande importância à modernização das Nações Unidas, do Banco Mundial e do FMI, de modo que esses organismos promovam a nova agenda de desenvolvimento sustentável, em parceria com atores estatais e não estatais. A Dinamarca tem importante atuação na área humanitária e de ajuda ao desenvolvimento, sobretudo na África e no Oriente Médio, dispondo de pasta específica de cooperação para o desenvolvimento e de agência especializada, a DANIDA.

Similarmente ao governo Liberal predecessor, a atual administração dinamarquesa é favorável à integração regional europeia. Com uma população de apenas 5,7 milhões de habitantes e com vantagens competitivas em algumas áreas específicas (logística de transportes marítimos, indústria farmacêutica, equipamentos de geração de energia eólica, entre outros), a ampliação de acordos comerciais da União Europeia com outras grandes regiões parece ser escolha natural para a inserção internacional dinamarquesa.

NOVA ESTRATÉGIA DE POLÍTICA EXTERNA E DE SEGURANÇA

Em reação ao conflito na Ucrânia, o novo governo dinamarquês lançou estratégia de política externa e de segurança que reflete o atual cenário de renovada tensão geopolítica internacional, com foco principal em temas de segurança e de competitividade sistêmica do país. O documento é integrado por três capítulos: (i) Situação de segurança intensificada na Europa; (ii) Parcerias globais e construção de alianças; e (iii) Uma sociedade mais robusta.

No que se refere à “Situação de segurança intensificada na Europa”, o governo argumenta que a nova estratégia procura responder e atualizar a política externa frente ao conflito na Ucrânia. Nesse contexto, interpreta as ações da Rússia como ameaça à paz e segurança da Dinamarca e da Europa. Em decorrência, o país considera o apoio à Ucrânia como alta prioridade estratégica, entendimento que inclui não apenas apoio militar e humanitário, mas também investimentos em infraestrutura e cooperação técnica.

Pretende-se, ademais, de modo complementar ao esforço desenvolvido na Ucrânia, seja oferecido suporte necessário, em termos de cooperação técnica e

institucional, aos países do entorno da União Europeia (Balcãs ocidentais, Moldávia e Georgia).

No que diz respeito ao segmento da estratégia intitulado “Parcerias globais e construção de alianças”, trata-se do relacionamento com países e regiões além da órbita europeia. Nesse sentido, a Dinamarca deverá atuar com base no reconhecimento das significativas mudanças que devem ocorrer na distribuição de poder global até 2050, com o crescimento econômico, demográfico e tecnológico de outras regiões, com menções específicas ao maior peso da China, da Índia, e do crescimento populacional acima da média no continente africano.

Em cenário de acirrada disputa por influência entre visões de mundo divergentes, a política externa dinamarquesa deverá contar com reforço nos meios de promoção de seus interesses por meio do estabelecimento de renovado diálogo com países em desenvolvimento, a ser coordenado, paralelamente, no âmbito da União Europeia e da ONU, entre outros foros multilaterais. Esse diálogo teria por objetivo o desenvolvimento de “parcerias igualitárias”, por meio de cooperação técnica e de financiamento em temas de interesse mútuo, com envolvimento não apenas dos respectivos governos, mas também de empresas e instituições de pesquisa em “ambiente de intercâmbio de experiências e de conhecimento”.

Por fim, a respeito do capítulo “Uma sociedade mais robusta”, o governo esclareceu que se trata de reflexão sobre a necessidade de fortalecimento da sociedade dinamarquesa diante das transformações resultantes da globalização e dos desafios da competição estratégica global. O conceito de segurança, em contexto mais amplo, dependeria de abordagem multidisciplinar. A Dinamarca reconhece que, para garantir a prosperidade e o bem-estar de seus cidadãos, é essencial construir uma sociedade adaptável. A partir de seu tradicional modelo de estreita colaboração entre o setores público, privado e acadêmico, a nova estratégia propõe a adoção de diplomacia capaz de apoiar a dimensão internacional e contornar as eventuais implicações externas das medidas que serão implementadas de fortalecimento da capacidade do país de lidar com ameaças e desafios emergentes, incluindo avaliação da capacidade de suprimento de materiais e de recursos naturais críticos, e ampliação de investimentos em áreas-chave, como segurança cibernética, defesa, saúde e alimentação.

PAÍSES NÓRDICOS E BÁLTICOS

Os laços étnicos e culturais que unem os países nórdicos são reforçados pelo estabelecimento da União Nórdica de Passaportes e do mercado livre de trabalho. Criado em 1952, por iniciativa da Dinamarca, o Conselho Nórdico de Ministros constitui foro de discussão e formulação de políticas e ações comuns e representa importante elemento de promoção de conceitos e valores compartilhados.

O Mecanismo de Cooperação Nórdica em Assuntos de Defesa – NORDEFCO, estabelecido em 2009 pelos ministros da Defesa de Dinamarca, Suécia, Noruega, Finlândia e Islândia, constitui cooperação aberta em bases voluntárias de grande importância complementar aos compromissos multilaterais dos países membros.



A cooperação busca, entre outros aspectos, enfrentar os cortes dos orçamentos de defesa dos países membros, por meio de compras comuns, com economia de escala e maior capacidade de negociação junto a fornecedores, bem como da otimização de sistemas logísticos, de treinamento e de uso comum de recursos humanos e de informática.

Os cinco países nórdicos também fazem parte do Conselho Ártico, juntamente com Canadá, EUA e Rússia. O mecanismo foi estabelecido em 1996, como fórum intergovernamental de alto nível, a fim de fomentar a cooperação e a coordenação entre os Estados da região ártica, com o envolvimento das comunidades indígenas.

Os países nórdicos e bálticos compartilham diversas plataformas e programas de cooperação, em áreas tais como intercâmbio acadêmico e educacional, capacitação de recursos humanos nas forças armadas e outros. Os cinco países nórdicos e os três países bálticos, além da Alemanha, Polônia e Rússia, constituem, desde 1992, o Conselho dos Estados Marítimos do Báltico, foro de concertação política que conta ainda com um representante da Comissão Europeia.

ECONOMIA

Apesar da pequena extensão territorial (mesmo o território da Groenlândia é 90% coberto de neve) e da carência em recursos naturais, a Dinamarca mantém um alto padrão de vida com serviços sociais bem desenvolvidos e uma economia sólida, com excelentes indicadores de renda, desenvolvimento humano e competitividade. O país tem alto índice de desenvolvimento humano.

A economia é movida por indústrias modernas, por setor agrícola que emprega alta tecnologia e, principalmente, pelo comércio exterior. Algumas das empresas do país estão entre as líderes mundiais em setores como o farmacêutico, de infraestrutura e logística marítimas e de energia renovável. Desde a crise econômica de 2008-2009, a economia dinamarquesa tem crescido de forma lenta, porém constante.

Na economia mista do Estado de bem-estar social dinamarquês, os gastos do setor privado respondem por mais da metade da renda nacional líquida. Os gastos públicos são direcionados principalmente para saúde e serviços sociais, educação, assuntos econômicos, relações exteriores e defesa nacional. O governo não tem receitas comerciais ou industriais significativas.

O setor primário constitui cerca de 3% do PIB dinamarquês, o solo contínuo a ser a matéria-prima mais importante e cerca de metade da terra é intensamente explorada e amplamente fertilizada. Mais da metade da terra cultivada é dedicada a cereais, como a cevada e o trigo. No entanto, embora cerca de 65% do território dinamarquês seja utilizado para a atividade agrícola, a exportação agrária é quatro vezes menor que a exportação industrial. Apesar de a Dinamarca ser um dos maiores exportadores de peixes do mundo, sendo a aquicultura responsável por uma pequena parte da produção de peixes, a contribuição do setor pesqueiro é cerca de 0.5% do PIB.

O setor industrial, mesmo não sendo tão importante quanto o setor de serviços, é responsável por parte considerável do PIB dinamarquês (cerca de 14%). As indústrias mais notáveis são as indústrias de alimentos processados, indústrias farmacêuticas e as indústrias de produtos de metais, equipamentos de transportes e maquinários.

A maior parte do PIB do país decorre de atividades de serviços (cerca de 75%), sobretudo na Administração Pública, em educação e serviços sociais e de saúde.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022 (ÚLTIMOS DADOS DISPONÍVEIS)

Em 2022, em comparação com 2021, as exportações dinamarquesas para os países da União Europeia representaram 47% do total, enquanto as importações de produtos provenientes do bloco atingiram 66% do total.

Em 2022, as exportações chegaram a 129 bilhões de dólares, representando aumento de 3% em relação a 2021. Os principais destinos das exportações foram



Alemanha (14% do total), Suécia (9%) e Noruega (6%). Os principais produtos da pauta de exportação são produtos farmacêuticos (15%), reatores nucleares e semelhantes (13%), e combustíveis minerais (7%).

A Dinamarca importou cerca de 126 bilhões de euros (+3% em relação a 2021), sobretudo da Alemanha (20% do total), da Suécia (12%) e dos Países Baixos (9%). Os principais produtos importados foram combustíveis minerais (11%), reatores nucleares e semelhantes (11%) e máquinas elétricas (9%).

CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS

Ano	Evento
1826	A Dinamarca reconhece a independência do Brasil.
1876	Passagem do imperador dom Pedro II pela Dinamarca.
1922	Criação de Legação do Brasil na Dinamarca. Anteriormente, a Legação do Brasil que se ocupava do país tinha também responsabilidade por outros países.
1957	Elevação à Embaixada a Legação do Brasil em Copenhague.
1999	Visita de Estado da rainha Margrethe II ao Brasil. Tratou-se da primeira visita no nível de chefe de Estado.
2002	Visita à Dinamarca do vice-presidente Marco Maciel.
2007	Visita ao Brasil do primeiro-ministro Anders Fogh Rasmussen ao Brasil.
2007	Visita do presidente Lula à Dinamarca.
2009	Visita do presidente Lula a Copenhague, para participar das eleições que levaram à escolha do Rio de Janeiro para sediar as Olimpíadas de 2016.
2009	Visita do presidente Lula a Copenhague, para participar da 15ª Conferência das Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (COP 15).
2010	Visita do príncipe Joachim ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2011	Visita da ministra dos Negócios Estrangeiros Lene Espersen, ao Brasil.
2012	Visita do príncipe herdeiro Frederik ao Brasil, acompanhado de delegação empresarial.
2012	Visita da primeira-ministra Helle Thorning-Schmidt ao Brasil, por ocasião da Conferência Rio+20.
2016	Por ocasião dos Jogos Olímpicos, visita ao Brasil do príncipe Herdeiro Frederik e do príncipe Joachim; do ministro dos Negócios Estrangeiros, Kristian Jensen; do ministro da Cultura, Berthel Haarder; do ministro dos Negócios e Crescimento, Troels Lund Poulsen; e do Prefeito de Copenhague, Frank Jensen. O chanceler Jensen foi recebido no Palácio Itamaraty.

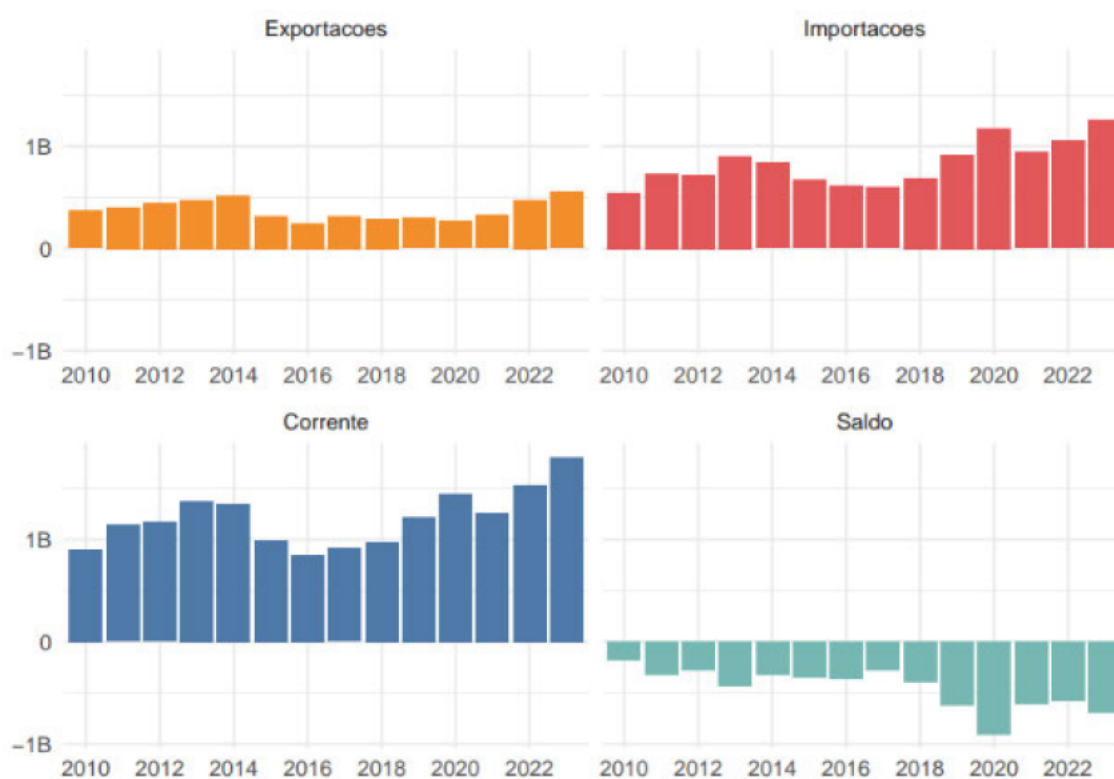
ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Convenção de Arbitragem	27/11/1911	Em vigor
Acordo sobre Malas Diplomáticas	29/04/1929	Em vigor
Acordo de Assistência Recíproca a Doentes das Faculdades Mentais	05/08/1932	Em vigor
Acordo para Isenção de Vistos em Passaportes	21/07/1953	Em vigor
Acordo incluindo São Paulo entre as Escalas Regulares da S.A.S.	12/05/1956	Em vigor
Acordo Básico de Cooperação Técnica	25/02/1966	Em vigor
Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	Em vigor
Protocolo Adicional ao Acordo sobre Transportes Aéreos	18/03/1969	Em vigor
Acordo que estabelece um Mecanismo de Consulta sobre Transporte Marítimo Internacional	29/03/1972	Em vigor
Acordo de Radioamadorismo	16/01/1974	Em vigor
Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	27/08/1974	Em vigor
Acordo sobre Cooperação Econômica e Industrial	05/02/1979	Em vigor
Acordo de Cooperação Científica e Tecnológica	09/06/1986	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, Relativo ao Exercício de Atividades Remuneradas por parte de Dependentes do Pessoal Diplomático, Consular, Administrativo e Técnico	22/03/1994	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação na Área de Mudança do Clima e de Desenvolvimento e Execução de Projetos no Âmbito do Mecanismo de Desenvolvimento Limpo do Protocolo de Quioto	25/04/2007	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Cooperação nas Áreas de Energias Renováveis e Eficiência Energética	13/09/2007	Em vigor
Protocolo Alterando a Convenção Destinada a Evitar a Dupla Tributação e Prevenir a Evasão Fiscal em Matéria de Impostos sobre a Renda	23/03/2011	Em vigor
Acordo de Cooperação	31/03/2011	Em vigor

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

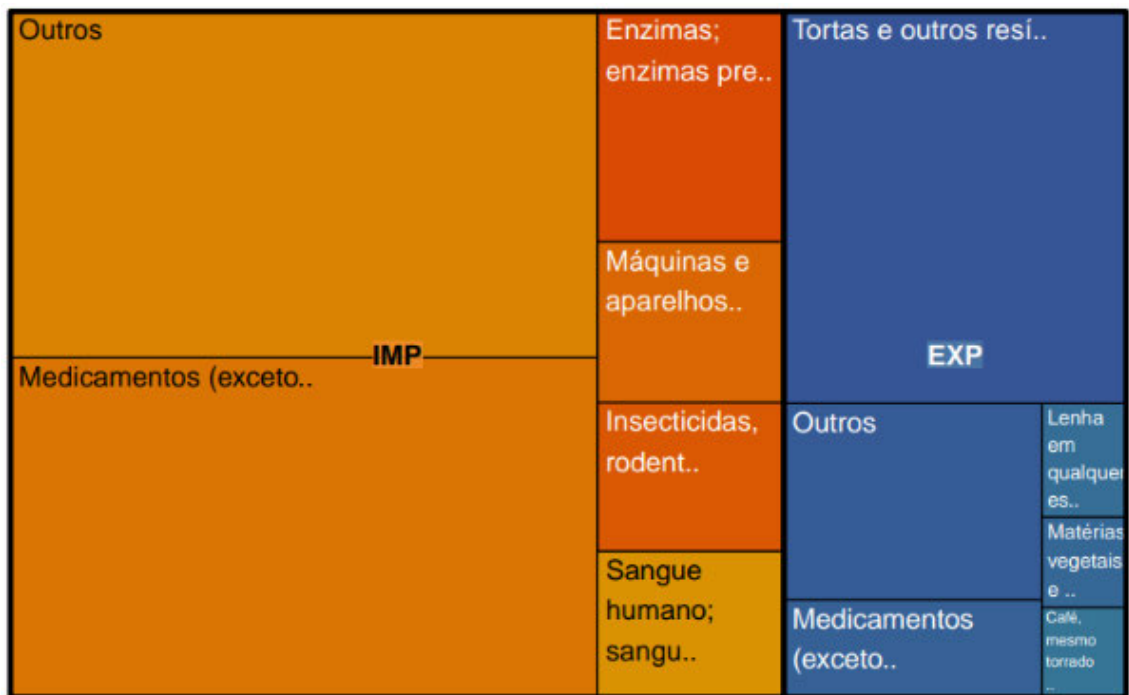
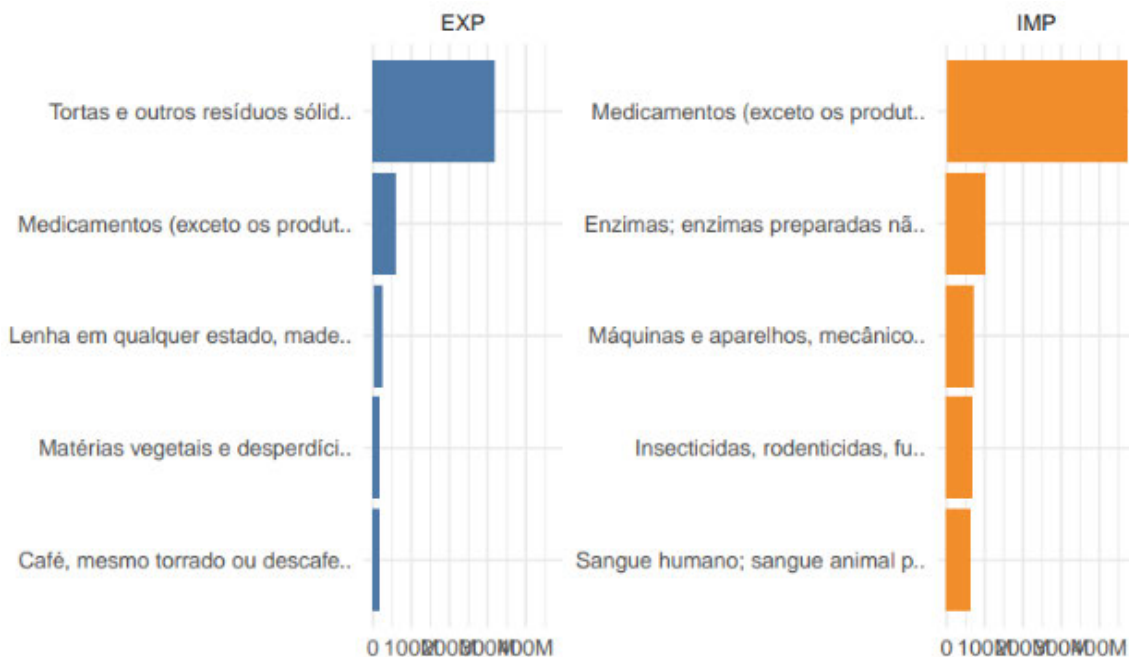
Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços.

Fluxo de comércio anual





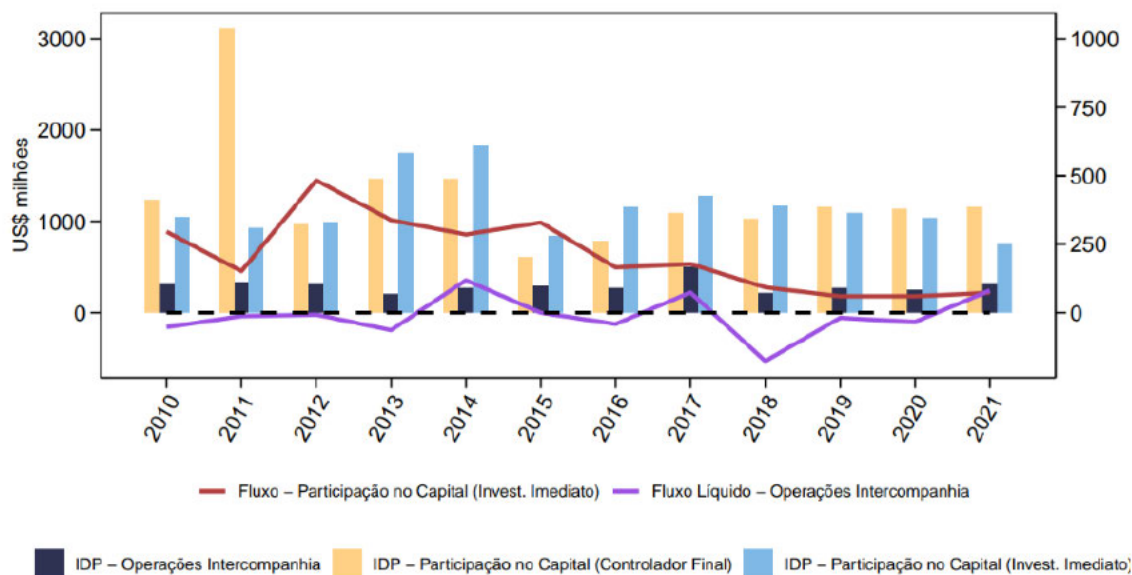
Principais produtos da pauta comercial em 2023



DADOS DE INVESTIMENTOS RECÍPROCOS

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.

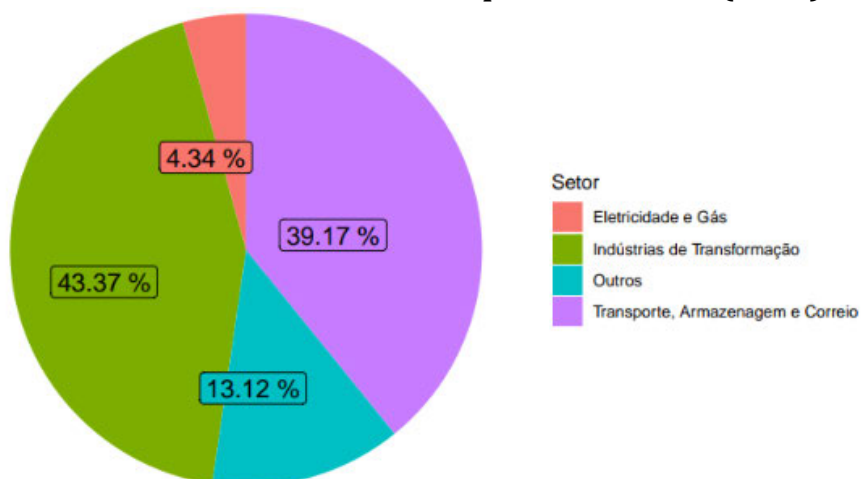
Investimentos dinamarqueses no Brasil



Dado	2010	2011	2012	2013	2014	2015
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	295.44	151.45	483.25	337.76	285.53	329.10
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-52.80	-12.77	-7.19	-63.73	118.30	-0.11
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	1229.73	3103.14	975.26	1467.81	1466.56	612.96
IDP-Operações Intercompanhia	316.44	328.99	311.38	206.06	268.67	290.81
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	1048.90	926.12	991.32	1750.80	1826.99	841.58

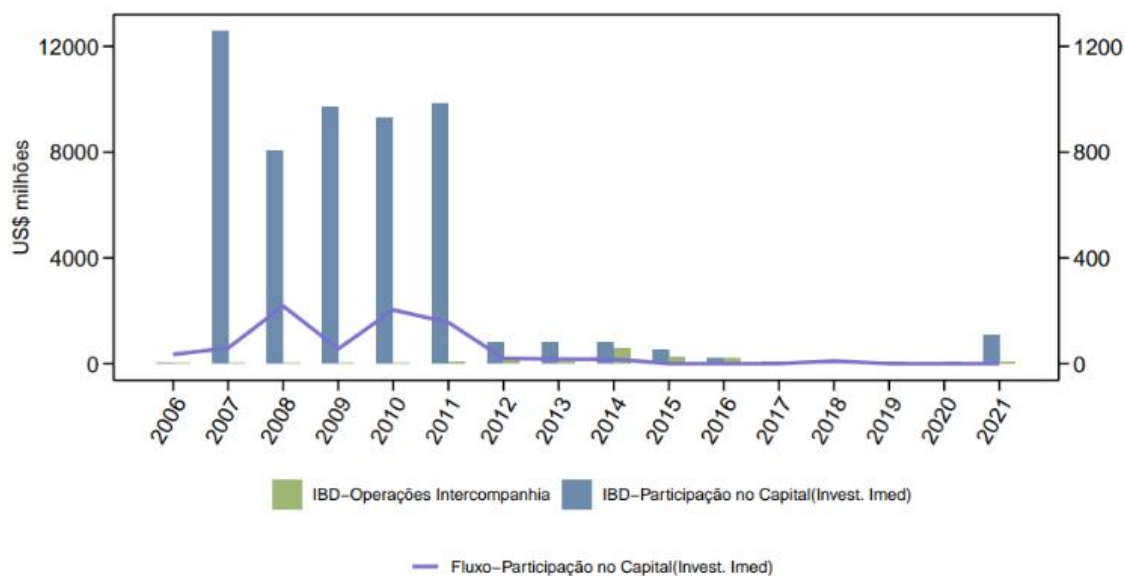
Dado	2016	2017	2018	2019	2020	2021
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	164.98	177.82	92.39	59.75	59.79	72.74
Fluxo Líquido-Operações Intercompanhia	-41.58	73.85	-176.80	-18.91	-33.74	80.63
IDP-Participação no Capital(Control. Final)	779.57	1090.80	1026.43	1154.43	1135.04	1152.73
IDP-Operações Intercompanhia	271.85	494.21	212.00	270.91	243.05	308.74
IDP-Participação no Capital(Invest.Imed)	1152.49	1279.48	1167.19	1086.52	1037.48	754.85

Setor dos investimentos dinamarqueses no Brasil (2021)



Setor	valor.Invest Imediato	valor.Control Final
Indústrias Extrativas	0.00	0.00
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	57.44	0.00
Eletricidade e Gás	50.10	50.00
Indústrias de Transformação	518.65	499.95
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	52.08	0.00
Transporte, Armazenagem e Correio	26.86	451.53
Outros	49.72	151.24

Investimentos brasileiros na Dinamarca

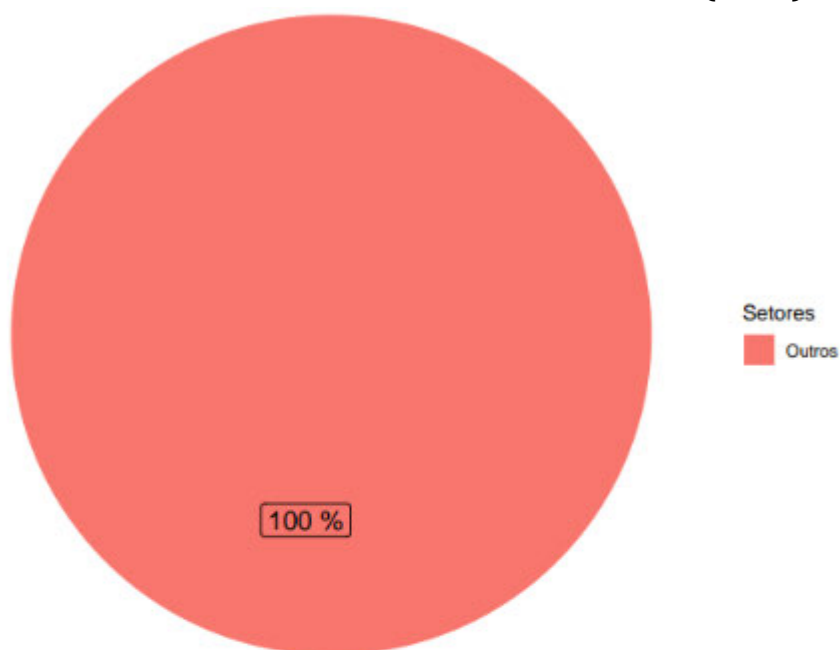


Dado	2006	2007	2008	2009	2010	2011
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	12570.64	8046.15	9707.37	9297.48	9838.23
IBD-Operações Intercompanhia	0.00	14.44	10.35	0.00	0.00	49.51
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	35.00	59.00	218.00	56.00	203.29	155.67

Dado	2012	2013	2014	2015	2016
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	794.17	793.69	776.70	542.99	206.67
IBD-Operações Intercompanhia	143.32	64.70	582.73	249.65	186.26
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	20.09	17.15	16.92	0.00	0.00

Dado	2017	2018	2019	2020	2021
IBD-Participação no Capital(Invest.Imed)	50.07	47.02	48.96	13.89	1071.65
IBD-Operações Intercompanhia	64.51	11.05	61.03	56.58	62.24
Fluxo-Participação no Capital(Invest.Imed)	0.00	9.78	0.03	0.00	0.02

Setor dos investimentos brasileiros na Dinamarca (2021)



Setores	Valores
Atividades Imobiliárias	0.00
Comércio, Reparação de Veículos Automotores e Motocicletas	0.00
Atividades Financeiras, de Seguros e Serviços Relacionados	0.00
Indústrias de Transformação	0.00
Atividades Administrativas e Serviços Complementares	0.00
Outros	1071.65



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

Secretaria de Europa e América do Norte

Departamento de Europa

Divisão de Europa Setentrional

LITUÂNIA



FICHA-PAÍS

INFORMAÇÃO OSTENSIVA

Janeiro de 2024

DADOS BÁSICOS	
NOME OFICIAL	República da Lituânia
GENTÍLICO	Lituano
CAPITAL	Vilnius
ÁREA	65.300 km ²
POPULAÇÃO (2023) ¹	2,8 milhões de habitantes
IDIOMA OFICIAL	Lituano
PRINCIPAIS RELIGIÕES ²	Católica (77%); não declarado ou sem afiliação (16%); ortodoxa (5%)
SISTEMA DE GOVERNO	República parlamentarista
PODER LEGISLATIVO	Unicameral (<i>Seimas</i>), composto por 141 membros
CHEFE DE ESTADO	Presidente Gitanas Nausėda (desde dezembro de 2019, sem partido)
CHEFE DE GOVERNO	Primeira-ministra Ingrida Šimonytė (desde dezembro de 2020, União Nacional)
CHANCELER	Gabrieliū Landsbergis (desde dezembro de 2020, União Nacional)
PIB (2023 est.) ¹	US\$ 79 bilhões
PIB PPC (2023 est.) ¹	US\$ 137 bilhões
PIB PER CAPITA (2023 est.) ¹	US\$ 28.480
PIB PPC PER CAPITA (2023 est.) ¹	US\$ 48.240
VARIAÇÃO DO PIB ¹	2,7% (2024 est.); -0,2% (2023 est.); 1,9% (2022); 6% (2021)
IDH (2021) ³	0,875 – 35º no ranking
COEFICIENTE DE GINI (2020)	0,36
EXPECTATIVA DE VIDA (2021) ⁴	74 anos
DESEMPREGO (10/2023) ⁵	6,5%
UNIDADE MONETÁRIA	Euro (€)
COMUNIDADE BRASILEIRA ⁶	Cerca de 70 pessoas

Fontes: (1) FMI; (2) Governo da Lituânia; (3) PNUD; (4) Banco Mundial; (5) OCDE; (6) Estimativa do Itamaraty.

CORRENTE COMERCIAL – US\$ milhões						
Brasil → Lituânia	2018	2019	2020	2021	2022	2023
Intercâmbio	59,7	48,0	59,5	98,1	113	159,8
Exportações	20,7	23,8	26,7	24,4	40,7	53,1
Importações	39,0	24,2	32,8	73,7	72,3	105,7
Saldo	-18,3	-0,4	-6,0	-49,3	-31,6	-52,6

Fonte: Ministério da Fazenda

PERFIS BIOGRÁFICOS**Gitanas Nauseda***Presidente da República da Lituânia*

Gitanas Nauseda nasceu em Klaipeda, em 19/5/1964. Formado e pós-graduado em Economia pela Universidade de Vilnius e doutor em Ciências Sociais pela Universidade de Mannheim. Foi professor da Faculdade de Economia da Universidade de Vilnius e é professor associado da International Business School da Universidade de Vilnius desde 2009. Fez extensa carreira no mercado financeiro da Lituânia. Tomou posse como presidente da República da Lituânia em 12 de julho de 2019, após vencer, no segundo turno, as eleições presidenciais do mesmo ano.

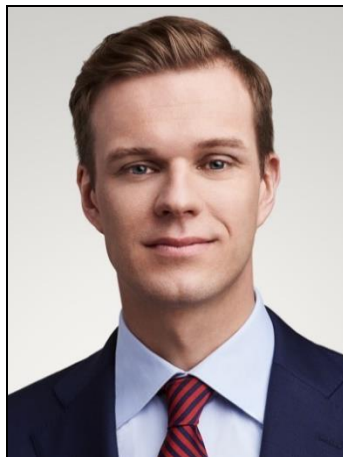
Ingrida Šimonytė
Primeira-ministra da Lituânia



Ingrida Šimonytė nasceu em Vilnius, em 15/11/1974. Graduiu-se em Administração pela Universidade de Vilnius, sendo mestre pela mesma instituição. Fez carreira como servidora pública no Ministério das Finanças até ser convidada pelo então primeiro-ministro Andrius Kubilius, para assumir a pasta em 2009. Após deixar o cargo, em 2012, atuou como professora universitária e conselheira do Banco da Lituânia. Retornou ao cenário político em 2016, quando foi eleita deputada ao concorrer como independente. Em 2019, foi candidata à presidência pela União Nacional e ficou em segundo lugar no pleito. Reeleita para o parlamento em 2020, tornou-se primeira-ministra em dezembro do mesmo ano.

Gabrielius Landsbergis

Ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia



Gabrielius Landsbergis nasceu em Vilnius, em 7/1/1982. É graduado em História pela Universidade de Vilnius e mestre em Relações Internacionais e Diplomacia pela mesma instituição. Trabalhou no Ministério dos Negócios Estrangeiros e na Chancelaria da Presidência. Foi eurodeputado entre 2014 e 2016, ano em que foi eleito deputado no *Seimas*. É presidente do partido União Nacional desde 2015. Em dezembro de 2020, com a ascensão da primeira-ministra Ingrida Šimonytė, tornou-se ministro dos Negócios Estrangeiros da Lituânia.



APRESENTAÇÃO

A Lituânia é uma das três repúblicas bálticas, junto com Letônia e Estônia. É o maior dos três estados bálticos e compartilha fronteira com a Letônia ao norte, Bielorrússia a leste e sul, Polônia e o oblast russo de Kaliningrado a sudoeste, e o Mar Báltico a oeste. Sua capital e cidade mais populosa é Vilnius, localizada no leste do país. Outras cidades importantes são Kaunas e Klaipėda.

O país teve sua história marcada pela União de Lublin, entre 1569 e 1795, quando esteve unida à Polônia. Ao fim da união, a Lituânia foi anexada pelo Império Russo. Após a Primeira Guerra, a Lituânia declarou independência, em 1918. Em 1944, contudo, tropas soviéticas reocupam o país. O Estado somente iria reconquistar sua independência em 1990, em contexto de fim da Guerra Fria e dissolução da União Soviética.

Em 1991, o país tem sua independência internacionalmente reconhecida e é admitido nas Nações Unidas. Em 2004, torna-se membro da União Europeia e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Desde 2015, a Lituânia adota o euro como moeda.

A Lituânia é uma república parlamentarista, com o presidente sendo o chefe de Estado e o primeiro-ministro, chefe de governo. O parlamento lituano é unicameral, chamado de *Seimas*.

A economia da Lituânia voltou-se ao ocidente no início do século XX, como forma de contrabalançar as relações econômicas densas com a Rússia. Apesar do crescimento econômico recente do país, ainda há considerável desigualdade social. O desenvolvimento econômico das últimas décadas parece, também, ter acentuado as diferenças entre o meio urbano, mais desenvolvido, e o meio rural.

Os lituanos representam mais de 85% da população do país. O restante é formado por uma minoria de russos, poloneses, bielorrussos, ucranianos, letões e outras comunidades. A língua oficial da Lituânia é o lituano.

A cultura no cotidiano da Lituânia é relevante, e apesar das influências modernas, o folclore lituano continua a ser uma parte significativa do patrimônio nacional. As canções lituanas e uma notável coleção de contos de fadas, lendas, provérbios e aforismos têm raízes profundas em uma língua e cultura que estão entre as mais antigas da Europa.

RELAÇÕES BILATERAIS

QUADRO DE REPRESENTANTES

Embaixador do Brasil em Copenhague (cumulatividade – Lituânia)	Rodrigo de Azeredo Santos (desde dezembro de 2020)
Embaixador da Lituânia para o Brasil (não residente)	A ser designado
Cônsul-Geral da Lituânia em São Paulo	Audra Čiapienė (desde dezembro de 2022)

QUADRO DE MECANISMOS BILATERAIS

Mecanismo	Número de edições	Último encontro
Mecanismo de Consultas Políticas	5	Julho de 2018, em Brasília

O Brasil reconheceu a independência da Lituânia em 1991, ocasião em que as relações diplomáticas foram restabelecidas. Anteriormente, o Brasil havia estabelecido relações com a Lituânia em 1921. O relacionamento entre os dois países é amistoso e profícuo.

A Embaixada do Brasil na Lituânia, cumulativa com a Embaixada em Copenhague, foi criada por decreto em fevereiro de 1993. O embaixador do Brasil em Copenhague visita com frequência a capital lituana e participa, anualmente, de reunião do presidente com o corpo diplomático acreditado.

Cabe destacar que a única representação lituana no subcontinente é o Consulado-Geral em São Paulo, cidade que abriga a segunda maior comunidade da diáspora lituana na América Latina.

VISITAS DE ALTO NÍVEL RECENTES

Há amplo histórico de visitas bilaterais de alto nível entre Brasil e Lituânia, com três visitas de presidentes lituanos ao Brasil entre 1996 e 2002. Por sua vez, em duas ocasiões, o ministro das Relações Exteriores do Brasil visitou Vilnius (2002 e 2015), enquanto o chanceler lituano visitou Brasília uma vez (2015). Os então chanceleres, Aloysio Nunes e Linas Linkevicius, mantiveram encontros à margem da 72ª AGNU (2017) e da 73ª AGNU (2018).



COMÉRCIO E INVESTIMENTOS

Em 2023, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 158,8 milhões, crescimento de 41% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras foram de US\$ 53,1 milhões (+31%), e as importações, US\$ 105,7 milhões (+46%). O saldo comercial bilateral foi desfavorável ao Brasil em US\$ 52,6 milhões. A Lituânia figurou no 120º lugar no ranking de destino de exportações brasileiras, absorvendo 0,02% do total, e o país ocupa o 75º lugar no ranking das importações brasileiras (0,04% do total).

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram açúcares e melaços (28%); tabaco (12%); e café não torrado (11%). A pauta importadora é composta por óleos combustíveis (44%); adubos ou fertilizantes químicos (18%); e equipamentos para distribuição de energia elétrica (5%).

Não há investimentos significativos da Lituânia no Brasil. No entanto, cabe destacar a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica (2017) e a aquisição, pela empresa Air Lituanica, de aeronaves da Embraer.

ACORDO DE ASSOCIAÇÃO MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA

Tudo indica que a Lituânia acompanhará o consenso europeu sobre a matéria.

CONSULTAS POLÍTICAS

Os países mantêm mecanismo de consultas políticas desde 2011. Até o momento, foram organizados cinco encontros nesse âmbito: 2006 (Brasília), 2009 (Vilnius), 2011 (Brasília), 2017 (Vilnius) e 2018 (Brasília). Com exceção da reunião de 2009, que ocorreu em nível de diretores de Departamento, todas foram em nível de Secretários.

ASSUNTOS CONSULARES

O Brasil tem Cônsul Honorário em Vilnius. Estima-se haver cerca de 70 brasileiros residentes na Lituânia, atendida pela Embaixada do Brasil em Copenhague. O governo lituano possui Consulado-Geral em São Paulo e Consulado Honorário no Guarujá.

POLÍTICA INTERNA

ESTRUTURA DE GOVERNO

A Lituânia foi a primeira república soviética ocupada a tornar-se independente da União Soviética e a recuperar a soberania, por meio de declaração de independência, em 11 de março de 1990. Após a restauração da independência, a nova constituição do país foi referendada, junto com eleições para o parlamento - o *Seimas* - em outubro de 1992.

A Lituânia constitui uma república parlamentarista unicameral e é membro da União Europeia. A adoção do euro a partir de janeiro de 2015 foi, além de opção de política econômica, um compromisso com a União Europeia, pois a adesão também é considerada como uma ferramenta de ancoragem da Lituânia na Europa, em especial no atual momento da tensão com a Rússia. Em 2018, a Lituânia celebrou o centenário da adoção do Ato de Independência de 16 de fevereiro de 1918, bem como do término da Primeira Guerra Mundial.

Há eleições diretas para presidente, que cumpre mandato de cinco anos. O parlamento é composto por 141 membros, com mandato de 4 anos. Dos 141 membros, 71 são escolhidos em eleições distritais e 70, em eleições proporcionais, para as quais há cláusula de barreira de 5%.

COMPOSIÇÃO DO PARLAMENTO (SEIMAS)

		
141		
Base governista (73 cadeiras - 52%)		
	União Nacional (TS-LKD, centro-direita)	50
	Movimento Liberal (LRLS, centro-direita)	13
	Partido da Liberdade (LP, centro-direita)	10
Oposição (173 cadeiras - 49,6%)		
	União dos Fazendeiros e Verdes (LVŽS, centro)	19
	Democratas para a Lituânia (DSVL, centro-direita)	17
	Social-Democratas (LSDP, centro-esquerda)	13
	Partido Trabalhista (DP, centro-esquerda)	8
	Não vinculados (independentes ou parlamentares de partidos de minorias étnicas)	10
	Vago	1

CONTEXTO RECENTE

O atual presidente Gitanas Nausėda, que tomou posse em 12 de julho de 2019, foi eleito no segundo turno das eleições lituanas com pouco mais de 70% dos votos. Nausėda construiu carreira no setor financeiro e apresentou candidatura independente de partidos políticos.



Nas eleições parlamentares de 2020, o vencedor foi a União Nacional. A União Nacional é um partido de centro-direita, vinculado ao conservadorismo, à democracia cristã, ao nacionalismo e ao liberalismo econômico. No acordo de coalizão do governo da primeira-ministra Ingrida Šimonytė (União Nacional), os partidos ressaltam seus valores em comum, prioridades para o país e concordam com a elaboração de política econômica liberal. No entanto, é possível prever impasses em algumas questões no futuro, tendo em vista as posições progressistas do Partido da Liberdade em temas como descriminalização de drogas consideradas leves e permissão para uniões estáveis entre pessoas do mesmo sexo, em detrimento do conservadorismo expresso pelos seus companheiros de governo.

POLÍTICA EXTERNA

A política externa lituana é marcada pela fronteira terrestre com a Rússia (enclave de Kaliningrado), bem como pela memória dos diversos períodos de ocupação do país, em especial, a soviética. Com a recuperação da soberania, a Lituânia voltou-se para o Ocidente. O país é membro da União Europeia e da OTAN desde 2004.

O parlamento da Lituânia aprovou, em 2016, resolução que define as prioridades de longo prazo da política externa lituana, a saber: i) atuação proativa no âmbito da União Europeia (UE) e da OTAN, com o fortalecimento dos laços transatlânticos com os EUA; ii) fortalecimento das relações com os países bálticos, nórdicos e com os outros países vizinhos; iii) cooperação internacional ativa no âmbito da ONU, da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa (OSCE), do Conselho Europeu e de outras organizações internacionais; iv) apoio às parcerias entre a UE e os países da Europa do Leste; v) estreitamento das relações entre o governo e as comunidades e organizações lituanas no exterior; vi) e preparação para a entrada da Lituânia na OCDE, o que de fato ocorreu em julho de 2018.

PAÍSES BÁLTICOS E NÓRDICOS

Além de compartilharem diversos aspectos de seu passado recente, os três países bálticos são consideravelmente integrados, legado do período soviético. Infraestruturas de produção e transmissão de energia e a rede de transportes foram desenhadas para a região báltica como um todo. Os três países enfrentam dilemas semelhantes, tais como o tratamento à minoria russa, a escolha entre a Europa e a Rússia como parceiro para o desenvolvimento e o desafio da emigração massiva combinada a baixas taxas de natalidade.

A língua lituana é falada pela grande maioria da população e a identidade lituana é forte. A percepção de uma identidade regional, calcada no passado e em desafios comuns do presente, não significa que os três países agem de modo unívoco. Ainda que de modo conjugado, os países bálticos apresentam limitada capacidade de investimento, escopo de mercado consumidor ou fatores de produção suficientes para desenvolverem sozinhos a região, de modo que, mesmo em questões de interesse regional, como defesa e energia, Lituânia, Letônia e Estônia acabam por tomar decisões individuais com parceiros fora da região. Se a relação com os demais países bálticos é prioridade da política externa lituana, a retórica é bem mais forte que os resultados.

Nessas condições, a relação entre os países nórdicos e bálticos assume papel relevante. Os países nórdicos reforçaram de forma definitiva os laços, ao terem sido os primeiros países ocidentais a reconhecer a independência - a Islândia, em fevereiro de 1991, foi o primeiro país a reconhecer a Lituânia independente - e a reabrir representações diplomáticas nos países bálticos. Desde então, os países



nórdicos têm apoiado continuamente a integração báltica à União Europeia e à OTAN. Além disso, a cooperação entre os países das duas regiões tem avançado nos temas prioritários na política externa lituana: segurança e energia.

RÚSSIA

A Lituânia detém infraestruturas essenciais para a ligação entre a Rússia e o enclave de Kaliningrado, com via de trânsito que percorre 400 km de território lituano. Dessa forma, após a adesão da Lituânia à União Europeia e ao espaço de Schengen de movimento de pessoas, tornou-se necessário estabelecer, com a Rússia, acordo de facilitação de trânsito de pessoas.

A dependência energética da Lituânia à Rússia domina a agenda bilateral. O fechamento da usina nuclear de Ignalina, exigido pela UE, aumentou o grau da dependência, pois a Lituânia passou a importar algo entre 70 e 80% de sua demanda de eletricidade da Rússia, que já detém o monopólio do fornecimento de gás ao país.

A anexação da Crimeia e o apoio militar russo aos separatistas foram fatores a reforçarem a percepção lituana de que a Rússia representa ameaça à segurança nacional e regional. Com relação ao conflito na Ucrânia, a Lituânia mantém postura de defesa das posições ucranianas. O país encontra-se em estado de emergência nas áreas de fronteira com Belarus e com Kaliningrado, e em postos de fronteira nos aeroportos e nas ferrovias.

CHINA

O governo de Beijing desaprova a aproximação entre Lituânia e Taiwan. O presidente da Câmara Legislativa de Taiwan, You Si-kun, visitou a capital Vilnius julho de 2023, ocasião em que manteve encontro com a congênere do parlamento lituano, Viktorija Milyte-Nielsen. Na ocasião, Si-kun prometeu apoiar o incremento de investimentos taiwaneses na Lituânia.

Como reação, a missão diplomática chinesa em Vilnius criticou a visita e argumentou que teria sido uma “grave violação da integridade territorial e da soberania da China, interferência em assuntos internos e desconsideração pelo direito internacional e pelas regras básicas de relacionamento internacional”.

ECONOMIA

A Lituânia foi exitosa na transição para uma economia de mercado após a independência da União Soviética. O país seguiu as orientações da União Europeia e atualmente é considerado um bom ambiente de negócios e investimentos. Da mesma forma, o país apresenta bons resultados no índice de desenvolvimento humano (IDH) das Nações Unidas.

Em 1990, a participação dos setores da economia na composição do PIB era a seguinte: serviços, 42,1%; indústria, 30,9%; e agricultura, 27,1%. Em 2020, os percentuais estimados foram: serviços, 61,6%; indústria, 25%; agricultura, 3,2%. Dessa forma, houve perda considerável da importância relativa do setor agrícola e enorme avanço do setor de serviços, o que corresponde à crescente urbanização da população e aos investimentos estrangeiros, concentrados em serviços.

A pecuária é o principal setor, com destaque para bovinos leiteiros e suínos. A maior parte do cultivo agrícola é mecanizada e as principais culturas são o cultivo de linho, beterraba, batata e legumes. O setor industrial da Lituânia contraiu-se após a desestruturação da economia soviética: entre 1992 e 1993, o produto industrial caiu 75%. Desde então, vem-se recuperando, com muitas indústrias orientadas para a exportação. As principais são a metalúrgica, máquinas e ferramentas, têxtil, equipamentos elétricos, refino de petróleo, madeira e móveis, alimentos, fertilizantes, máquinas agrícolas, equipamento ótico e componentes eletrônicos.

O setor de serviços é o maior e mais importante do país. A Lituânia tem buscado se posicionar como o principal hub de fintech da União Europeia, com objetivo de atrair investimentos internacionais.

COMÉRCIO EXTERIOR EM 2022 (ÚLTIMOS DADOS DISPONÍVEIS)

Em 2022, as exportações lituanas chegaram a US\$ 46,3 bilhões. Os principais destinos das exportações foram Letônia (13%), Polônia (9,1%) e Alemanha (8%). Os principais produtos da pauta de exportação são e óleos combustíveis (17%), mobiliário (7,6%) e veículos, exceto ferroviários (6,2%).

A Lituânia importou cerca de US\$ 55 bilhões, sobretudo de Alemanha (12% do total), Polônia (12%) e Letônia (7,8%). Os principais produtos importados foram óleos combustíveis (28%), máquinas (8,6%) e veículos (7,6%).

**CRONOLOGIA DAS RELAÇÕES BILATERAIS**

Ano	Evento
1921	Brasil reconhece a independência da Lituânia.
1991	Brasil reconhece a nova independência da Lituânia e restabelece relações diplomáticas com aquele país.
1996	Presidente Algirdas Brazauskas visita o Brasil.
2002	Visita do chanceler Celso Lafer a Vilnius, onde encontrou-se com o presidente Valdas Adamkus.
2008	Presidente Valdas Adamkus visita o Brasil.
2012	Presidente Dalia Grybauskaitė participa, no Rio de Janeiro, da Conferência Rio+20.
2015	Visita do chanceler Linas Linkevicius a Brasília.

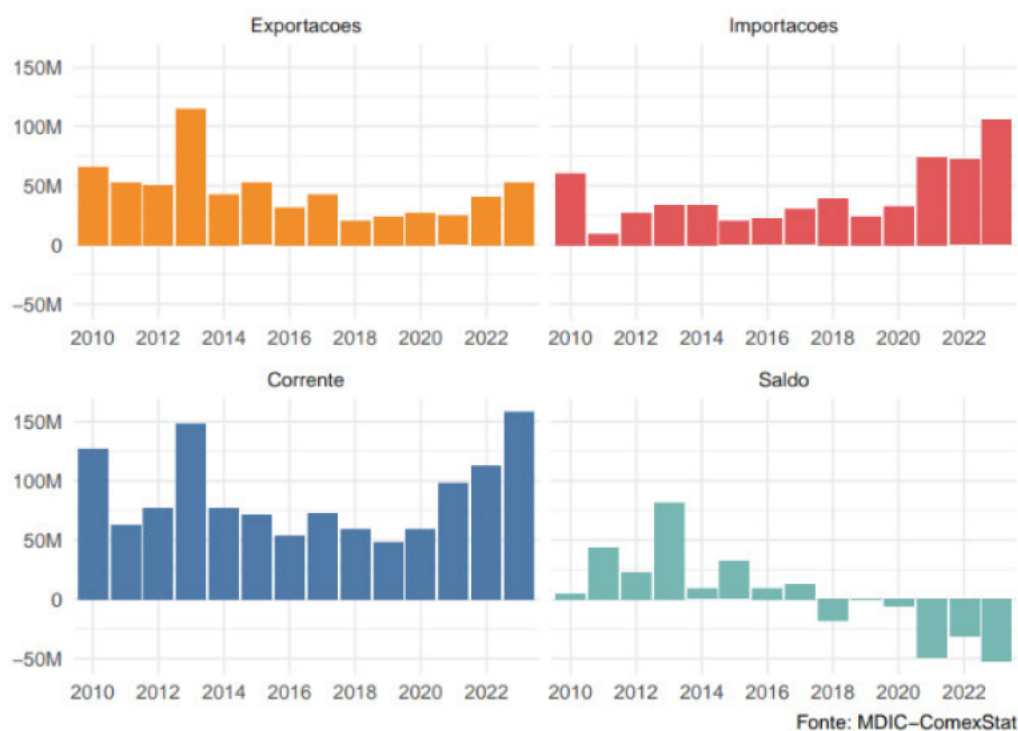
ATOS BILATERAIS VÁLIDOS

Acordo Comercial	11/11/1932	Em vigor
Tratado de Extradicação	28/09/1937	Em vigor
Acordo, por Troca de Notas, sobre Isenção de Vistos	04/11/2002	Em vigor
Acordo sobre Cooperação na Área da Cultura	16/07/2008	Em vigor
Memorando de Entendimento sobre Consultas Políticas	11/04/2011	Em vigor
Memorando de Entendimento Sobre Cooperação Econômica	20/09/2017	Em vigor
Tratado sobre Transferência de Pessoas Condenadas	26/09/2018	Em vigor
Tratado sobre Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal	02/06/2022	Tramitação Ministérios/ Casa Civil

DADOS DO COMÉRCIO BILATERAL

Material preparado pela Secretaria de Assuntos Econômicos e Financeiros (SAEF) do Ministério das Relações Exteriores. Dados do Ministério da Fazenda.

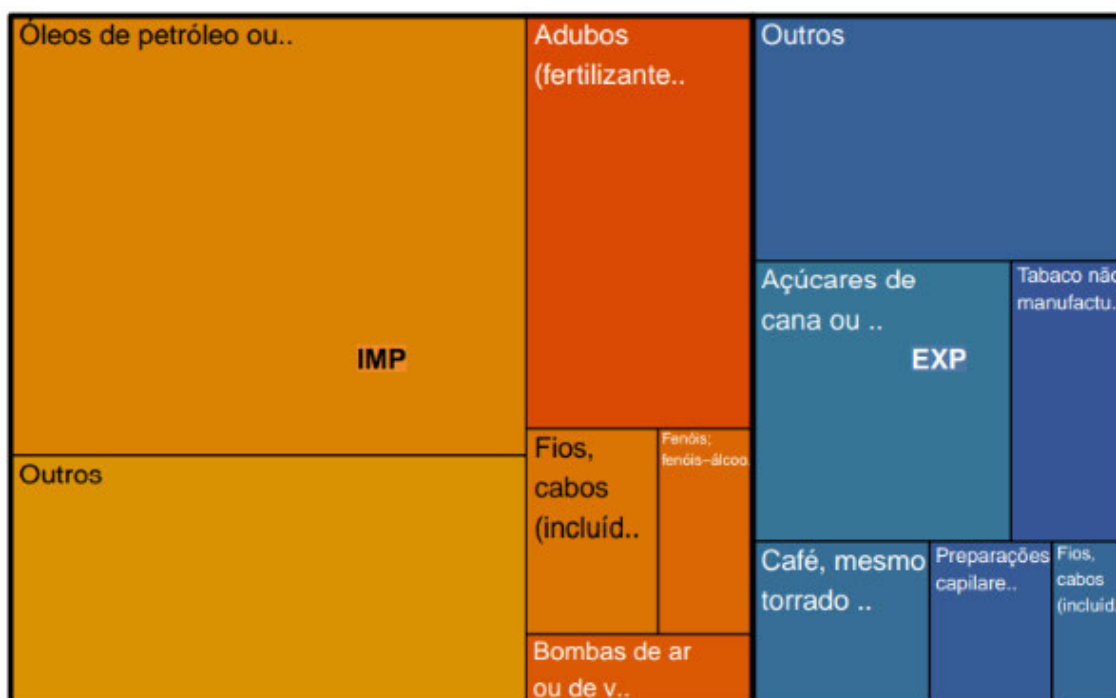
Fluxo de comércio anual



	2023	2022	2021	2020	2019
Exportacoes	53.105M (30.7%)	40.631M (66.9%)	24.352M (-9.0%)	26.746M (12.2%)	23.829M (15.1%)
Importacoes	105.71M (46.18%)	72.31M (-1.92%)	73.73M (124.97%)	32.77M (35.56%)	24.18M (-38.04%)
Saldo	-52.60M (-266%)	-31.68M (-164%)	-49.38M (-919%)	-6.03M (-1 833%)	-348K (-102%)
Corrente	158.81M (40.61%)	112.95M (15.15%)	98.08M (64.79%)	59.52M (23.98%)	48.01M (-19.62%)

	2018	2017	2016	2015	2014
Exportacoes	20.703M (-51.9%)	43.043M (36.3%)	31.578M (-39.4%)	52.103M (21.4%)	42.924M (-62.6%)
Importacoes	39.02M (30.28%)	29.95M (36.29%)	21.98M (10.56%)	19.88M (-41.62%)	34.05M (1.74%)
Saldo	-18.32M (-240%)	13.09M (36%)	9.60M (-70%)	32.23M (263%)	8.88M (-89%)
Corrente	59.72M (-18.18%)	72.99M (36.30%)	53.55M (-25.60%)	71.98M (-6.49%)	76.97M (-48.09%)

Principais produtos da pauta comercial em 2023



MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES

PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO DA EMBAIXADA DO BRASIL EM COPENHAGUE

Candidato: LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES

PERFIL DO CANDIDATO**Embaixador Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes**

Nascido no Rio de Janeiro, em 5 de junho de 1971, Leonardo Luís Gorgulho Nogueira Fernandes graduou-se em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro em 1993. Coursou o Instituto Rio Branco na turma 1993-1994.

Iniciou sua carreira diplomática como Terceiro Secretário na Divisão de Ásia e Oceania (1994 a 1997) e na Divisão de Temas Sociais (1997 e 1998). Em agosto de 1998, assumiu funções na Missão do Brasil junto às Nações Unidas, em Nova York, onde integrou a delegação brasileira ao Conselho de Segurança e assessorou as chefias em temas de paz, segurança e desarmamento. Foi promovido a Segundo Secretário em junho de 1999. Transferido para a Embaixada em Tóquio em 2002, cuidou de promoção comercial e ascendeu a Primeiro Secretário em dezembro de 2003. Em março de 2005, passou a servir na Embaixada em Quito, como responsável pelos setores econômico e de promoção comercial.

Retorna ao Brasil em 2007, como assessor do Gabinete do Ministro de Estado, responsável por temas de Nações Unidas e Oriente Médio, entre outros. Foi promovido a Conselheiro em junho de 2007 e, após ser aprovado com louvor no Curso de Altos Estudos, com a tese “A Dolarização no Equador: Implicações e Desafios no contexto da Integração Econômico-Comercial Sul-Americana”, ascendeu a Ministro de Segunda Classe em junho de 2010.

Mandado servir na Missão junto às Nações Unidas em Nova York entre 2011 e 2015, desempenhou as funções de Ministro-Conselheiro e coordenador político da delegação junto ao Conselho de Segurança. Foi em seguida Ministro-Conselheiro na Embaixada na Haia, Países Baixos, de outubro de 2015 a março de 2019, período em que também exerceu a função de representante alterno junto à Organização para a Proibição de Armas Químicas.

Em Brasília desde então, foi Coordenador-Geral de Mecanismos Interregionais e responsável pela mais recente presidência brasileira do agrupamento BRICS, em 2019. Manteve a função de sub-sherpa brasileiro até novembro de 2020, quando assumiu como Diretor do Departamento Consular. Foi

promovido a Ministro de Primeira Classe em junho de 2021. Em setembro daquele ano, passou a exercer as funções de Secretário de Comunicação e Cultura do Ministério das Relações Exteriores, cargo posteriormente convertido em Secretário de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura. Em 2023, foi nomeado Secretário de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos, cargo que exerce até o presente. Como Secretário encarregado da área consular, chefiou diversas delegações em reuniões e grupos de trabalho bilaterais.

É casado com Daniella Köhnen Abramovay Fernandes, com quem tem três filhos.

SITUAÇÃO ATUAL DO POSTO

(elaborado com base em informações enviadas pelo Embaixador Rodrigo de Azeredo Santos, antecessor no posto)

I – Relações diplomáticas

- Desde 1828, ano do estabelecimento de relações diplomáticas, o relacionamento entre Brasil e Dinamarca desenvolve-se de maneira positiva, com valores compartilhados no plano multilateral e em negociações comerciais. Com sua tradição mercantil e enfoque no comércio exterior, a Dinamarca tem sido uma das vozes favoráveis, no ambiente europeu, ao Acordo de Livre Comércio entre o Mercosul e a União Europeia.
- O Brasil constitui importante mercado para produtos e investimentos dinamarqueses, nas suas áreas de excelência, nomeadamente produtos farmacêuticos e médico-hospitalares; energias renováveis e eficiência energética; serviços digitais; serviços acessórios, inclusive digitais, à agropecuária. Os instrumentos de cooperação governo a governo seguem essas áreas de excelência. Da mesma forma, após a pandemia do COVID-19, as visitas e reuniões entre representantes de ambos os países enfatizaram investimentos em energia e infraestrutura, propriedade intelectual, promoção da inovação e tecnologia e agricultura sustentável.
- Em 2023, houve encontro entre o PR Luiz Inácio Lula da Silva e a primeira-ministra Mette Frederiksen, reunião entre ministros da Agricultura de ambos os países e visita ao Brasil do ministro da Cooperação para o Desenvolvimento e Política Climática Global da Dinamarca, Dan Jørgensen. Nessa ocasião, o ministro dinamarquês encontrou-se com os ministros das Relações Exteriores, Meio Ambiente, Minas e Energia, e Povos Indígenas. Ainda em 2023, a Dinamarca anunciou a doação de cerca de R\$ 110 milhões ao Fundo Amazônia.
- No âmbito multilateral, a Dinamarca é atuante nos temas de clima, transição energética e sustentabilidade. Nesse ensejo, embora não seja membro pleno do agrupamento, foi convidada pela atual presidência brasileira do G20 a participar de grupos de trabalho e força-tarefa específicos sobre esses temas.
- Prevê-se momento oportuno para colaboração nesses temas no segundo semestre de 2025, com a coincidência da realização da COP30 no Brasil e o exercício, pela Dinamarca, da presidência rotativa do Conselho da União Europeia.

II - Relação econômico-comercial

- Tanto as exportações como as importações, no fluxo Brasil-Dinamarca, atingiram, em 2023, os mais altos valores da série histórica, iniciada em 1997. No ano passado, as exportações brasileiras chegaram a US\$ 555 milhões e as importações da Dinamarca para o Brasil atingiram US\$ 1,255 bilhão, aumento de 18% na corrente de comércio bilateral em relação ao ano anterior. Presente desde 1999, o déficit comercial do Brasil com a Dinamarca atingiu US\$ 700 milhões em 2023, valor 22% superior ao resultado de 2022, mas menor que o déficit de 2020, de US\$ 905,7 milhões, o maior da série histórica.
- A Dinamarca subiu quatro posições (da 63ª para a 59ª posição) como destino das exportações brasileiras, entre 2022 e 2023. Em 2023, mais de metade da pauta exportada adveio da cadeia da soja: “bagaços e resíduos da extração do óleo de soja” representaram 49% do total, em valor, ao

passo que “farinhas e pellets da extração do óleo de soja” responderam por 7%. Além disso, grande parte da soja originada do Brasil e utilizada pela Dinamarca para ração animal de seu plantel de suínos e gado leiteiro é comprada de distribuidores nos Países Baixos e, portanto, não é contabilizada no fluxo comercial bilateral. Madeiras (madeira em estilhas, resíduos vegetais, compensados de madeira e madeiras tropicais perfiladas) constituíram 10% das exportações brasileiras, em 2023, e outros 10% resultaram do setor farmacêutico (medicamentos com hormônios e medicamentos com insulina, em doses), em grande parte como comércio intrafirma.

- No lado das importações para o Brasil, a Dinamarca alcançou o 36º lugar em 2023, tendo como principal item da pauta os produtos farmacêuticos e médico-hospitalares: medicamentos com hormônios polipeptídicos em doses - 35%; produtos imunológicos - 3%, aparelhos auditivos - 2% e insulina e seus sais - 2%.
- Mais da metade (52%) das exportações globais dinamarquesas tem como destino a União Europeia, principalmente para a Alemanha e Suécia. O Brasil foi o 19º mercado dos produtos e serviços dinamarqueses em 2022 (1,4% do total).
- A determinação dos agentes financeiros dinamarqueses de investir em projetos associados ao cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (SDGs) abre janela de oportunidade para o Brasil.
- Os investimentos diretos da Dinamarca no Brasil, ao final de 2022, alcançaram R\$ 10,8 bilhões. Até 2021 (dado mais recente disponível), registravam-se 130 empresas dinamarquesas com filiais no Brasil, empregando mais de 15 mil pessoas.
- A Maersk é uma das maiores empresas do mundo no setor de transporte marítimo e logística integrada (15% do “market share” mundial, com frota de 720 navios e cerca de 100 mil funcionários, em 130 países).
- No Brasil, a Maersk atua no transporte de contêineres, internacional e de cabotagem, no transporte multimodal nacional, na operação de terminais portuários e em serviços de reboque. A empresa tem estratégia de expansão no Brasil, com previsão de R\$ 4 bilhões de investimentos entre 2023 e 2025. A empresa ganhou licitação para o novo terminal no Porto de Suape, em Pernambuco.
- A empresa farmacêutica dinamarquesa Novo Nordisk foi avaliada, em janeiro de 2024, em US\$ 485 bilhões, tornando-a a 14ª-15ª empresa do mundo em valor de mercado. O sucesso de seus novos medicamentos para tratamento do diabetes e da obesidade ocasionaram lucros extraordinários em 2022 e 2023, o que estimulou que a empresa desenhasse estratégia de expansão. A Fundação Novo Nordisk é a acionista majoritária da farmacêutica e, possivelmente, a maior fundação da atualidade, com valor líquido de US\$ 107 bilhões, em 2022.
- O Brasil é o 3º maior mercado global da Novo Nordisk e a exportação de medicamentos de sua fábrica em Montes Claros/MG representa cerca de 25% da exportação total de produtos farmacêuticos do Brasil. O Brasil é, também, um dos principais polos da empresa para testes clínicos, com investimentos de R\$ 100 milhões, em 2021. A empresa vem mostrando reticência em incluir o Brasil em seus planos de expansão, em vista da grande demora na tramitação de pedidos de patentes e da decisão da Justiça brasileira que significou o encurtamento em seis anos

da vigência das patentes das moléculas mais importantes da Novo Nordisk, componentes dos medicamentos Ozempic, Wegovy e Saxenda.

- A Embaixada tem mantido contato fluido com os executivos da empresa, no sentido de facilitar encontros com autoridades brasileiras competentes e apresentar elementos sobre a conveniência e oportunidade de mais investimentos no Brasil.
- A Embaixada do Brasil tem organizado eventos multissetoriais de promoção da imagem e do ambiente de negócios do País e de oportunidade de investimentos. Em 2021, organizou missão da governadora do Rio Grande do Norte e da Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Trabalho do Estado do Ceará, ambas voltadas para atração de investimentos em energia eólica e oportunidades em infraestrutura portuária. Ainda em 2021, organizou o seminário “Brazilian and Danish Contribution to the Challenge of Sustainable Food Supply”, sobre a sustentabilidade do agronegócio brasileiro, para público dinamarquês de distribuidores e compradores de produtos agropecuários, centros de pesquisa e autoridades governamentais e reguladoras.
- Em 2022, coorganizou, com a Apex-Brasil, edição do “Brasil Investment Forum Experience” na Confederação das Indústrias da Dinamarca. O evento contou com a participação de representantes do Ministério da Economia, Ministério da Infraestrutura, BNDES e Secretaria Especial do PPI, além de representantes do setor privado. Em 2023, a Embaixada coorganizou a missão do presidente da Petrobras e delegação à Dinamarca, com reuniões e visitas a autoridades governamentais e reguladoras, parlamentares e empresas dos setores de energia renovável, hidrogênio verde, infraestruturas e serviços acessórios à indústria eólica offshore e captura e estocagem de carbono (CCS). Ainda em 2023, realizou evento de atração de investimentos e promoção do ambiente de negócios no Brasil, em colaboração com a empresa brasileira Vinci Partners, para investidores dinamarqueses. A apresentação tratou de fundos, no Brasil, voltados para investimentos sustentáveis e descarbonização e para investimentos de impacto social.

III - Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação

- O “Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação, entre o Ministério da Ciência e Tecnologia e o Ministério da Educação do Brasil e o Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação da Dinamarca”, firmado em 2011, abrigou programa que financiou US\$ 2,3 milhões para 54 projetos com parceiros brasileiros. Reuniões do comitê gestor do referido MdE foram postergadas em razão da pandemia do COVID-19. Representantes do ministério dinamarquês procurarão indicar disponibilidade de data para nova reunião do comitê gestor este ano.
- O “Memorando de Entendimento entre o Ministério do Clima, Energia e Serviços Públicos do Reino da Dinamarca e o Ministério de Minas e Energia da República Federativa do Brasil sobre Energias Renováveis e Transição Energética”, firmado em 2021, definiu como áreas de cooperação: “o armazenamento e geração de energia, integração de energia renovável variável, transmissão e distribuição de eletricidade, bem como novas tecnologias e combustíveis, como o hidrogênio”. O plano de trabalho, os objetivos e as missões têm sido negociados com o MME, a Empresa de Pesquisa Energética (EPE) e a agência reguladora ANEEL.

- Importantes empresas e fundos dinamarqueses do setor de energia (Vestas, CIP, European Energy, IFU, entre outros) possuem investimentos de longo prazo no Brasil e acompanham com atenção o estabelecimento do marco regulatório brasileiro para o mercado eólico offshore, bem como a definição de políticas sobre o hidrogênio. No ambiente de pesquisa e inovação, os centros da Universidade Técnica da Dinamarca - DTU Energy e DTU Wind - são referência internacional para tecnologia em energia eólica, eletrólise, eficiência energética e novos combustíveis. O posto tem mantido agenda de trabalho intensa com esses atores do setor privado e acadêmico.
- Na área da saúde, os ministérios da Saúde assinaram, em 2016, programa de cooperação “para apoiar a Gestão Eficiente da Saúde no Brasil”. O programa segue para a sua terceira fase, nas seguintes áreas de concentração: o aperfeiçoamento dos dados de saúde, unificação de cadastros nacionais de saúde e aperfeiçoamento da transformação digital em saúde.
- Em novembro de 2023, o presidente do Instituto Nacional da Propriedade Industrial (INPI), Júlio César Moreira, em missão à Dinamarca, assinou novo documento de cooperação entre o INPI e o Instituto de Patentes e Marcas da Dinamarca (DKPTO). A cooperação teve início em 2018 e já concluiu duas fases. Segundo o diretor do DKPTO, nas duas primeiras fases da cooperação com o Brasil, foram aplicados 1 milhão de euros, e há previsão de gastos de mais 1 milhão para a terceira fase.
- Apesar de suas pequenas dimensões, a Dinamarca é um importante ator no mercado internacional de laticínios e carne suína e derivados e produz três vezes mais alimentos do que consome. A agropecuária representa quase 25% das exportações de bens e ocupa mais de 65% do território do país. O setor agroalimentício dinamarquês, com forte participação de cooperativas, trabalha em estreita colaboração com os setores de pesquisa e inovação, por meio de parcerias público-privadas, mas tem sido altamente pressionado a contribuir para as metas nacionais de redução das emissões de gases do efeito estufa e aprofundar seus processos de descarbonização. As soluções do setor incluem iniciativas de potencial interesse para o agronegócio brasileiro. Nesse contexto, o Ministério da Agricultura e Pecuária propôs instrumento bilateral de cooperação sobre agricultura sustentável, em 2023. O ministério dinamarquês elaborou contraproposta e recebeu, em dezembro, novos comentários e esclarecimentos do MAPA. Espera-se que a negociação do texto seja concluída ainda no primeiro semestre de 2024.
- A Embaixada tem buscado promover, junto a atores locais e brasileiros, a oportunidade de apresentar projetos ao amparo do programa dinamarquês "Global Innovation Network Programme" - GINP, instrumento do Ministério do Ensino Superior e Ciência da Dinamarca para estimular parcerias em pesquisa e inovação entre a Dinamarca e 12 países prioritários, inclusive o Brasil.
- Em reunião virtual com a Embrapii - Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, em janeiro de 2024, a Embaixada apresentou possíveis parceiros na Dinamarca para o estabelecimento de colaborações nas áreas de eletromobilidade e redes elétricas inteligentes; tecnologias quânticas; inteligência artificial; agricultura digital; conectividade 5G e 6G; terapias médicas avançadas; sensoriamento inteligente para a indústria; segurança cibernética; biodiversidade, biomimética e biorefinaria.

IV – Cooperação Cultural

- Em nota à imprensa, em junho de 2023, o Museu Nacional da Dinamarca anunciou a doação ao Museu Nacional do Rio de Janeiro (MNRJ) de artefato histórico, manto tupinambá, que compõe o acervo da instituição dinamarquesa, e cuja origem remonta à presença holandesa no Brasil no século XVII. O chefe do Posto intermediou os contatos entre os diretores de ambos os museus e com as lideranças do povo Tupinambá de Olivença. O manto tupinambá deverá compor a exposição permanente do MNRJ a partir da primeira fase de reabertura da instituição, que está prevista para junho de 2024. Além da transferência do artefato, a colaboração entre os museus inclui registro e pesquisa conjunta.
- A Embaixada do Brasil mantém parceria de quase duas décadas com a Cinemateca de Copenhague, que abriga o Instituto Dinamarquês de Cinema. Anualmente, o festival latino-americano da Cinemateca inclui títulos recomendados pela Embaixada, que também propõe mostras brasileiras a cada ano. Além disso, os principais festivais de cinema da Dinamarca costumam selecionar filmes brasileiros para a mostra competitiva ou mostras paralelas, e a Embaixada colabora para divulgar a participação brasileira e trazer os diretores para os eventos.
- Outra parceria longa dá-se com o Programa de Estudos Brasileiros do Departamento de Estudos Globais da Universidade de Aarhus, a segunda maior cidade do país. Em abril de 2023, o Programa de Estudos Brasileiros promoveu a “Brazil Week”, semana de eventos multidisciplinares - palestras, debates, apresentações artísticas, documentário - aberta aos estudantes da universidade e à comunidade local.
- O programa de apoio à tradução da Fundação Biblioteca Nacional (FBN) tem sido importante promotor da literatura brasileira na Dinamarca e a Embaixada envia esforços para apoiar o programa e ampliar a divulgação das obras traduzidas junto à sociedade dinamarquesa.
- Nesse sentido, a Embaixada em Copenhague promoveu, em janeiro de 2023, em parceria com a Cinemateca de Copenhague e com a editora Multivers, o lançamento da tradução para o dinamarquês do clássico “Macunaíma”, de Mário de Andrade. A tradução foi apoiada com recursos do Programa da FBN. No final do mesmo ano, na data dos 46 anos de falecimento de Clarice Lispector, foi realizado tributo à escritora, com o lançamento das traduções para o dinamarquês dos livros “Todas as Cartas” e “Todas as Crônicas” e venda de todas as obras de Lispector já traduzidas.
- Em 2022, a Embaixada realizou série de eventos comemorativos do bicentenário da Independência. Em 22/06, organizou concerto do violonista Yamandu Costa na prestigiosa sala de concertos da Biblioteca Real da Dinamarca, para público de 500 pessoas. Em 16/09, na sala de concertos da DR (o sistema radiotelevisivo estatal), a Embaixada organizou o concerto da NEOJIBA (Núcleos Estaduais de Orquestras Juvenis e Infantis da Bahia), orquestra de mais de cem jovens músicos, que promove inclusão social, formação educacional, musical e profissional. De a 14 a 16/09, apoiou oficina, no Museu Nacional da Dinamarca, da artesã indígena Glicéria Tupinambá e da professora do Museu Nacional/UFRJ, Renata Curcio Valente.
- Em julho de 2023, a Embaixada apoiou a participação da delegação do Conselho de Arquitetura e Urbanismo do Brasil (CAU/BR), do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e do governo do estado do Rio de Janeiro no Congresso da União Internacional dos Arquitetos, em Copenhague.

- A Embaixada trouxe para a Dinamarca, em setembro de 2023, com apoio do Instituto Guimarães Rosa e do Governo do Distrito Federal, o grupo “Choro Livre”, do Clube do Choro de Brasília, para apresentação no Rytisk Musikonservatorium, em Copenhague. Ainda no mês de celebração da Independência, organizou exibição das obras do artista plástico pernambucano Jaido Marinho.
- Entre setembro e outubro de 2023, a Embaixada realizou a primeira edição das Olimpíadas de Português como Língua de Herança (OPLH) na Dinamarca, com participação de mais de cinquenta crianças de ascendência brasileira. A OPLH-Dinamarca foi realizada em parceria com a associação Brasileirinhos-DK e os participantes foram premiados com livros de literatura infanto-juvenil em língua portuguesa.

V – Setor Consular

- Em 2023, o Setor Consular da Embaixada em Copenhague registrou aumento significativo na demanda por serviços, em linha com o crescimento no número de brasileiros residentes em sua jurisdição, que alcançou 5.982, 10% a mais que o número registrado em 2022. Nota-se, ainda, mudança no perfil do brasileiro residente: a partir de 2016, o número de novas permissões de residência por razão de negócios ou trabalho, para brasileiros na Dinamarca, superou a concessão de vistos de estudo. O crescimento da comunidade brasileira residente refletiu-se na produção de documentos no setor consular, com aumento de 19% no número de passaportes emitidos e de 10%, tanto nos registros de nascimento ou casamento como na renda consular mensal média.
- Vale notar que o Setor Consular de Copenhague também presta serviços para a comunidade brasileira que reside no sul da Suécia, devido à proximidade daquela região com a capital da Dinamarca. Estima-se que a comunidade brasileira residente na segunda e terceira maiores cidades da Suécia, Gotemburgo e Malmö, seja de cinco mil indivíduos.
- O Setor Consular da Embaixada em Copenhague tem atuado de forma diligente e eficaz na proteção e assistência aos nacionais brasileiros residentes ou em trânsito. Além de oferecer serviços consulares no balcão de atendimento, o setor mantém comunicação constante com as autoridades locais, na defesa dos interesses e direitos dos brasileiros, bem como na apresentação da visão brasileira sobre temas que favorecem a integração da comunidade à sociedade local.
- Por iniciativa da Embaixada, foi proposto acordo bilateral para concessão de visto na modalidade “férias-trabalho” para jovens entre 18 e 30 anos. A proposta foi apresentada ao lado dinamarquês em dezembro de 2023.
- Tem crescido o número de casos que chegam ao Setor Consular relativos a alienação parental. De modo a sensibilizar as autoridades locais sobre o problema, foram realizadas reuniões com o Ministério da Assistência Social, o Ministério da Justiça, parlamentares, Associação de Abrigos de Mulheres e a Agência de Direito da Família.
- A população carcerária brasileira na Dinamarca é pequena, mas o Setor Consular da Embaixada mantém estreito contato com a Agência de Administração Penitenciária e com o Ministério da Justiça, de modo a avançar nas tratativas para transferência de nacionais brasileiros interessados em cumprir o restante de suas sentenças no Brasil.

LITUÂNIA (CUMULATIVIDADE)

- Após a apresentação de credenciais, o chefe do Posto deslocou-se à Lituânia cinco vezes, em 2022 e 2023, para encontros do corpo diplomático com o Presidente da República, reuniões com a chancelaria e com outros Ministérios, reuniões com o setor privado e com a Universidade de Vilnius, e visita à cidade portuária de Klaipeda.
- Há histórico positivo de apoio da Lituânia a candidaturas brasileiras no ambiente multilateral, como também de apoio mútuo de candidaturas. A Lituânia apoiou o Brasil na eleição para assento não-permanente no CSNU, mandato 2022-23, em junho de 2021.
- Prevê-se reunião do mecanismo de consultas políticas bilaterais no segundo semestre de 2024.
- O Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica entre os dois países, firmado em 2017, enseja implementação, preliminarmente por meio de estabelecimento de Grupo de Trabalho Conjunto e definição de áreas focais.
- O acordo bilateral sobre transferência de pessoas condenadas, firmado em 2018, foi ratificado por ambos os países e entrou em vigor em 2023. A Lituânia ratificou o acordo bilateral de cooperação em matéria penal em 2022. No Brasil, o acordo será ainda enviado ao Congresso Nacional.
- A Lituânia propôs acordo de cooperação educacional em 2022. O lado brasileiro confirmou interesse na matéria, e deve brevemente apresentar contraproposta.
- A Lituânia detém expertise na operação de terminais de gás natural liquefeito (GNL). Em 2020, a empresa lituana Klaipėdos Nafta começou a operar o terminal de GNL no Porto de Açu/RJ, em contrato de 13 anos de duração.
- Entre 2019 e 2023, as exportações brasileiras para a Lituânia dobraram em valor, de US\$ 23,8 milhões para US\$ 53 milhões. Os principais itens da pauta exportadora são commodities como açúcar, café e tabaco, mas produtos industrializados alcançaram bons resultados em 2022 e 2023: exportações de “preparações capilares” foram de US\$ 2,3 milhões em 2022 e de US\$ 4,1 milhões em 2023; “fios, cabos e outros condutores” passaram de US\$ 1,3 milhão em 2022 para US\$ 2,5 milhões em 2023.
- Entre 2019 e 2023, as importações da Lituânia pelo Brasil praticamente quintuplicaram, de US\$ 24,2 milhões para US\$ 105,7 milhões, com pauta extremamente concentrada. Fertilizantes químicos representaram mais de 30% das importações para o Brasil, em 2022. Em 2023, dos US\$ 105,7 milhões importados, 45% foram de derivados de petróleo e outros 18%, de fertilizantes químicos. Apesar de não ser grande produtora de petróleo, a Lituânia consegue exportar derivados de petróleo em razão da capacidade de sua refinaria Mazeikiai. Ademais, a dificuldade de acesso direto a produtos de origem russa ou bielorrussa, em razão da guerra na Ucrânia e das sanções aplicadas, fortaleceu a posição reexportadora da Lituânia.
- Desde fevereiro de 2022, a Lituânia suspendeu o trânsito de fertilizantes de origem belarussa por ferrovias do país – Belarus não tem acesso ao mar e parte significativa das exportações de cloreto de potássio (“potash”), inclusive para o Brasil, dependia da utilização do porto lituano de Klaipėda. As sanções são determinadas no âmbito da União Europeia, mas a suspensão do trânsito de carga destinada a terceiros países foi decisão lituana. O Brasil era um dos principais compradores de fertilizante potássico de Belarus. O impedimento do trânsito desse produto pela Lituânia impactou o preço internacional do produto e aumentou o tempo e a incerteza de entrega, com prejuízo para

toda a cadeia do agronegócio. Nesse contexto, foram realizadas repetidas gestões junto ao governo lituano e, em conjunto com a missão do Brasil junto à União Europeia, sublinhado que a suspensão do trânsito de carga para países não-membros da União Europeia provoca efeito extraterritorial da sanção, com consequências deletérias para a segurança alimentar internacional.

- Os dados mais recentes (2022) relativos à Lituânia indicam reduzida comunidade de 159 pessoas provenientes do Brasil (aumento de 83% com relação a 2021). Esses nacionais são, em sua maioria, registrados como cidadãos europeus binacionais residentes na Lituânia. O Brasil conta com ativo cônsul honorário na capital, Vilnius.
- O Setor Consular tem fortalecido a cooperação com os Ministérios da Justiça e do Interior, bem como estabeleceu protocolo de atendimento aos brasileiros que chegam à Lituânia, vindos do Leste.
- Em 2023, o Setor Consular atuou diretamente na defesa dos direitos de uma dezena de nacionais brasileiros em situação de “servidão por contrato”, na Lituânia. O chefe do Setor Consular deslocou-se a Vilnius e manteve reuniões com autoridades da Justiça do Trabalho e com representantes da empresa empregadora. Estabeleceu contato com escritório de representação da empresa no Brasil e com autoridades brasileiras no Ceará, Estado de origem do grupo de brasileiros, a fim de prestar esclarecimentos e prevenir novas ocorrências.

MAPA ESTRATÉGICO INSTITUCIONAL DO MRE (PEI-MRE) ¹**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como organização capacitada a maximizar a geração de benefícios concretos para a população brasileira e a contribuir mais intensivamente para o desenvolvimento nacional, por meio de atuação diplomática no mais alto padrão de excelência.

MISSÃO

Planejar e executar com excelência a Política Externa definida pela Presidência da República, com vistas a promover, defender e representar os interesses do Brasil em suas relações internacionais, bem como prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão no exterior.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS INSTITUCIONAIS

1. Ampliar as parcerias políticas e a inserção econômica competitiva do Brasil no mundo, com foco na prosperidade da sociedade brasileira.
2. Promover a imagem e cultura do Brasil no exterior.
3. Promover serviços consulares de qualidade.
4. Ampliar a influência do Brasil nos processos decisórios internacionais.
5. Fortalecer relações bilaterais e com blocos regionais.
6. Intensificar a promoção dos produtos, da imagem e da cultura brasileiros no exterior
7. Aperfeiçoar a oferta e a qualidade dos serviços de assistência a cidadãos brasileiros no exterior.
8. Aprimorar práticas de governança, gestão e transparência.

¹ O mapa estratégico institucional do Ministério das Relações Exteriores (MRE) foi estabelecido no âmbito do Planejamento Estratégico Institucional do MRE (PEI-MRE), iniciado em janeiro de 2020. O planejamento estratégico dos postos se alinha ao PEI-MRE que, por sua vez, está alinhado ao PPA 2020-2023.

MAPA ESTRATÉGICO DO POSTO**VISÃO**

Ser reconhecida pela sociedade como entidade de referência na promoção das relações do Brasil com o Reino da Dinamarca e com a República da Lituânia, buscando defender, apoiar e avançar os interesses brasileiros no relacionamento com esses países, mediante gestões e ações no âmbito da competência do Posto.

MISSÃO DO POSTO

Defender, promover e representar os interesses do Brasil em suas relações com o Reino da Dinamarca e com a República da Lituânia, tanto nos âmbitos intergovernamentais quanto com os setores privados locais e as sociedades civis dinamarquesa e lituana; prestar serviços consulares de qualidade ao cidadão brasileiro nesses países; e fomentar parcerias e cooperação com entidades e órgãos oficiais dos dois países.

VALORES

Profissionalismo. Sentido de Missão. Excelência. Integridade.

OBJETIVOS ESTRATÉGICOS DO POSTO

1. Promover e conduzir iniciativas na Dinamarca e na Lituânia, em consonância com a Política Externa Brasileira, que permitam ampliar e aprofundar as relações bilaterais nos diversos setores do relacionamento;
2. Fomentar a parceria política em temas de interesse comum com a Dinamarca e a Lituânia;
3. Buscar convergência de posições e esclarecer, de modo proativo, as posições do Brasil no ambiente multilateral;
4. Aprofundar e promover novas parcerias em Ciência, Tecnologia e Inovação entre nichos e centros de excelência na Dinamarca e no Brasil;
5. Buscar estabelecer mecanismos para a cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação com a Lituânia;
6. Contribuir para o bom andamento dos programas e atividades bilaterais de cooperação vigentes e identificar oportunidades de novas frentes de cooperação;
7. Organizar atividades de promoção do ambiente de negócios no Brasil e de atração de investimentos;
8. Promover interesses comerciais, bem como produtos e serviços nacionais brasileiros mediante campanhas e eventos em apoio ao empresariado brasileiro;
10. Aprimorar e expandir mecanismos de concertação e de consultas entre setores especializados de ambos os governos;
11. Buscar o apoio dos dois países a candidaturas brasileiras a postos em organismos internacionais;

12. Promover a imagem e os vários aspectos da cultura brasileira na Dinamarca e na Lituânia, como forma de divulgar a identidade nacional, os valores e a riqueza do patrimônio cultural brasileiro em suas diversas formas;
13. Oferecer serviços consulares de qualidade e com agilidade ao público brasileiro, bem como a estrangeiros interessados em vistos, legalização de documentos e outros serviços oferecidos pelo setor consular;
16. Acompanhar e informar sobre os desdobramentos geopolíticos na região, com vistas à defesa dos interesses nacionais do Brasil.

METAS E INDICADORES POR TEMA INDICADO PELA CRE

I - Promoção de comércio e investimentos**METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO***Atração de investimentos*

- Apoiar missões de empresas e atores institucionais do Brasil à Dinamarca com foco na atração de investimentos;
- Mobilizar associações empresariais e setoriais e outros atores institucionais no Brasil sobre as oportunidades de relacionamento com investidores dinamarqueses;
- Apoiar a consolidação de mecanismos de diálogo que possam fomentar o intercâmbio e cooperação bilateral, bem como a aproximação entre Mercosul e União Europeia;
- Identificar as prioridades e nichos de atuação dos investidores dinamarqueses em seus portfólios no exterior, bem como mecanismos e fundos que facilitem ou alavanquem esses investimentos;
- Manter relacionamento com os principais investidores institucionais na Dinamarca e com as empresas dinamarquesas com investimentos no Brasil;
- Receber demandas de empresas dinamarquesas sobre negócios no Brasil e facilitar a interlocução com os órgãos competentes, conforme o caso;
- Prospectar associações setoriais, clusters e outros arranjos empresariais que possam receber delegações brasileiras para captação de investimentos ou realizar missão de investimentos ao Brasil;
- Organizar eventos de atração de investimentos na jurisdição do Posto.

Promoção comercial

- Colaborar para a arregimentação de empresas dinamarquesas para projetos compradores no Brasil e para encontros de negócios em pavilhões do Brasil em feiras comerciais de grande porte na Europa;
- Responder a demandas de exportadores brasileiros sobre potenciais compradores e distribuidores de produtos brasileiros na Dinamarca;
- Facilitar a aproximação entre exportadores brasileiros e potenciais compradores e distribuidores na Dinamarca;
- Encorajar exportadores brasileiros a incluírem a Dinamarca em seu roteiro de promoção comercial na Europa, em feiras e congressos, “road shows” ou ações individuais diretas no mercado local;
- Produzir e atualizar informações sobre os requisitos para a exportação de produtos para a Dinamarca;
- Promover eventos de degustação e apresentação de produtos brasileiros e marcas junto a público selecionado;

- Monitorar e relatar sobre alterações legislativas ou de práticas alfandegárias ou tarifárias que representem oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros nos mercados da jurisdição do Posto;
- Monitorar e relatar movimentos de empresas e setores produtivos específicos na jurisdição do Posto, que possam constituir oportunidade ou ameaça para a inserção de produtos brasileiros no mercado internacional.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre questões comerciais e de investimentos.
- Número de encontros virtuais ou presenciais, gestões e outras ações sobre acordo UE-Mercosul.
- Número de consultas comerciais de empresas brasileiras atendidas pelo Setor de Promoção Comercial;
- Número de encontros com empresários, investidores e representantes de associações industriais ou comerciais do Brasil, da Dinamarca e da Lituânia, com foco em aumentar o fluxo de comércio e de investimentos.
- Número e escopo de ações de promoção de produtos brasileiros e de atração de investimentos organizadas pela Embaixada;
- Número de telegramas ou outros materiais sobre o ambiente de negócios local, sobre oportunidades ou ameaças para a inserção de produtos brasileiros, sobre requisitos para a exportação de produtos para a Dinamarca ou Lituânia.

II - Relações políticas bilaterais com Dinamarca e Lituânia

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Apoiar a negociação de instrumento para estabelecer parceria estratégica bilateral com foco em desenvolvimento sustentável, transição energética, descarbonização da economia, economia circular e bioeconomia;
- Apoiar a retomada dos mecanismos de consultas políticas Brasil-Dinamarca e Brasil-Lituânia, ambos com possibilidade de reunião em 2024;
- Acompanhar e informar sobre a participação dinamarquesa, a convite do Brasil, nos Grupos de Trabalho do G20 sobre Transição Energética, Sustentabilidade e Temas Digitais e na Força Tarefa sobre Clima, em 2024;
- Apoiar o Grupo de Amizade Brasil-Dinamarca estabelecido, em 2023, no Congresso Nacional;
- Monitorar possibilidades de convergência de posições e atuação conjunta no ensejo da realização da COP30 no Brasil em 2025, concomitante com o exercício, pela Dinamarca, da presidência rotativa do Conselho da União Europeia;
- Realizar gestões, junto ao governo local, para retomar a negociação de propostas de acordo não finalizadas;

- Estimular e apoiar visitas de autoridades brasileiras à Dinamarca e à Lituânia e de autoridades dinamarquesas e lituanas ao Brasil;
- Intensificar os canais regulares de diálogo e interação com o Ministério de Negócios Estrangeiros da Lituânia;
- Reforçar, junto às contrapartes brasileiras competentes, o interesse na conclusão da negociação ou ratificação de instrumentos bilaterais com a Lituânia já firmados ou com proposta apresentada ao lado brasileiro;
- Trocar informações sobre temas da agenda global, no âmbito multilateral ou regional, com as chancelarias dinamarquesa e lituana;
- Buscar a concertação de posições sobre temas globais e multilaterais, e, sob instruções do governo brasileiro, buscar o apoio da Dinamarca e da Lituânia a candidaturas brasileiras em foros multilaterais;
- Acompanhar, relatar e analisar os eventos de política interna e externa e de caráter econômico da Dinamarca e da Lituânia, tomando como premissa o interesse do governo brasileiro em temas da agenda atual;
- Elaborar materiais informativos sobre o Reino da Dinamarca e a República da Lituânia para atender a demandas oriundas do MRE ou de outros órgãos públicos brasileiros.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Agendamento das reuniões de consultas políticas com ambos países.
- Escopo da pauta das reuniões de consultas políticas.
- Retomada da reunião do comitê gestor do MdE em C, T & I, com confirmação de data, delegação e pauta.
- Número e pauta das notas verbais enviadas e recebidas das chancelarias dinamarquesa e lituana.
- Contabilização das gestões em prol de candidaturas brasileiras.
- Contabilização das gestões presenciais realizadas na Lituânia.
- Contabilização das gestões realizadas pela negociação e conclusão de acordos bilaterais, inclusive notas verbais, encontros presenciais e reuniões virtuais.
- Contabilização das gestões presenciais realizadas na Dinamarca sobre concertação de posições no ambiente multilateral.
- Número de telegramas do Posto sobre temas de política interna e externa e economia da Dinamarca e da Lituânia.
- Número de reuniões, presenciais e virtuais, dos diplomatas e demais funcionários do Quadro da Embaixada com autoridades locais.
- Número de visitas de autoridades brasileiras à Dinamarca e à Lituânia e de autoridades dinamarquesas e lituanas ao Brasil.

III - Promoção da imagem do país, da cultura brasileira e da língua portuguesa e cooperação em cultura

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Explorar oportunidades de estabelecimento de programas bilaterais de pesquisa e acesso ao legado de Peter Wilhelm Lund, cientista dinamarquês considerado o pai da paleontologia brasileira.
- Procurar desenvolver candidatura dinamarquesa-brasileira dos arquivos documentais de Lund, encontrados em ambos os países, ao Programa Memória do Mundo da UNESCO.
- Dar continuidade a exercício de aproximação com o Museu de História Natural, que contém o acervo dos achados arqueológicos e paleontológicos de Lund no Brasil.
- Manter o bom relacionamento com a Cinemateca de Copenhague e com os curadores dos festivais de cinema na Dinamarca, a fim de dar continuidade à participação de diretores brasileiros nos festivais, garantir a inclusão de títulos de qualidade no festival latino-americano da Cinemateca e realizar outros eventos de promoção do cinema nacional.
- Dar continuidade ao apoio ao lançamento e divulgação de obras traduzidas ao amparo do programa da Fundação Biblioteca Nacional.
- Apoiar iniciativas de fomento para a formação de novos tradutores do português (variante brasileira) para o dinamarquês.
- Explorar novas tratativas de aproximação com universidades dinamarquesas relativas ao estabelecimento de leitorado no país.
- Aprofundar a parceria com o Programa de Estudos Brasileiros da Universidade de Aarhus, a fim de facilitar a realização de atividades de promoção cultural e da literatura naquela cidade.
- Continuar e parceria com a Associação Brasileirinhos-DK para fortalecer a promoção da língua portuguesa, os elos afetivos e culturais da diáspora-mirim com o Brasil, inclusive com atividades como as Olimpíadas de Português como Língua de Herança em outras regiões da Dinamarca.
- Identificar continuamente os artistas brasileiros na jurisdição do Posto com os quais se possa realizar parcerias.
- Buscar continuamente estabelecer parceria com empresas privadas dinamarquesas com interesses no Brasil que possam copatrocinar eventos culturais brasileiros de maior custo.
- Manter relacionamento com organizadores de festivais culturais e importantes estabelecimentos culturais da Dinamarca para identificar oportunidade de inserção de artistas brasileiros em sua programação.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de eventos, escopo e público alcançado na área cultural realizados com participação e apoio do Posto.
- Número de artigos, na jurisdição do Posto e no Brasil, sobre eventos culturais apoiados ou organizados pela Embaixada ou outra atuação da Embaixada na promoção da cultura brasileira.
- Número de acessos nas mídias sociais do Posto.

- Número de reuniões, videoconferências e conferências telefônicas realizadas com artistas e produtores brasileiros, organizadores de eventos culturais e representantes de estabelecimentos culturais na jurisdição do posto.
- Número de reuniões e eventos realizados com o Programa de Estudos Brasileiros da Universidade de Aarhus e com a Brasileirinhos-DK.

IV - Cooperação em ciência, tecnologia e inovação

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Na negociação de instrumento para estabelecer parceria estratégica bilateral, apoiar a inclusão de aspectos de cooperação em ciência, tecnologia e inovação;
- Promover a retomada das reuniões do comitê gestor do Memorando de Entendimento sobre Cooperação em Ciência, Tecnologia e Inovação;
- Colaborar com os entes executores, no Brasil, dos projetos de cooperação em andamento com a Dinamarca, no sentido de garantir a inclusão de temas e atividades de cooperação em ciência, tecnologia e inovação do interesse do lado brasileiro.
- Identificar novas áreas de possível cooperação bilateral em ciência e tecnologia e potenciais parceiros, no Brasil e na Dinamarca.
- Acompanhar as iniciativas de Diplomacia da Inovação no Brasil e as entidades brasileiras disponíveis para executar atividades de Diplomacia da Inovação na Dinamarca.
- Estimular contatos entre universidades, agências governamentais e institutos de pesquisa do Brasil, da Dinamarca e da Lituânia.
- Fomentar e apoiar visitas, em ambas as direções, de representantes de instituições científicas e tecnológicas dos dois países, bem como de autoridades do setor de ciência e tecnologia.
- Mapear a diáspora científica brasileira na Dinamarca, em universidades, institutos de pesquisa e empresas. Buscar inserir esses pesquisadores brasileiros nas redes de diáspora científica brasileira já existentes na Europa.
- Dar continuidade a interlocução iniciada com Sebrae e EMBRAPA, no sentido de realizar missão e estabelecer programa de parceria ou pesquisa conjunta com contrapartes dinamarquesas.
- Aprofundar o relacionamento com associações que congregam ecossistemas de inovação na Dinamarca, tais como Nordic Fintech e Sustainery.
- Explorar possibilidades de cooperação bilateral em ciência, tecnologia e inovação com a Lituânia, em seus nichos de excelência, particularmente altas tecnologias aplicadas à saúde, tecnologias a laser e semicondutores.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de encontros e consultas com interlocutores da área de C, T & I.
- Número de reuniões realizadas ao amparo de instrumentos bilaterais em vigor e resultados das reuniões.

- Número de atividades realizadas atinentes à negociação e conclusão de parceria estratégica bilateral, com foco em cooperação em C, T & I.
- Número de atividades de mapeamento de pesquisadores brasileiros na diáspora científica e número de pesquisadores identificados, na jurisdição do Posto.
- Realização de palestras e atividades de sensibilização de interlocutores do setor de C, T & I sobre oportunidades de cooperação e parceria bilateral.
- Número de visitas de representantes de instituições e autoridades no setor de C, T & I, em ambas as direções, apoiadas pela Embaixada.

V – Apoio à comunidade brasileira

METAS PRIORITÁRIAS DA GESTÃO DO CANDIDATO

- Aprimorar a assistência consular e a provisão de documentos aos cidadãos brasileiros.
- Aprofundar a comunicação e difusão de temas de interesse da comunidade por meio das redes sociais do posto.
- Promover a reativação do Consulado Honorário em Aarhus, a segunda maior cidade da Dinamarca.
- Apoiar iniciativas de empreendedorismo da diáspora brasileira, inclusive da Associação de Empreendedores Brasileiros Dinamarca - AEBD.
- Dar continuidade ao apoio às atividades do grupo "Brasileirinhos-DK", grupo de pais de crianças brasileiras ou descendentes de brasileiros, com foco na divulgação da cultura brasileira e no português como língua de herança.
- Apoiar a expansão das atividades do grupo "Brasileirinhos-DK" para além da região metropolitana de Copenhagen.
- Organizar nova edição das Olimpíadas de Português como Língua de Herança (OPLH).
- Estimular iniciativas de cunho cultural realizadas pela diáspora brasileira.
- Apoiar o grupo de psicólogos brasileiros na jurisdição da Embaixada a realizar nova edição da campanha de saúde mental "Setembro Amarelo".
- Manter o Consulado Honorário em Vilnius, Lituânia, preparado para prestar assistência e serviços consulares cabíveis, nos termos do novo Regulamento Consular Brasileiro;
- Manter o bom relacionamento com autoridades locais como a Polícia de Imigração, Agência de Imigração; Agência de Direito da Família;
- Monitorar a possível implementação do formulário eletrônico para ingresso de brasileiros na União Europeia e as tratativas da Dinamarca de estabelecer penitenciária fora do território dinamarquês (em Kosovo) para pessoas condenadas sem nacionalidade europeia.
- Monitorar o contexto de segurança na Lituânia e atualizar, conforme necessário, o plano de contingência;
- Realizar visitas aos nacionais presos na jurisdição do posto.

INDICADORES PARA MENSURAR O CUMPRIMENTO DAS METAS

- Número de informações elaboradas pela Embaixada sobre mapeamento, apoio e assistência consular à comunidade brasileira na Dinamarca e na Lituânia.
- Número de reuniões da Embaixada com as associações brasileiras.
- Número de eventos culturais e de confraternização com a comunidade brasileira com apoio da Embaixada.
- Número de consulados itinerantes realizados e de documentos neles emitidos.
- Número de visitas a penitenciárias e contatos realizados com autoridades penitenciárias e advogados de defesa de brasileiros condenados.
- Número de reuniões e gestões realizadas junto às autoridades locais nas áreas de competência de interesse da comunidade brasileira.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Alessandro Vieira

RELATÓRIO Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre a Mensagem (SF) nº 2, de 2024, da Presidência da República, que *submete à apreciação do Senado Federal, nos termos do art. 52, inciso IV, da Constituição, e do art. 39, combinado com o art. 41, da Lei nº 11.440, de 29 de dezembro de 2006, a indicação do Senhor LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.*

Relator: Senador **ALESSANDRO VIEIRA**

Vem ao exame desta Casa a indicação que o Presidente da República faz *do Senhor LEONARDO LUÍS GORGULHO NOGUEIRA FERNANDES, Ministro de Primeira Classe da Carreira de Diplomata do Ministério das Relações Exteriores, para exercer o cargo de Embaixador do Brasil no Reino da Dinamarca e, cumulativamente, na República da Lituânia.*

Conforme o art. 52, inciso IV, da Constituição Federal é competência privativa do Senado Federal apreciar previamente, e deliberar por voto secreto, a escolha dos chefes de missão diplomática de caráter permanente.

Nesse sentido e em atendimento ao previsto no art. 383 do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) encaminhou currículo do indicado.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Nascido em 5 de junho de 1971, obteve o diploma de bacharel em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) no ano de 1993. No ano seguinte, no Instituto Rio Branco, o diplomata concluiu o Curso de Preparação à Carreira Diplomática, e, em 2007, o Curso de Altos Estudos, oportunidade em que defendeu a tese “O Brasil e a Dolarização no Equador: implicações e desafios no contexto da integração econômico-comercial sul-americana”.

Foi nomeado Terceiro-Secretário em 1994; Segundo-Secretário em 1999; Primeiro-Secretário em 2003; Conselheiro em 2007; a Ministro de Segunda Classe em 2010; e Ministro de Primeira Classe em 2021.

No Brasil e no exterior, desempenhou diversas funções, entre as quais destacamos: Segundo e Primeiro-Secretário na Embaixada em Tóquio, de 2002 a 2005; Primeiro-Secretário da Embaixada em Quito de 2005 a 2007; Assessor no Gabinete do Ministro de Estado, responsável por Nações Unidas, Oriente Médio, África, IBAS, ASPA e ASA, de 2007 a 2011; Ministro-Conselheiro e Coordenador Político na delegação do Conselho de Segurança das Nações Unidas na Missão junto à Organização das Nações Unidas (ONU), de 2011 a 2015; Ministro-Conselheiro e Encarregado de Negócios interino na Embaixada na Haia e Representante Permanente Alternado junto à OPAQ, de 2015 a 2019; Diretor do Departamento Consular de 2020 a 2021; Secretário de Assuntos Consulares, Cooperação e Cultura de 2022 a 2023; e Secretário de Comunidades Brasileiras e Assuntos Consulares e Jurídicos, desde 2023.

O diplomata foi agraciado com diversas condecorações nacionais.

Em observância às normas do RISF, a mensagem presidencial veio acompanhada de sumário executivo elaborado pelo Ministério das Relações Exteriores sobre o Reino da Dinamarca e a República da Lituânia.

Com 5,9 milhões de habitantes, o Reino da Dinamarca é monarquia parlamentarista, com poder legislativo unicameral. É o mais meridional dos países nórdicos e conta com fronteira terrestre apenas com a Alemanha. É membro fundador da ONU e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN). Groenlândia e das Ilhas Faroé são territórios que apesar de gozarem de autonomia, com sistema político



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

e administrativo próprio, integram o Reino da Dinamarca, cujo governo é responsável por suas políticas externa e de defesa.

É notório o alto nível de igualdade de riqueza da Dinamarca, sempre ocupando posições de destaque no ranking do índice de desenvolvimento humano. Vale o registro de que não integra a zona do euro.

No que concerne à política externa dinamarquesa, ela tradicionalmente é pautada por temas de livre comércio, imigração, mudança do clima, desenvolvimento sustentável e Ártico.

Brasil e Dinamarca mantêm relações históricas, sendo que data de 1828 o estabelecimento das relações bilaterais e da abertura da primeira legação diplomática brasileira naquele país.

O principal vetor do relacionamento econômico é a atração de investimentos. O comércio bilateral se dá, na maior parte, intrafirmas, em especial no setor de saúde e de produtos farmacêuticos, a exemplo da insulina e derivados.

A corrente de comércio bilateral foi de US\$ 1,8 bilhão no ano de 2023, o que representou aumento de 28% em relação ao ano anterior, tendo sido observado déficit de US\$ 700 milhões em desfavor do Brasil. Entre os principais produtos exportados pelo Brasil figuram farelos de soja (57%); outros medicamentos, incluindo veterinários (11%); e demais produtos da indústria de transformação (5%). Já a pauta de importação conta especialmente com produtos manufaturados, sobretudo outros medicamentos, incluindo veterinários (38%); medicamentos e produtos farmacêuticos (10%); e outros produtos químicos orgânicos (8%).

No ranking de destino de exportações brasileiras, a Dinamarca ocupa o 59º lugar e o 36º no das importações brasileiras.

Pelo critério do investidor imediato, de acordo com dados do Banco Central do Brasil, há aproximadamente US\$ 755 milhões em investimentos dinamarqueses no Brasil e, pelo critério de controlador final, US\$ 1,1 bilhão.



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Segundo o Conselho de Comércio da Dinamarca, há cerca de 140 empresas dinamarquesas atuando no Brasil, havendo interesse em expansão da carteira de investimentos. Para tanto, os dinamarqueses mantêm junto ao Consulado em São Paulo, escritório voltado para atração de investimentos e para expansão em mercados vistos como estratégicos no Brasil.

Já os investimentos brasileiros diretos na Dinamarca são da ordem de US\$ 1 bilhão.

No que diz respeito à Associação Mercosul-União Europeia, a expectativa é de que a Dinamarca acompanhe o consenso europeu. Na cooperação em meio ambiente, a Dinamarca anunciou a contribuição de US\$ 22 milhões ao Fundo Amazônia no período 2024-2026. No âmbito do mecanismo bilateral de consultas políticas mantido desde 2011, foram realizadas três reuniões. No campo consular, conforme estimativas da embaixada em Copenhague, há cerca de 5 mil brasileiros na Dinamarca. A comunidade tem se mostrado ordeira e bem integrada à sociedade local.

A República da Lituânia, por sua vez, é o maior dos três Estados bálticos. Cuida-se de república parlamentarista com parlamento unicameral. Após a dissolução da União Soviética, em 1991, teve sua independência reconhecida internacionalmente e foi admitida na ONU, tendo se tornado membro da União Europeia e da OTAN em 2004. Ao contrário da Dinamarca, adotou o euro como moeda em 2015.

Brasil e Lituânia restabeleceram relações bilaterais em 1991, quando da independência do país no pós-Guerra Fria.

A corrente de comércio bilateral, em 2023, foi de US\$ 158,8 milhões, incremento de 41% em relação ao ano anterior. As exportações brasileiras foram de US\$ 53,1 milhões, e as importações, US\$ 105,7 milhões. Portanto, o déficit para o Brasil foi da ordem de US\$ 52,6 milhões.

Os principais produtos exportados pelo Brasil foram açúcares e melaços (28%); tabaco (12%); e café não torrado (11%). Por sua vez, a pauta importadora é composta por óleos combustíveis (44%); adubos ou fertilizantes químicos (18%); e equipamentos para distribuição de energia elétrica (5%).



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador Alessandro Vieira

Apesar de não haver investimentos significativos da Lituânia no Brasil, cabe lembrar a assinatura de Memorando de Entendimento sobre Cooperação Econômica (2017) e a aquisição, pela empresa *Air Lituanica*, de aeronaves da Embraer.

A comunidade brasileira na Lituânia é estimada em 70 residentes.

Em atendimento ao inciso IV do art. 383 do Regimento Interno e à Decisão do Plenário da CRE de 12/04/2023, foi juntado o Planejamento Estratégico do indicado.

Tendo em vista a natureza da matéria ora apreciada, não cabem outras considerações neste relatório.

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator

2ª PARTE - DELIBERATIVA

1

MENSAGEM Nº 609

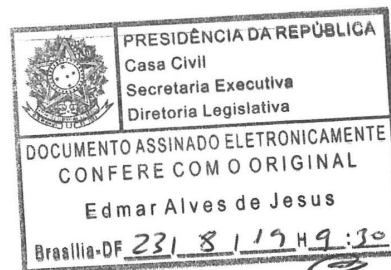
Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do disposto no art. 49, inciso I, combinado com o art. 84, inciso VIII, da Constituição, submeto à elevada consideração de Vossas Excelências, acompanhado de Exposição de Motivos do Senhor Ministro de Estado das Relações Exteriores, o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.

Brasília, 21 de novembro de 2019.



09064.000167/2018-38



EM nº 00005/2019 MRE

Brasília, 22 de Agosto de 2019

Senhor Presidente da República,

Submeto à sua elevada consideração, para posterior envio ao Congresso Nacional, o anexo projeto de Mensagem que encaminha o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018, pelo então Ministro de Estado das Relações Exteriores, Aloysio Nunes Ferreira, e pelos Ministros de Relações Exteriores da Argentina, Jorge Marcelo Faurie; do Paraguai, Eladio Loizaga Caballero; e do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa. Posteriormente, em 9 de junho de 2018, em La Paz, o Ministro das Relações Exteriores da Bolívia, Fernando Huanacuni Mamani, somou-se aos demais signatários.

2. De acordo com o Estatuto do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, aprovado pela Resolução Nº244, durante a 20ª Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata (dezembro de 1992), o órgão dedica-se a "coordenar, propor, avaliar, definir e executar as ações identificadas pelos Estados membros" no âmbito da Hidrovia Paraguai-Paraná. O mesmo Estatuto estabelece que o Comitê terá sede em Buenos Aires (artigo 7) e que o orçamento de sua Secretaria Executiva será constituído por aportes dos Estados membros em proporções a serem estabelecidas (artigo 21).

3. Não obstante o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná e o Estatuto do CIH datarem de 1992, e a despeito do pleno funcionamento tanto do Comitê Intergovernamental quanto da Comissão do Acordo (órgão técnico da Hidrovia), não havia, até a assinatura do Acordo em tela, instrumento de direito internacional que regulasse as relações entre a Secretaria Executiva do CIH e o país sede do órgão, a Argentina. O referido Acordo fornece a base jurídica de direito internacional para o desempenho das funções da Secretaria Executiva do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, sediada na cidade de Buenos Aires, em conformidade com o estabelecido no artigo 7º do Estatuto do Comitê.

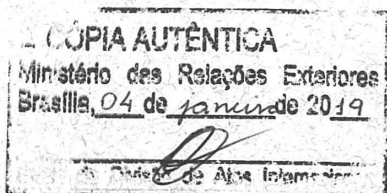
4. O Acordo em tela foi objeto de referência da declaração conjunta presidencial adotada durante visita de Estado do mandatário argentino a Brasília, em 7 de fevereiro de 2017, na qual se saudou "o progresso das negociações na 44ª Reunião do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná - CIH (Brasília, 21/12/2016), o fortalecimento institucional do Comitê e a adoção do Acordo de Sede como avanços rumo à maior e melhor interação entre as agências

governamentais responsáveis e usuários, investidores, operadores logísticos, empresas e sindicatos de trabalhadores vinculados à Hidrovia”.

5. À luz do exposto e com vistas ao encaminhamento do assunto à apreciação do Congresso Nacional, em conformidade com o Artigo 84, inciso VIII, combinado com o Artigo 49, inciso I, da Constituição Federal, submeto-lhe o anexo projeto de Mensagem, acompanhado de cópias autenticadas do Acordo.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Ernesto Henrique Fraga Araújo



**ACORDO DE SEDE
ENTRE A REPÚBLICA ARGENTINA
E O COMITÊ INTERGOVERNAMENTAL DA HIDROVIA
PARAGUAI – PARANÁ**

A República Argentina, o Estado Plurinacional da Bolívia, a República Federativa do Brasil, a República do Paraguai e a República Oriental do Uruguai, tendo em vista o Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai – Paraná de 26 de junho de 1992 (doravante denominado Acordo de Santa Cruz de la Sierra), considerando a importância política e estratégica do sistema fluvial compartilhado, visando a dar cumprimento aos objetivos e mandados estabelecidos em dito Acordo, Estatuto e Regulamento ditados em consequência, concertam a subscrição do seguinte Acordo de Sede:

**ARTIGO 1
Objeto**

O presente Acordo tem por objeto estabelecer as condições necessárias para o desempenho do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai – Paraná com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, República Argentina, em conformidade com o estabelecido no artigo 7º do Estatuto do Comitê, aprovado pela Resolução N° 244 da XX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata de 5 de dezembro de 1992.

**ARTIGO 2
Capacidade**

A personalidade jurídica do CIH é exercida por intermédio da Secretaria Executiva e compreende a capacidade de adquirir direitos e contrair obrigações, inclusive para celebrar contratos e acordos com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, bem como para adquirir e dispor de bens tangíveis, móveis e imóveis e, sem prejuízo das disposições deste Acordo, para promover e contestar ações judiciais.



ARTIGO 3

Inviolabilidade e imunidades

A sede do Comitê é inviolável. Seus locais, mobiliário e demais bens nesses situados não poderão ser objeto de nenhuma revista, confiscação, embargo ou medida de execução.

O Comitê goza de imunidade de jurisdição contra todo procedimento administrativo ou judicial e não poderá ser objeto de nenhuma medida de execução, salvo que o comitê renuncie expressamente a ditos direitos nos casos previstos no artigo 4. Em nenhum caso deve-se entender que a renúncia à imunidade de jurisdição implica renúncia à imunidade de execução, para o que será necessário uma nova renúncia.

A República Argentina adotará todas as medidas adequadas para proteger os locais e bens do Comitê contra todo ingresso indevido, intrusão ou danos.

A sede e os locais do Comitê não serão usados para atividades não relacionadas à consecução de seus fins.

A fim de resolver os litígios derivados dos contratos subscritos pela Secretaria Executiva nas relações com seu pessoal local e de outros atos de direito privado em que for parte, excetuando-se os casos mencionados no artigo seguinte, convencionou-se que se recorrerá ao procedimento arbitral.

ARTIGO 4

Restrições à imunidade

A imunidade de jurisdição prevista no artigo 3 não poderá ser invocada quando se tratar:

- a) de ações relativas a contratos de provisão de bens ou serviços que tenham sido proporcionados ao Comitê, incluindo os financeiros;
- b) de obrigações afiançadas pelo Comitê perante terceiros;
- c) de ações por danos e prejuízos por acidentes causados por veículos motorizados que sejam de propriedade do Comitê;
- d) de infrações de trânsito;



- e) de ações trabalhistas promovidas por empregados contratados localmente pelo Comitê;
- f) de reconvenções em processos judiciais iniciados pelo Comitê;
- g) de ações por reivindicação de contribuições ou taxas por incremento de valor ou efetiva apresentação de serviços com relação a bens do Comitê;

ARTIGO 5 **Isenções tributarias**

O Comitê poderá importar ou exportar bens destinados ao cumprimento de suas funções específicas, de forma definitiva ou temporária, sem ter que pagar por isso impostos, contribuições especiais ou direitos alfandegários e as taxas de serviço por estatística e de comprovação de destino.

As atividades realizadas e os bens do Comitê afetados ao cumprimento de seus fins específicos estarão isentos de todo imposto direto, sejam eles de caráter nacional, provincial ou municipal.

A República Argentina reintegrará ao Comitê o Imposto ao Valor Agregado que pague pela aquisição no território nacional de bens ou serviços destinados ao cumprimento específico de suas funções.

As isenções estabelecidas não afetam as contribuições ou taxas que impliquem um incremento de valor ou a efetiva prestação de serviços a respeito dos bens do Comitê.

Não se estenderá ao pessoal local contratado pelo Comitê nenhuma prerrogativa fiscal nem alfandegária.



ARTIGO 6

O Secretário Executivo e pessoal da Secretaria

O Secretário Executivo gozará no território da República Argentina das mesmas imunidades e privilégios que esta outorga aos agentes diplomáticos nela acreditados, sempre que não seja nacional ou residente argentino. Os membros da família do Secretário Executivo que façam parte de sua casa gozarão dos mesmos privilégios e imunidades das quais goza o Secretário Executivo, sempre que não sejam nacionais ou residentes argentinos.

O pessoal técnico-administrativo que possa colocar à disposição o Estado Plurinacional da Bolívia, da República Federativa do Brasil, da República do Paraguai e da República Oriental do Uruguai, que não seja nacional ou residente da República Argentina, gozará no território argentino de imunidade contra todo procedimento judicial ou administrativo a respeito dos atos que executarem ou das expressões orais e escritas que emitirem no exercício de suas funções. Também poderão ingressar seus objetos pessoais com isenção de todo tipo de direitos alfandegários, impostos e gravames conexos, com exceção dos gastos de armazenamento, transporte e serviços análogos.

O Comitê cumprirá com todas as estipulações da República Argentina sobre segurança social aplicáveis aos empregadores, com respeito ao pessoal local contratado que não estiver coberto pelas estipulações de segurança social de outro país, conforme o Acordo Multilateral de Segurança social do Mercado Comum do Sul, aprovado mediante a XIII CMC de 15 de dezembro de 1997.

ARTIGO 7

Moeda e câmbio

O Comitê administrará fundos, de acordo com os aportes que os Estados-partes dispuserem, a fim de permitir seu funcionamento e desempenho de atividades.

O Comitê poderá ter fundos ou divisas em moeda que considerarem mister, poderá administrar suas contas na moeda ou moedas determinadas por seu regime, converter a qualquer outra divisa os valores que tiverem em custódia ou bem transferi-los dentro do país ou a outros Estados, sem que tais câmbios ou transferência possam ser afetados por disposições ou moratórias de natureza alguma.



ARTIGO 8 **Comunicações**

O Comitê gozará para suas comunicações oficiais de um tratamento não menos favorável que o outorgado pela República Argentina a qualquer outro organismo internacional no que tange a prioridades, tarifas e taxas sobre os mecanismos e meios de comunicação de uso público vigentes e disponíveis na República Argentina.

A República Argentina permitirá e protegerá a livre comunicação do Comitê para todos os fins oficiais. Toda correspondência oficial concernente ao Comitê e a suas funções é inviolável e não poderá ser aberta nem retida.

ARTIGO 9 **Instalações**

A República Argentina proverá ao Comitê instalações independentes, os bens móveis e o equipamento necessário para seu funcionamento.

ARTIGO 10 **Solução de controvérsias**

Toda controvérsia à interpretação ou aplicação do presente Acordo será resolvida mediante negociações pela via diplomática.

ARTIGO 11 **Vigência**

O presente Acordo vigorará a partir da comunicação por parte dos cinco Estados-partes à ALADI, informando que se deu cumprimento às formalidades internas necessárias, e manterá sua vigência enquanto permanecer em vigor o Acordo de Santa Cruz de la Sierra.

A República Argentina garantirá a proteção do pessoal e bens do Comitê até que este último finalize suas atividades.



ARTIGO 12 **Modificação**

O presente Acordo poderá ser modificado por acordo das Partes.

ARTIGO 13 **Denúncia**

O presente Acordo poderá ser denunciado por qualquer das Partes mediante comunicação escrita a outras, denúncia que surtirá efeito transcorrido um ano de efetuada dita comunicação.

ARTIGO 14 **Disposição transitória – Pessoal**

A República Argentina se responsabilizará pelos gastos de manutenção e operação da sede do Comitê, assim como pela remuneração do Secretário Executivo e do pessoal Técnico-administrativo que será designado pelo Ministério de Relações Exteriores e Culto da República Argentina, até quando forem de plena aplicação os aspectos orçamentários de conformidade com o preceituado no Estatuto do Comitê, aprovado pela Resolução N° 244 na XX Reunião de Chanceleres dos Países da Bacia do Prata, e em seu Regulamento Interno. Sem prejuízo disso, qualquer Estado-parte poderá contribuir com pessoal técnico-administrativo de sua nacionalidade, assumindo os custos que o mesmo represente e procurando manter um equilíbrio de representatividade entre os Estados-partes do Comitê.

Os conceitos específicos, compreendidos entre os gastos de manutenção e operação da sede do Comitê, serão detalhados e definidos oportunamente por meio de um Instrumento regulamentar adicional.



FEITO em Assunção, aos nove dias do mês de março de dois mil e dezoito, em dois originais nos idiomas espanhol e português, sendo ambos igualmente autênticos.

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

PELO COMITÉ
INTERGOVERNAMENTAL

PELA REPÚBLICA ARGENTINA

PELO ESTADO PLURINACIONAL
DA BOLÍVIA

PELA REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL

COPIA FIEL DO
ORIGINAL

20 JUL. 2018

Dra. Luciana Opertti
Assessoria Jurídica

PELA REPÚBLICA DO PARAGUAI

PELA REPÚBLICA ORIENTAL
DO URUGUAI

09064.000167/2018-38

OFÍCIO Nº 387 /2019/SG/PR

Brasília, 21 de novembro de 2019.

A Sua Excelência a Senhora
Deputada Soraya Santos
Primeira Secretária
Câmara dos Deputados – Edifício Principal
70160-900 Brasília/DF

MSC 609/2019

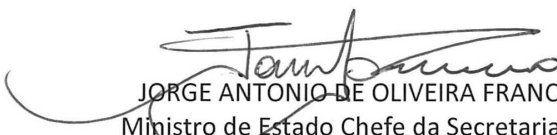
Secretaria-Geral da Mesa SFPRO 22/Nov/2019 14:54
Pontos 3124 Ass.:
Dr.ªem:

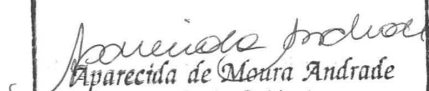
Assunto: Texto de acordo.

Senhora Primeira Secretária,

Encaminho a essa Secretaria Mensagem do Senhor Presidente da República relativa ao texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.

Atenciosamente,


JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

PRIMEIRA-SECRETARIA
Em 22 11 2019
De ordem, ao Senhor Secretário-Geral da Mesa, para as devidas providências.
 Aparecida de Moura Andrade Chefe de Gabinete

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo 09064.000167/2018-38
Palácio do Planalto- 4º andar - Sala: 407 - Telefone: 61-3411-1447

SEI nº



SENADO FEDERAL

PROJETO DE DECRETO LEGISLATIVO Nº 927, DE 2021

Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.

AUTORIA: Câmara dos Deputados

DOCUMENTOS:

- Texto do projeto de decreto legislativo
- Legislação citada
- Projeto original

http://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2098082&filename=PDL-927-2021



[Página da matéria](#)



Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Fica aprovado o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do *caput* do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

CÂMARA DOS DEPUTADOS, na data da chancela.

ARTHUR LIRA
Presidente



Of. nº 14/2024/SGM-P

Brasília, na data da chancela.

A Sua Excelência o Senhor
Senador RODRIGO PACHECO
Presidente do Senado Federal

Assunto: **Envio de Projeto de Decreto Legislativo para apreciação**

Senhor Presidente,

Encaminho a Vossa Excelência, a fim de ser submetido à consideração do Senado Federal, o Projeto de Decreto Legislativo nº 927, de 2021 (Mensagem nº 609, de 2019, do Poder Executivo), que “Aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018”.

Atenciosamente,

ARTHUR LIRA
Presidente



Assi

<https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/2388885>

LEGISLAÇÃO CITADA

- Constituição de 1988 - CON-1988-10-05 - 1988/88

<https://normas.leg.br/?urn=urn:lex:br:federal:constituicao:1988;1988>

- art49_cpt_inc1



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

PARECER Nº , DE 2024

Da COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL, sobre o Projeto de Decreto Legislativo nº 927, de 2021, da Representação Brasileira no Parlamento do Mercosul, que *aprova o texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná, assinado em Assunção, em 9 de março de 2018.*

Relator: Senador **NELSINHO TRAD**

I – RELATÓRIO

Vem para análise do Senado Federal o Projeto de Decreto Legislativo (PDL) nº 927, de 2021, com a finalidade de aprovação do texto do Acordo de Sede entre a República Argentina e o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná.

Esse tratado foi encaminhado por meio da Mensagem Presidencial nº 5, de 2019, e submetido inicialmente ao crivo do Câmara dos Deputados, que o aprovou e, em 23 de fevereiro de 2024, encaminhou a matéria para esta Casa, onde foi despachada para a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional, que me designou como Relator.

A proposição, além de aprovar o texto, determina a já tradicional cláusula para resguardar os poderes do Congresso Nacional quanto à celebração de tratados:

Art. 1º

Parágrafo único. Nos termos do inciso I do caput do art. 49 da Constituição Federal, ficam sujeitos à aprovação do Congresso Nacional quaisquer atos que possam resultar em revisão do referido Acordo, bem



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

como quaisquer ajustes complementares que acarretem encargos ou compromissos gravosos ao patrimônio nacional.

Quanto ao texto, é articulado em quatorze artigos, a começar pelo que define o objeto do instrumento internacional, que, nomeadamente, é estabelecer as condições necessárias para o desempenho do Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai - Paraná (CIH), com sede na Cidade Autônoma de Buenos Aires, República Argentina.

Em seguida, é definida a personalidade jurídica do CIH, conferindo à sua Secretaria Executiva os poderes para adquirir direitos e contrair obrigações, inclusive para celebrar contratos e acordos com pessoas físicas e jurídicas, públicas e privadas, nacionais e estrangeiras, bem como para adquirir e dispor de bens tangíveis, móveis e imóveis e para promover e contestar ações judiciais (art. 2º).

Posteriormente, são definidas as consagradas inviolabilidade, imunidades e isenções tributárias deferidas a entes internacionais (art. 3º e 5º). Porém, a organização não terá as seguintes imunidades: a) de ações relativas a contratos de provisão de bens ou serviços que tenham sido proporcionados ao CIH, incluindo os financeiros; b) de obrigações afiançadas pelo CIH perante terceiros; c) de ações por danos e prejuízos por acidentes causados por veículos motorizados que sejam de propriedade do CIH; d) de infrações de trânsito; e) de ações trabalhistas promovidas por empregados contratados localmente pelo CIH; f) de reconvenções em processos judiciais iniciados pelo CIH; g) de ações por reivindicação de contribuições ou taxas por incremento de valor ou efetiva apresentação de serviços com relação a bens do CIH (art. 4º). Igualmente, são determinadas as imunidades e privilégios do Secretário Executivo do órgão, e de sua família, com equivalência aos deferidos a agentes diplomáticos, bem como do pessoal técnico administrativo, estes quanto a atos que executarem ou das expressões orais e escritas que emitirem no exercício de suas funções (art. 6º).

As demais disposições versam sobre moeda e câmbio a serem administrados pelo CIH (art. 7º), liberdade de comunicação (art. 8º), provimento das instalações pela República da Argentina (art. 9º), soluções de controvérsias pelo meio da via diplomática (art. 10º), cláusula de vigência a partir da ratificação dos cinco Estados-Partes, que são Brasil, Argentina, Uruguai, Paraguai e Bolívia (art. 11º), possibilidade de modificação (art. 12º), denúncia (art. 13º) e disposição transitória para regular os compromissos da República da Argentina com os gastos de manutenção e operação da sede do CIH, bem como remuneração do pessoal designado



SENADO FEDERAL

Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

por seu Ministério de Relações Exteriores e Culto até a plena aplicação dos aspectos orçamentários. Caso outro Estado-Parte tenha pessoal técnico-administrativo lotado no CIH de sua nacionalidade, deve custeá-lo (art. 14º).

Não foram recebidas emendas no prazo regimental.

II – ANÁLISE

Compete à Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional opinar sobre proposições referentes aos atos e relações internacionais, conforme o art. 103, I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF).

No tocante ao Acordo, inexistem defeitos em relação à sua juridicidade. Não há, por igual, vícios de constitucionalidade sobre a proposição, uma vez que ela observa o disposto no art. 49, I, e no art. 84, VIII, da Constituição Federal (CF).

Sobre o mérito, este acordo negociado no início de 2018 é de extrema importância operacional, pois o Comitê Intergovernamental da Hidrovia Paraguai-Paraná (CIH) está em pleno funcionamento, bem como o órgão técnico da hidrovia (Comissão) há anos, sem o devido acordo de sede.

O Acordo de Transporte Fluvial pela Hidrovia Paraguai-Paraná (Porto de Cáceres/Porto de Nova Palmira) foi celebrado no seio da Associação Latino-Americana de Integração (ALADI) em 1992, e entrou em vigor em 1995. Contudo, não havia, até o tratado em análise, base normativa que regulasse as relações entre a Secretaria Executiva do CIH e o país sede do órgão, a Argentina.

Portanto, a aprovação da presente proposição trará ao sistema da Hidrovia Paraguai-Paraná a operacionalidade necessária e adequada para o seu bom funcionamento, favorecendo o desenvolvimento social e comercial da região proporcionado por essa estratégica hidrovia.

III – VOTO

Por ser conveniente e oportuno aos interesses nacionais, constitucional, jurídico e regimental, somos pela **aprovação** do Projeto de Decreto Legislativo nº 927, de 2021.



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador NELSINHO TRAD

Sala da Comissão,

, Presidente

, Relator





SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Esperidião Amin

REQUERIMENTO Nº DE - CRE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 96-B do Regimento Interno do Senado Federal, que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional avalie a Política Nacional de Cibersegurança, no exercício de 2024.

JUSTIFICAÇÃO

Apresentamos o presente requerimento para sugerir que a Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), durante o ano de 2024, avalie a Política Nacional de Cibersegurança, haja vista a realidade que se impõe, diante do desafio do Brasil e de todo Mundo em lidar com as ameaças cibernéticas que crescem, vertiginosamente, com ciberataques em todas as áreas da sociedade.

A título de ilustração, o relatório que vem sendo mais citado sobre o tema é o levantamento divulgado pela empresa de soluções de cibersegurança **FORTINET**, com base dos dados do **FortiGuard Labs**.

De acordo com ele, **o Brasil foi o segundo país mais atingido da América Latina e Caribe em 2022, com 103,16 bilhões de tentativas de ataques cibernéticos**. O número implica aumento de 16% com relação ao ano anterior (88,5 bilhões) e representa quase 30% do número total dos países da região que sofreram com mais de 360 bilhões de tentativas de ciberataques.

Importante frisar que esse número não representa a totalidade de ataques, pois o relatório traz, tão somente, dados referentes as vítimas que necessitaram de auxílio de terceiros.

Dados apurados pela Check Point Research, apontam aumento de 38% nos ciberataques globais em 2022, comparada a 2021. Os três setores mais atingidos em 2022 foram EDUCAÇÃO/PESQUISA, GOVERNO e SAÚDE.

Os ataques estão relacionados com danos e destruição de dados, dinheiro furtado, perda de produtividade, furtos de propriedades intelectuais, dados pessoais e financeiros, desvio de fundos, fraude, interrupção pós-ataque ao curso normal de negócios, investigação forense, restauração e exclusão de dados e sistemas hackeados, danos à reputação, custos legais e, potencialmente, multas regulatórias. **De acordo com a *Cybersecurity Ventures*, o crime cibernético deve custar ao mundo US\$ 9,5 trilhões em 2024.** Se fosse um país, o crime cibernético seria a terceira maior economia do mundo.

No ano de 2019, esta Comissão teve a oportunidade de avaliar a Política Nacional de Defesa Cibernética, avaliação essa, que tive a satisfação de relatar. O Setor Cibernético é um dos três setores de importância estratégica para a Defesa do País. Os três setores estratégicos são: o Setor Nuclear, a cargo da Marinha, o Setor Espacial, sob a responsabilidade da Aeronáutica e o Setor Cibernético, sob o comando do Exército.

Como a Defesa Cibernética e a Segurança Cibernética se complementam em suas áreas de atuação, não por acaso, o Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República (GSI) realizou em 15 de junho de 2023, uma audiência pública para tratar da proposta do Executivo para a Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber).

Na ocasião, a convite do Ministro Chefe do GSI, Marcos Amaro, falei sobre a importância que o governo tomasse a iniciativa de propor um projeto de lei sobre essa matéria, considerando que o parlamento brasileiro nos últimos anos tem despertado a sua atenção para o conjunto do assunto, do problema, cibersegurança!

Independente da apresentação do anteprojeto da cibersegurança, razão da audiência pública acima citada, o governo nos surpreendeu, no dia 26 de dezembro de 2023, com a edição do Decreto nº 11.856, de 26 de dezembro de 2023, que instituiu a Política Nacional de Cibersegurança (PNCiber) e o Comitê Nacional de Cibersegurança (CNCiber), sob a tutela do Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República.

Apesar da indiscutível necessidade de que o governo crie uma política pública para promover o desenvolvimento de produtos, serviços e tecnologias destinados a segurança cibernética, acreditamos que o instrumento correto, seria via Congresso Nacional, por meio de um projeto de lei.

Em razão do alcance dos ataques cibernéticos que podem atingir todas as áreas de atuação da sociedade, inclusive órgãos de Governo e infraestruturas críticas que, no caso de falha, podem colapsar setores vitais, como

o mercado financeiro e serviços públicos essenciais, consideramos que a segurança cibernética é uma questão de Segurança Nacional.

Dessa forma, julgamos oportuno que a CRE acompanhe “pari passu” a efetivação e os andamentos da recém instituída Política Nacional de Cibersegurança e as ações do Comitê Nacional de Cibersegurança, a fim de, além de avaliarmos, possamos contribuir para mitigar os nefastos efeitos causados pelo aumento crescente de ataques cibernéticos que atingem toda a sociedade.

Diante de todo o exposto, encarecemos o apoio dos nobres pares para aprovação do presente requerimento.

Sala da Comissão, 21 de março de 2024.

Senador Esperidião Amin
(PP - SC)